

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - UFMG
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - FAFICH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

FELIPE SILVEIRA DE OLIVEIRA MALACCO

O GÂMBIA NO MUNDO ATLÂNTICO
FULAS, JALOFOS E MANDINGAS NO COMÉRCIO GLOBAL
MODERNO (1580-1630)

Belo Horizonte
2016

FELIPE SILVEIRA DE OLIVEIRA MALACCO

O GÂMBIA NO MUNDO ATLÂNTICO
FULAS, JALOFOS E MANDINGAS NO COMÉRCIO GLOBAL
MODERNO (1580-1630)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em História, do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais, na linha pesquisa História Social da Cultura.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Vanicléia Silva Santos

Belo Horizonte
2016

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a. Dr.^a. Vanicléia Silva Santos (orientadora)
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr.^a. José Augusto Nunes da Silva Horta
Instituição: Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Luiz Duarte Haele Arnaut
Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Suplente:

Prof. Dr.^a. Sílvia Marcus de Sousa Correa
Instituição: Universidade Federal de Santa Catarina



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA



"O Gâmbia No Mundo Atlântico - Fulas, Jalofos e Mandingas No Comércio
Global Moderno (1580-1630)"

Felipe Silveira de Oliveira Malacco

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Dra. Vanicléia Silva Santos - Orientadora
UFMG

Prof. Dr. Luiz Duarte Haele Arnaut
UFMG

Prof. Dr. José Augusto Nunes da Silva Horta
Universidade de Lisboa

(por quem assina a Presidente da Comissão, Prof. Dra. **Vanicléia Silva Santos**)

Belo Horizonte, 14 de junho de 2016.

Em memória do intelectual e avô, Juracy Corrêa da Silveira.

Agradecimentos

Agradecer às pessoas que me auxiliaram no processo de entrada, escrita e conclusão do mestrado é uma tarefa difícil. Muitos foram aqueles que participaram direta ou indiretamente nestes dois anos, em atividades diretamente ligadas a pesquisa ou em outros momentos tão importantes quanto à escrita da dissertação. Portanto, já adianto minhas desculpas àqueles cujos nomes não aparecerão aqui. Não é simplesmente uma questão de omissão, e sim do grande número de pessoas que de uma forma ou de outra, ajudaram nesta difícil tarefa.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior pelo fornecimento da bolsa de estudos que tive durante todo o período deste mestrado. Sem essa verba, dificilmente poderia me dedicar exclusivamente a esta pesquisa, o que de fato aconteceu.

Agradeço a minha orientadora Vanicleia Silva Santos, grande estímulo, inspiração e exemplo para minha escolha de estudar história da África, por ter comprado a ideia deste projeto, auxiliando prontamente com indicações de leituras e correções precisas das várias versões dos textos que compõem esta dissertação. Por todo o esforço despendido por ela, espero não desaponta-la com o resultado final desta pesquisa.

Agradeço aos professores que ofertaram as disciplinas cursadas durante o mestrado, as quais ampliaram a perspectiva teórica e historiográfica desta pesquisa: Adriana Romeiro, na disciplina *Seminário de Dissertação*; Eduardo França Paiva, em *Escravidão e Mestiçagens na Ibero-América – séculos XV a XIX*; Rafael Pérez Cargía, em *A construção do mundo ibérico em torno do Atlântico durante o século XV*; e João Pinto Furtado, em *Brasil 1964-1988: cultura, mídia e política*.

Agradecimento especial aos professores que participaram da banca de qualificação. Luiz Duarte Haele Arnaut, este também pelos auxílios sempre que procurado nos corredores do prédio da FAFICH, e Silvio Marco Correa. Suas ricas sugestões foram essenciais para o produto final desta pesquisa.

Aos colegas que estudam a região da Guiné Thiago Henrique Mota, pelas sugestões, discussões, generosidade e companheirismo durante o mestrado; e Jeocasta Juliet Oliveira Martins de Freitas, com quem dividi a disciplina *Relatos de Viagem e História da África* no estágio docente, e aprendemos muito um com o outro.

Agradeço aos alunos de graduação que participaram da disciplina *Relato de Viagens e História da África*, pelo interesse em participar das aulas conosco e foram essenciais na formação da certeza em querer continuar sendo um pesquisador e, quem sabe, futuro professor africanista. Esta, com certeza, foi uma das atividades mais gratificantes do mestrado. Muito obrigado pela paciência com os professores inexperientes e pelos ensinamentos que tive com a experiência.

Durante o mestrado, criamos o Grupo de Estudos Africanos, composto por mim, Jeocasta, Flavia Chagas e Isabela Rosa. Agradeço a elas pelo companheirismo e aprendizado. Criamos também o Grupo de Estudos Atlânticos, formado por Vanicleia Santos, Thaís Tanure, Flávia Chagas, Carolina Perpétuo, Victor Felisberto, Natália Ribeiro, Renata Diório, Marcus Reis, Rogéria Cristina, Thais Venuto, Thiago Mota, Mateus Rezende, Fabiana Leo e por mim. A estes deixo meus agradecimentos, em conjunto com o desejo que o grupo tenha vida longa e próspera produção intelectual.

Aos colegas de ambiente de estudos, a salinha da pós, Fabiana Leo, Matheus Frizzone, Bruno Morais, Bruno Carvalho, Gabriel Leão, Mateus Rezende, Daniel Rocha, André Mascarenhas, Pamela Naumann, Allysson Lima, Luísa Marques, Warley Alves, Natália Ribeiro, Guilherme Silva, Felipe Ribeiro, Olga Pishchenko, Marcus Reis e Arthur Freitas meus agradecimentos pelo companheirismo, ajudas com correções dos textos, diversão nos necessários momentos de descontração e apoio nos momentos de desespero.

Obrigado ao amigo, vizinho e companheiro de mestrado Alexandre Belinni Tasca pelas revisões textuais e ajuda em diversos momentos destes dois anos. Agradeço também àqueles que estiveram comigo no momento de seleção dos projetos de mestrado, que muito me ajudaram tanto neste complexo processo, quanto no meio e fim da pesquisa, Thiago Prates, Pedro Montandon e Paulo Renato de Andrade.

Paulo que também esteve comigo na comissão organizadora do IV Encontro de Pesquisa em História, o EPHIS, junto com o Bruno Duarte, Bruno Vinicius, Denise Duarte, Fabio Baião, Gislaine Gonçalves, Luiza Parreira, Maíra Nascimento, Pamela Naumann, Raquel Marques e Wesley Rodrigues. A estes, que em conjunto comigo estavam na difícil, porém necessária, tarefa de organizar um evento para mais de setecentas pessoas, muito obrigado.

Agradeço a Pedro, Marcos e Julia, meus irmãos, pelo apoio e paciência. Ao meu tio Marcos Aurélio, grande entusiasta da história, pelo incentivo. Ao meu tio Marcus Vinicius, pelo apoio em todos os momentos. A minha mãe, Venúcia, pelo ombro amigo

e por sempre renovar minha perseverança. A meu pai, Marcos Antonio, maior exemplo da minha vida, que sempre apoiou minhas escolhas e me deu todo o suporte financeiro e emocional necessário para chegar até aqui. Espero com este trabalho lhes dar motivo de orgulho.

Por fim, agradeço àquela cuja história junto comigo, de certa forma, se confunde com este mestrado. A minha esposa, Nathália Luísa Sousa de Oliveira Malacco, sempre a primeira corretora de meus trabalhos, que junto com nossa família, Bebel e Mendel, aguentou os momentos de ausência, stress e desespero com toda a paciência, carinho e amor, cujo apoio foi o mais incondicional dentre todos, cujo interesse em fulas, mandingas e jalofos também foi o mais sincero, não tenho palavras para agradecer.

Muito obrigado a todos! Sem vocês, as palavras que se seguem não seriam dotadas de sentido e de inspiração.

RESUMO

Esta dissertação consiste na análise das mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas ocorrida entre os habitantes das margens do rio Gâmbia – fulas, mandingas e jalofos – diante do impacto provocado pelo comércio atlântico no período entre 1580 e 1630. Para isso, foram utilizados três tipos de documentação - os relatos de viagem de André Álvares Almada, escrito em 1594, Richard Jobson, escrito em 1623, André Donelha, escrito em 1625, e Pieter Van den Broecke escrito em 1630, as cartas de missionários e a documentação administrativa referente ao arquipélago de Cabo Verde, referentes ao período entre 1580 e 1630, (as duas últimas publicadas na obra Monumenta Missionária Africana, coligida pelo padre Antônio Brásio). Além disso, esta pesquisa procura demonstrar quais eram os produtos de circulação atlântica no rio Gâmbia, bem como os portos onde ocorria o comércio nesse rio. Analisando os agentes que participaram deste comércio, procurou-se também discutir o protagonismo comercial dos fulas, mandingas e jalofos em relação aos comerciantes europeus.

Palavras-Chaves: Rio Gâmbia; Comércio Atlântico; Agência Africana; Fulas, Mandingas e Jalofos.

ABSTRACT

This dissertation consists on the analysis of social, political, cultural and economic changes from the inhabitants of the banks of Gambia River – Fula, Mandinga and Jalofo – to the Atlantic Trade in the period between 1580 and 1630. For that purpose, it was used the voyage description of André Álvares Almada, written in 1594, Richard Jobson, written in 1621, André Donelha, written in 1625 and Pieter Van den Broecke written in 1630, besides missionary letters and administrative documentation from the Cape Verde Islands referring to the period between 1580 and 1630 (the last two documentation was published in Monumenta Missionária Africana, collected by priest Antonio Brásio). Moreover, this research wants to answer what were the products of Atlantic circulation in Gambia River, as well as the ports where the trade occurred in that River. Analyzing the agents who participated in this trade, it sought to also discuss commercial protagonism of Fula, Mandinga and Jalofo in relation to European traders.

Keywords: Gambia River; Atlantic Trade; African Agency; Fulas, Mandingas e Jalofo.

ÍNDICE DOS MAPAS

Mapa 1 - As rotas transaarianas. Do Mediterrâneo ao Sudão, o comércio transaariano. XVII.....	32
Mapa 2 - Mali e reinos vassalos.....	34
Mapa 3 - Ethnic Groups – Western Half of the Gambia.....	41
Mapa 4 – Portos do Rio Gâmbia.....	51
Mapa 5 – Portos do Rio Gâmbia.....	51
Mapa 6 – Portos do Rio Gâmbia.....	52
Mapa 7 – Portos do Rio Gâmbia.....	52
Mapa 8 – Portos do Rio Gâmbia.....	53
Mapa 9 - Jobson's River Gâmbia 1620-1621.....	58
Mapa 10 – Os principais produtos dos portos do rio Gâmbia.....	104

INDÍCE DAS TABELAS

Tabela 1 – Número de escravizados exportados dos portos da Senegâmbia entre 1580 e 1630.....	125
Tabela 2 – Número de escravizados exportados dos portos africanos entre 1580 e 1630.....	125

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1 – O Rio Gâmbia e o Mundo Atlântico	30
1.1 O comércio interno - O Gâmbia e as rotas transaarianas	31
1.2 O Gâmbia e os povos que controlavam o comércio na região	35
1.3 As conexões do Gâmbia com o Mundo Atlântico	42
1.3.1 O Comércio Atlântico-gambiano: Portos e Produtos no Gâmbia.....	46
1.3.2 Produção e Recepção dos Relatos dos Viajantes.....	54
1.4 Os principais produtos de circulação atlântica no rio Gâmbia.....	60
CAPÍTULO 2 – Agentes Comerciais	61
2.1 Fulas, Mandingas e Jalofos.....	70
2.2 Estrangeiro.....	82
2.2.1 Cabo-Verdianos	84
2.2.2 Lançados.....	87
2.2.3 Missionários.....	93
2.2.4 Comerciantes Afro-europeus	95
2.3 Conclusão – a agência africana no Gâmbia.....	102
CAPÍTULO 3 –Mudanças no Gâmbia a partir do contato com o comércio atlântico	107
3.1 Velhos e Novos Impérios	108
3.2 Um novo "africano"	117
3.3 O Gâmbia e o tráfico transatlântico de escravizados	124
3.4 Mudanças comerciais e na cultura material.....	129
Considerações finais	136
Fontes e referências bibliográficas	141
Anexo 1 Organograma de produtos comprados e vendidos pelos fulas, mandingas e jalofos	147
Anexo 2– Mapas confeccionados pelo autor	150

Nota Introdutória

Optou-se pelo “aportuguesamento” dos etnônimos das nações que serão analisadas ao longo desta dissertação. Mandinga, jalofo e fula eram essencialmente a forma que estes etnônimos eram escritos nas fontes portuguesas entre 1580 e 1630, por isso foram mantidos desta forma. Porém, em outras línguas, o etnônimo mandinga pode ser grafado como mandingo, mandinka, malinké e maninka; o etnônimo jalofo pode ser grafado como wolof, diolof e djolofs; e o etnônimo fula pode ser grafado como fulbe, fulbie, pular e peul. O mesmo ocorreu para nomes de portos ao longo do rio Gâmbia. Dependendo da nacionalidade do viajante que ia até o local, o nome que era dado aos portos variava consideravelmente. Cação, por exemplo, também é grafado como Casão, Cassan e Kassang. A intenção é garantir a maior fluidez do texto e evitar possíveis confusões pela escrita de grafias diferentes.

Além disso, foram aplicadas as regras de concordância da língua portuguesa em relação aos etnônimos. Dessa forma, fulas, mandingas e jalofos concordam com o plural. Por fim, são grafados com letra minúscula, como manda a norma padrão da língua portuguesa. Explica-se isso porque, como poderá ser observado nas notas de rodapé com a escrita original quando houver citações de língua inglesa, essas regras são exatamente opostas.

Importante também salientar que o texto de Richard Jobson que possuímos foi apenas transcrito por Paul Hair e David Gamble. O inglês não foi atualizado à grafia e regras gramaticais atuais e, portanto, permaneceu da mesma forma que àquela escrita em 1623. Os excertos originais das fontes foram mantidos em nota de rodapé para a conferência do leitor. Por fim, também relativo às fontes, é importante ressaltar que ao citá-las, optou-se por manter nos parênteses a data de publicação do texto à que temos acesso, e não a data em que a fonte foi escrita. O intuito é facilitar ao leitor de mapear a versão do texto da qual retiramos as citações.

Introdução

Apresentação do Tema

A região conhecida por *Guiné do Cabo Verde*¹ estava conectada ao Mar Mediterrâneo por rotas comerciais muito antes de 1444, quando europeus chegaram à região através do Oceano Atlântico. As rotas transaarianas, percorridas por árabes e berberes, eram complementadas por rotas mandingas que percorriam toda esta região do Saara, levando do oeste para o norte ouro, escravizados, noz de cola, marfim, cera e âmbar para o norte. Em troca, do norte para a Guiné do Cabo Verde, eram transportadas roupas de algodão, sal e cobre.

Com o advento das navegações ultramarinas, via Oceano Atlântico, uma nova possibilidade comercial se abriu aos moradores do oeste da África. A intenção desta pesquisa é fazer um estudo de caso das mudanças no rio Gâmbia, inerentes à inserção do local no comércio Atlântico. Neste sentido, analisou-se como os fulas, mandingas e jalofos que viviam na região do Rio Gâmbia, aproveitaram-se das mudanças em torno do redirecionamento geográfico do comércio que ocorreu na região.

A escolha do rio Gâmbia como recorte espacial para a pesquisa tem importante razão. O Gâmbia é um dos principais rios da África, não só pela extensão de 1130 km, mas também porque é um essencial meio de interligação de importantes localidades do interior do continente africano com o Oceano Atlântico. O historiador senegalês Boubacar Barry (1998: 18) afirma que: “o Rio Gâmbia dá o mais fácil acesso ao interior a partir do Oceano Atlântico. Foi por isso que o império do Mali o usou como uma rota chave na sua expansão para o oeste”.² Além disso, o rio tem grande importância estratégica dentro das redes comerciais internas do oeste africano.

O fato é que o rio é uma zona de limites morfoclimáticos. Ao norte, a vegetação e clima são de savana. Ao sul, estende-se uma zona de florestas. Por causas naturais, cada região era propensa a produzir produtos diferentes. Desta forma, o que se

¹ Guiné do Cabo Verde, segundo José da Silva Horta, corresponde a um espaço de presença portuguesa e luso-africana que desenvolveu estreitos laços com o arquipélago cabo-verdiano, desde que a colonização deste se iniciou: laços políticos, pela alçada que sobre a costa tinham os representantes da Coroa nas ilhas; religiosos, pela área direta de influência do poder episcopal e, sobretudo, laços econômicos pela área de comércio adstrita ao arquipélago e à sua “cabeça”, Santiago, indissociáveis estes, dos laços familiares e pessoais que, em rede, os sustentavam, fazendo a ponte entre as ilhas e a costa (HORTA, 2005: 2).

² Tradução nossa: “The Gambia River gives the easiest access into the interior from the Atlantic ocean. That was why the Mali Empire used it as key route in its westward expansion”.

observava era uma questão de complementaridade comercial. O excedente de produtos, acessíveis aos povos que viviam na zona de florestas, eram trocados por mercadorias que vinham do norte. Os agentes comerciais nativos ou vindos de outros reinos do oeste africano que viviam no Gâmbia se beneficiavam do posto de intermediários comerciais entre os dois diferentes lugares.

O recorte temporal escolhido para esta pesquisa compreende os anos 1580-1630. A data inicial justifica-se por três fatores. O primeiro é porque na segunda metade do século XVI o até então “estado-confederado” do Kaabu, principal instituição política Mandinga da região da Senegâmbia, tornou-se definitivamente independente do império de Mali³. De acordo com Carlos Lopes

Existe um desaparecimento real da soberania de Mali sobre estes reinos ocidentais no século XVII, apesar de ainda subsistir uma certa veneração pelo mansa do Mali [...] É no entanto, difícil estabelecer uma data precisa para a independência do Kaabu [...] Apesar de discordâncias quanto a data exata, estão todos de acordo quanto ao período: a segunda metade do século XVI (LOPES. 1999: 128).

O segundo se refere ao momento de entrada de comerciantes estrangeiros, que teria ocorrido a partir dos anos 1580, como escrito por André Álvares Almada, em um primeiro registro da presença dos lançados⁴. A existência destes agentes nos corpos sociais destas *nações* é um grande exemplo de mudanças inerentes ao comércio atlântico. Uma evidência que estes não habitavam a região antes de 1580 é que os relatos de Alvise de Cadamosto, Antoniotto Usodimare, Diogo Gomes, Duarte Pacheco Pereira, Valentim Fernandes e João de Barros, produzidos entre 1455 e 1552, não fazem referência à presença dos lançados nas sociedades gambianas.

O terceiro e último motivo é alusivo à instabilidade política nas margens do Gâmbia, principalmente em relação à definição dos domínios jalofos e mandingas, no período anterior a 1580. Pelo fato de não existir delimitações precisas destes territórios e também por falta de conhecimento empírico por parte de seus redatores, a descrição do cenário político gambiano é vaga. A título de exemplo, Duarte Pacheco Pereira demonstra falta de clareza quanto a estas fronteiras: “Sutuko⁵ e duas outras cidades são do reino dos Jalofos, mas estando na fronteira dos mandingas eles falam a língua dos

³ No capítulo três dessa dissertação, buscar-se-á discutir a hipótese que o comércio atlântico, em conjunto com outros fatores, foi decisivo para a independência do Kaabu.

⁴ Agente que a princípio atuaria em favor da coroa portuguesa, no sentido de estabelecer ligações comerciais com as regiões onde, voluntariamente ou não, era inserido. Sobre os lançados, discutir-se-á mais profundamente no capítulo dois.

⁵ Distrito notadamente Mandinga nas fontes entre 1580 e 1630.

mandingas. O rio Gâmbia divide o reino dos Jalofos do grande reino dos mandingas [...] os jalofos ao norte e os mandingas ao sul ⁶” (GAMBLE, HAIR. 1999: 266). O rio, em lugar de um divisor dos dois reinos, entre 1580 e 1630, abriga as duas citadas *nações* na margem norte, de modo que os jalofos estavam localizados próximos à foz e os mandingas distribuídos por toda a extensão do rio Gâmbia⁷.

Do ponto de vista interno, no momento inicial do contato atlântico-gambiano, “o jalofo libertou-se do Mali no século XV após quase dois séculos de dependência. Após a libertação, as suas fronteiras passam a tocar de perto as províncias malinké do sul, e nomeadamente o Gâmbia” (LOPES, 1999: 92). Desta forma, é provável que neste momento as fronteiras ainda fossem nebulosas, como demonstrado na citação do relato de Duarte Pacheco Pereira acima. O fato do viajante ter escrito sobre o Gâmbia enquanto divisa dos reinos jalofo e mandinga e relatos posteriores indicarem que os dois habitavam a margem norte do rio, deixa então indicado a existência de disputas territoriais no local.

Além dos fatores internos à região do rio Gâmbia, expostos nos parágrafos acima, o recorte temporal desta dissertação também se explica por fatores externos. As margens do rio eram frequentadas desde 1446 pelos portugueses, pioneiros dentre os europeus no contato com o rio Gâmbia. Porém, a partir de 1580 houve uma intensificação da presença de franceses, holandeses e ingleses na região (HAVIK, 2004: 47). De fato, dentre outras razões, a união da coroa espanhola com a portuguesa fez com que *nações* europeias que eram inimigas políticas da Espanha não se preocupassem em respeitar as tentativas do “monopólio”⁸ lusitano na região do rio Gâmbia.

É pertinente para este trabalho a utilização dos relatos escritos por autores de diferentes nacionalidades – portuguesa, inglesa e holandesa – por representarem diferentes *stocks* culturais. Os europeus escreveram diferentes visões sobre o rio Gâmbia e os povos que viviam às suas margens. Este estudo se baseia em escritos entre 1580 e 1630, o que coincide com o período da união política entre Portugal e Espanha, uma vez que se pensa que esses *stocks* culturais darão uma base mais complexa para atender o objetivo desta dissertação. Por meio da descodificação e recodificação das fontes, procura-se chegar ao “outro” e entender quais foram as mudanças sociais,

⁶ Tradução nossa: Sutuko and two of the other towns belong to the kingdom of Jalofo, but being on the frontier of Mandinka they speak the language of Mandinka. This river Gambia divides the kingdom of Jalofo from the great kingdom of Mandinga [...] Jolof is on the north and Mandinka on the south.

⁷ Este ponto será discutido com maior profundidade no capítulo um desta dissertação.

⁸ Este ponto será discutido com maior profundidade no capítulo um desta dissertação.

políticas, culturais e econômicas decorrentes da inserção dos fulas, mandingas e jalofos no sistema comercial atlântico. Sobre estes conceitos, discorrer-se-á de uma maneira mais profunda no tópico *Fontes e Metodologia*.

Além disso, é importante notar que os agentes fulas, mandingas e jalofos se beneficiaram desta concorrência mercantil entre os europeus nos portos às margens do rio Gâmbia. Conforme argumentado por George Brooks, “a competição entre os estrangeiros europeus era bem vinda aos oestes africanos, que capitalizaram em cima desta rivalidade para melhorar os termos de troca por mercadorias europeias, e inventaram novos direitos aduaneiros, taxas e extrações” (BROOKS, 1993: 5). Desta forma, uma vez que esta pesquisa buscará analisar o protagonismo comercial africano no comércio atlântico no rio Gâmbia, é pertinente que se inicie em 1580.

Encerramos o recorte temporal em 1630, por fatores políticos, sociais e naturais inerentes à região do rio Gâmbia. Conforme argumentado por George Brooks (2003: 102) e Philip Havik (2004: 42-43), 1630 é o marco final de um período de chuvas na África Ocidental, em que se seguiu um longo período de secas, com duração até 1860. Os autores associam estas mudanças climáticas com a tendência dos grupos residentes migrarem durante os períodos mais secos do ano, o que facilitou um significativo crescimento do comércio transatlântico de escravizados, dada as guerras para a realocação territorial destes grupos migrantes. Desta forma, seriam inseridas novas variáveis a pesquisa, o que não consideramos serem interessantes para a nossa análise, além de torna-la inexequível dentro do período do mestrado.

Revisão Historiográfica

Na historiografia consultada até então não se encontrou estudos dedicados diretamente ao sistema comercial atlântico e seus efeitos no rio Gâmbia. Há apenas estudos sobre as macrorregiões da Guiné do Cabo Verde ou da Senegâmbia. Esta pesquisa enfatiza a necessidade de conhecer as relações afro-europeias na região às margens do rio Gâmbia, evitando perspectivas generalizantes; bem como mostrar a agência dos povos que viviam no Gâmbia, destacando o protagonismo destes nas relações comerciais com os europeus.

Em cada porto, os seus habitantes demandavam os produtos desejados para a realização das trocas comerciais. Neste sentido, concorda-se com o historiador inglês Toby Green quando ele afirma que:

Não havia apenas um comércio atlântico, mas muitos comércios causando diferentes efeitos, e de fato a capacidade africana de influenciar o incipiente Atlântico emerge dessa diversidade de relações euro-africanas. Análises detalhadas do desenvolvimento do comércio em um contexto particular pode nos ajudar a lembrar da necessidade de deferirmos nosso entendimento, e não cair na armadilha da generalização⁹ (GREEN, 2012:14).

Ainda que esta dissertação trabalhe com um recorte geográfico ainda mais reduzido, é importante analisar obras historiográficas que tratam da macrorregião da Senegâmbia ou Guiné do Cabo Verde, uma vez que estas obras se aproximam do contexto político, social, cultural e comercial das populações que viviam às margens do rio Gâmbia, temas de interesse desta pesquisa.

O livro de Toby Green (2012) intitulado *The Rise of the Trans-Atlantic Slave Trade in Western Africa, 1300 – 1589* trata os primeiros momentos da inserção das sociedades do oeste africano no sistema comercial atlântico. Este pesquisador inglês estuda questões inerentes à agência africana, a partir de vários contextos políticos e culturais anteriores e posteriores ao contato entre europeus e africanos na região. Uma vez que o autor discute a história da África Ocidental, o mesmo toca em temáticas inerentes ao Rio Gâmbia e às populações que vivem à sua margem. Transformando o dito curso d'água no principal foco de análise, esta dissertação pretende, assim como Green, realçar o papel dos africanos em sua relação com o Mundo Atlântico, avançar no entendimento das especificidades da agência dos fulas, mandingas e jalofos que habitavam o local, procurando evidenciar que mesmo dentro de um único povo havia diferentes mudanças intrínsecas ao comércio atlântico, dependendo do lugar onde este se realizava.

George Brooks, assim como Green, analisa os contextos políticos, econômicos e sociais anteriores e posteriores ao contato comercial da Senegâmbia com o Atlântico, especificamente nos dois livros chamados *Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000 – 1630* (BROOKS, 1993) e *Eurafricans in Western Africa: Commerce, Social Status, Gender, and Religious Observance from the Sixteenth to the Eighteenth Century* (BROOKS, 2003). Nessas obras Brooks analisa variados aspectos das sociedades dentro do contexto interno da África Ocidental, além de buscar

⁹ Tradução nossa: There was no tone Atlantic trade, but many trades wreaking many different effects, and indeed the African capacity to influence the early Atlantic emerges in this diversity of African-European relations. Detailed analysis of developments related to the trade in one particular context can help to remind us of the need to differentiate our understanding, and not to fall into the trap of generalization.

o entendimento sobre a forma como se davam as interações sociais entre agentes destas sociedades e os agentes estrangeiros, advindos do comércio Atlântico sendo, portanto, de grande valia às pesquisas que se dedicam sobre as interações das redes comerciais atlânticas no rio Gâmbia.

O livro *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400 – 1800* de John Thornton (2004) também trata da agência dos povos que viviam no oeste africano em contato com o Mundo Atlântico. De fato, o historiador estadunidense demonstra o papel essencial dos africanos na confecção das redes comerciais atlânticas, uma vez que não houve imposição comercial externa à África. Embora tenham sido os agentes estrangeiros os responsáveis não só por mapear as rotas marítimas, mas também por construir embarcações que chegassem até o oeste africano, as primeiras tentativas de contato bélico por parte dos europeus foram logo rechaçadas, e o comércio pacífico tornou-se regra nos contatos afro-europeus. Desta forma, a obra de Thornton está em consonância com este trabalho, que buscará discutir as agências fula, mandinga e jalofa em reação às mudanças causadas pela inserção do rio Gâmbia neste espaço a partir de uma perspectiva de menor escala geográfica.

Boubacar Barry (1998) no capítulo *Senegambia from the fifteenth to the seventeenth century: a haven for incoming populations, a station for migrants on the move*, do livro *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*, escreve sobre a dependência do comércio de longa distância realizado pelos povos que viviam no oeste africano com o Saara antes do contato Atlântico com os europeus. O autor analisa as dinâmicas sociais da Senegâmbia, as mudanças no sistema comercial e a reformulação dos Estados senegambianos a partir da abertura de região para o oceano. Além de uma análise das formas como o rio Gâmbia se conectava ao comércio de longa distância, pretende-se fazer nesta dissertação também uma análise das mudanças e dos efeitos do comércio em nível local.

Outra considerável contribuição historiográfica para esta pesquisa é o livro de Carlos Lopes (1999), *Kaabunké: Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais*. O autor descreve as *nações* e unidades políticas da região, com particularidades para o Estado do Kaabu, localizado no interior do oeste africano, e que possui territórios no rio Gâmbia, analisando o crescimento do poder político e econômico do Kaabu. A pesquisa em tela se propõe a argumentar que o surgimento e o fortalecimento político e econômico do Kaabu foi uma das mudanças locais face ao desenvolvimento do comércio Atlântico.

A dissertação de Thiago Mota (2014), nomeada *A Outra Cor de Mafamede*, abrange a região conhecida como Alta Guiné, nos atuais países de Senegal, Gâmbia e Guiné Bissau. O autor analisa a presença islâmica no cotidiano de um dos povos em que este estudo está centrado, os mandingas, os quais eram tratados de maneira pejorativa nos relatos dos estrangeiros frequentadores da região, pelo fato de serem adeptos ao Islã. Além disso, Mota faz uma longa discussão sobre a via comercial de expansão da fé muçulmana, tema que interessa para o entendimento da agência comercial mandinga, habitantes mais numerosos do rio Gâmbia.

Os artigos de Paulo Farias (1974) *Silent Trade: Myth and Historical Evidence*; Ivor Wilks (1982), *Wangara, Akan and Portuguese in the XV and XVI: The Struggle for Trade*, e James Webb (1993), *The Horse and Slave Trade Between the Western Sahara and Senegambia*, elucidam importantes redes comerciais que conectavam o Gâmbia a outras regiões em África ou inseridas no contexto Atlântico.

Farias trata de um comércio de ouro que ocorria por meio de agentes africanos atuantes como intermediários entre os vendedores de ouro e os árabes e europeus. Segundo as fontes analisadas por ele, na realização do comércio de ouro, não havia contato visual ou oral entre os negociantes locais e estrangeiros. Porém, o autor infere que a prática ocorria a partir do contato físico entre os agentes, e que a forma de comércio de ouro indicada pelas fontes foi uma estratégia dos intermediários para não permitir a localização geográfica das minas de ouro, mantendo para si o lucrativo papel de atravessadores. O artigo de Farias é caro a esta pesquisa por ajudar a entender o papel dos agentes africanos nas trocas comerciais com os agentes europeus.

O artigo de Wilks mostra como, durante os séculos XV e XVI, houve uma disputa entre agentes comerciais do Império do Mali e agentes europeus para o acesso ao comércio de ouro com os povos akan, maiores produtores de ouro no oeste africano no período em questão. O trabalho elucidava a agência mandinga, povo que vivia também no rio Gâmbia, não só na condição de habitantes, mas, principalmente, de comerciantes.

Por fim, o artigo de Webb trata do escambo de cavalos por escravizados, tanto por via transaariana quanto atlântica. O autor demonstra como a entrada de cavalos na região da Senegâmbia alterou significativamente o contexto político desta localidade, pois os Estados jalofos que se inseriram nesta rede comercial e possuíam forte cavalaria, levavam grandes vantagens nas guerras. O trabalho de Wilks possibilitou que esta investigação ampliasse a perspectiva de como o comércio atlântico foi imprescindível na reformulação do mapa político em torno do rio Gâmbia.

Outros textos que tratam a lógica interna do comércio do oeste africano serão importantes para a discussão que esta dissertação pretende abordar. A publicação *Relações e Intercâmbios entre as Várias Regiões*, do historiador guineense Djibril Niane (2010) especifica as redes comerciais e os produtos que nelas circulavam no período anterior ao contato do Oeste Africano com as rotas atlânticas. Esta pesquisa é relevante porque auxilia no entendimento da importância do comércio interno para o rio Gâmbia, antes da chegada dos europeus. Já o texto do pesquisador francês Yves Person (2010) *Os Povos da Costa: Primeiros Contatos com os Portugueses de Casamance* levou ao questionamento sobre as adaptações às mudanças que os povos do oeste africano sentiram em virtude do redirecionamento comercial a partir do século XV. Os dois textos são complementares, tratando a lógica comercial interna e externa ao Oeste Africano. Esta dissertação se propõe a fazer uma análise desses dois âmbitos comerciais no rio Gâmbia.

É também de interesse desta pesquisa a análise dos chamados *lançados* ou *tangomaos*, como agentes comerciais que atuavam no rio Gâmbia, no período abordado neste estudo, bem como as mudanças na estrutura social dos fulas, mandingas e jalofos, em relação à presença dos mesmos no local. Vários textos analisam esse tema, como o de Maria Emília Madeira dos Santos (1993), chamado *Lançados na Costa da Guiné: Aventureiros e Comerciantes*; e o capítulo *Os Lançados*, do livro *A Manilha e o Libambo* de Alberto da Costa e Silva (2002). Tais textos explicam qual a posição do lançado na sociedade oeste africana e quais seriam as particularidades destes indivíduos nas redes comerciais atlânticas. Ao reduzir a escala e aumentar o leque documental, esta dissertação pretende ampliar a percepção do lançado enquanto agente que gerou mudanças nas sociedades onde se inseriam não apenas no aspecto econômico, mas também social e cultural.

Philip Havik é outro pesquisador que analisa as interações sociais dos agentes senegambianos com agentes estrangeiros a partir do comércio atlântico, sobretudo no livro *Silences and Soundbytes: The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau Region* (HAVIK, 2004). O autor faz importante análise do papel das mulheres africanas nessas trocas comerciais, tanto como agentes individuais quanto como agentes ligadas aos luso-africanos que se estabeleciam na costa atlântica da África Ocidental.

Para o entendimento das variadas relações entre pessoas de diferentes culturas que se passavam em África Ocidental, é de grande importância o ensaio de José da Silva

Horta e Peter Mark (2005) *Judeus e Muçulmanos na Petite Cotê Senegalesa do Início do Século XVIII: Iconoclastia anti-católica, aproximação religiosa, parceria comercial*. Os autores mostram uma confluência de ideais religiosos entre agentes judeus e cristãos-novos europeus e os africanos islamizados, pois os últimos davam aos primeiros certa vantagem em acordos comerciais e mesmo na vivência cotidiana no continente africano. Este trabalho também busca entender a confluência religiosa e comercial, se atentando às diferentes dinâmicas que cada indivíduo adotou para realizar atividades mercantis mesmo tendo que conviver com diferenças religiosas.

A revisão historiográfica mostra que os estudos citados focam em nuances comerciais, políticas, sociais e culturais da região da Senegâmbia e do arquipélago de Cabo Verde, bem como dos países europeus, de onde eram nativos os autores dos relatos utilizados neste trabalho. Contudo, esta pesquisa se diferencia da produção historiográfica existente porque tem outra escala geográfica de análise, pois, de um lado, restringiu o olhar para o rio Gambia e os povos que vivem às suas margens, e de outro, ampliou a identificação das fontes sobre a região. O comércio Atlântico gerou mudanças diversas nos diferentes pontos onde houve contato entre africanos e agentes externos ao continente. Desta forma, a atual proposta converge com a perspectiva que visa diminuir as generalizações que podem ocorrer nos estudos históricos sobre o continente africano quando tratado como algo homogêneo.

Objetivos

A hipótese central desta pesquisa é que ocorreram significativas mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas, na região do rio Gâmbia como resultado das interações dos povos desta região com o Mundo Atlântico. O objetivo primário é demonstrar quais foram estas mudanças, passando por uma discussão contextual do comércio euro-africano rio Gâmbia e demonstrando a agência de cada agrupamento de agentes que foram reconhecidos como participantes deste comércio, dando especial atenção ao protagonismo africano nas relações mercantis.

Fontes e Metodologia

Para a realização desta dissertação, foi utilizado um aparato documental variado, de forma a aumentar as lentes sobre a problemática que se pretende discutir. Desta

forma, três tipologias de fontes foram analisadas: as cartas de missionários, a documentação oficial¹⁰ de Cabo Verde e quatro relatos de viagem escritos entre 1594 e 1630: André Álvares de Almada, Richard Jobson, André Donelha e Pieter Van Den Broecke. Esta documentação foi acessada a partir de disciplinas e de iniciação científica voluntária, feitas com a professora Vanicleia Silva Santos.

Os documentos oficiais e cartas de missão utilizados nesta pesquisa estão publicados na obra do Padre Antonio Brásio, disponível em CD-ROM (2011), coligida e anotada pelo religioso entre 1952 e 1979. O autor pretendia agregar numa única obra documentos que ele selecionou como se fossem os mais relevantes sobre a ação missionária e eclesiástica em África. Esta coletânea documental é intitulada *Monumenta Missionária Africana*¹¹.

Os quatro relatos de viagem foram escritos por nativos do arquipélago de Cabo Verde e por europeus: André Álvares Almada, André Donelha, Richard Jobson e Pieter Van Den Broecke. André Álvares Almada foi eleito pelos habitantes da ilha de Santiago para ir a Portugal com a justificativa de pedir ao monarca da União Ibérica o direito de colonizar Serra Leoa. Em seu relato, o *Tratado Breve dos Rios de Guiné do Cabo Verde*, o autor fez uma minuciosa descrição acerca dos produtos comerciais que podiam ser trocados em diversos pontos do rio Gâmbia ao momento de suas viagens ao local, que se deram na década de 1580.

André Donelha foi outro viajante nascido em Cabo Verde, mas há pouquíssimas informações sobre sua vida. Infere-se que ele tenha passado a infância em Cabo Verde, na ilha de Santiago. Em 1585, o navegante fez uma viagem em que subiu o Rio Gâmbia desde a foz até o porto de Cantor. O relato contém informações acerca do trato comercial possível no rio Gâmbia e uma descrição de seus portos.

Richard Jobson foi um viajante inglês que foi ao rio Gâmbia entre 1620 e 1621, e permaneceu no local por sete meses. Há indícios que ele era natural de Londres ou Yorkshire e que viveu e trabalhou na Irlanda. O autor pretendia usar o relato para garantir um financiamento para voltar ao Gâmbia. Em seu escrito, Jobson fornece uma

¹⁰ Como por exemplo, cartas de governadores e capitães de Cabo Verde, Regimento do Capitão de Cacheu Rio Grande e de S. Domingos, 11/10/1625, MMA, V, p. 85-89 e Regimento do Capitão da Guiné, 04/04/1615, MMA, IV, p. 573-576.

¹¹ É composta por vinte e dois volumes divididos em duas séries. A primeira, constituída por 15 volumes, diz respeito à área geográfica abrangida pela primitiva diocese de S. Tomé, do rio de André, a sul do Cabo das Palmas, até ao Cabo das Agulhas. A segunda série é composta por sete volumes referentes ao território da diocese de Cabo Verde, desde o rio Gâmbia até ao Cabo das Palmas, compreendendo assim toda a Costa Ocidental Africana, a sul da atual República da Gâmbia, sendo esta, portanto, a seção que tem ligação com o recorte espacial proposto por esta dissertação.

notável visão do comércio euro-africano no rio Gâmbia que envolvia vários tipos de mercadorias.

Pieter Van Den Broecke foi um agente comercial flamengo, nascido na Antuérpia. Os seus escritos constituem uma significativa fonte porque mostram detalhadamente as estratégias comerciais dos mercadores holandeses na costa atlântica da África. Este relato se diferencia dos outros por ter sido escrito em forma de diário. No escrito há, ainda, uma tabela especificando os produtos que levava na embarcação dele e os obtidos em todos os portos que passou. Em conjunto com as outras descrições, a tabela propiciou o mapeamento do comércio euro-africano no Gâmbia.

Ao analisar esses documentos, no que diz respeito à história africana, o pesquisador deve-se atentar que “temos de partir sempre do princípio que estamos perante representações, o que é dizer, perante (re) construções do real” e também que “esta representação é, aqui, a tradução mental de uma realidade exterior que se percebeu e que vai ser evocada – oralmente, por escrito, por um ícone – estando ausente.” (HORTA, J. 1995: 189).

Os limites culturais do observador são o que restringem a sua visão do novo. Seria como um novo código, e para entendê-lo, ele descodifica de acordo com seus conhecimentos pré-estabelecidos e recodifica para passá-los a membros de sua cultura de origem. Os conceitos que são utilizados nesse tipo de relato são europeus e não africanos. Conforme escreve José D’Assunção Barros,

Estes viajantes entram em contato com culturas que lhe são totalmente estranhas, e fazem um esforço sincero de transmitir a um leitor as estranhezas que presenciaram, as aventuras e desafios que tiveram que enfrentar por serem europeus aventureiros em terras selvagens ou em cidades rústicas, habitadas por tipos sociais tão desconhecidos deles como de seus leitores (BARROS, 2012: 14).

José da Silva Horta escreve que para se estudar tal tipo de fonte, o pesquisador deve ter em mente que o autor do relato “tentará retratar a novidade humana que percebe de modo que ela passe a fazer sentido, isto é: descodifica-a para si próprio e para os outros membros de sua cultura de origem” (HORTA, 1995: 190). Ainda, para Horta (2011: 411), estas representações provinham “de uma ‘grelha cultural’ de que dispunha o Europeu para se representar o Africano”.

As formas que estes viajantes utilizam para (d)escrever o outro seria cercada pelos limites das próprias bases culturais dos narradores. “O que se fala do outro é produzido pela própria narrativa no processo de sua elaboração, numa relação de

espelho com a cultura que o cerca”. (HARTOG, 2014: 48). Esta relação de sempre descrever algo com relação a uma estrutura que já lhe é familiar na cultura de origem, é o que o autor trata por injunções narrativas.

“O discurso produzido por estes viajantes que formará o que chamamos aqui de retórica da alteridade que é no fundo uma operação de tradução: visa transportar o outro ao mesmo – constituindo, portanto, uma espécie de transportador da diferença” (HARTOG, 2014: 268). Desta forma, para a compreensão adequada desse tipo de fonte histórica, o pesquisador deve realizar um estudo prévio do arsenal conceitual e da cultura europeia à época dos primeiros contatos com a África. Portanto, é necessário voltar à atenção para as condições e os processos que muito concretamente sustentam as operações de sentido, e reconhecer que as categorias devem ser construídas na descontinuidade das trajetórias culturais (CHARTIER, 1991: 180).

Tendo em vista este horizonte cultural, o pesquisador deve-se atentar que “a crítica interna ao documento histórico é um requisito para a sua adequada compreensão. Dotar o texto de seu contexto também constitui uma *conditio sine qua non* para a análise histórica dos relatos de viagem” (CORREA, 2002: 106). Por isso é primordial notar qual a intenção e o público para o qual o texto em análise era dirigido, pois estes estão diretamente relacionados à representação feita em seu conteúdo. Segundo o historiador português José da Silva Horta (1995: 195) “os textos europeus sobre história da África afiguram-se heterogêneos nos objetivos e nos públicos a que se destinam e, conseqüentemente, também nas representações”.

Porém, é importante salientar que a intenção não é fazer um estudo das representações dos europeus sobre a África, apenas. O objetivo é, a partir das representações que estão nestes relatos, buscar o entendimento de quais foram as mudanças estruturais nos povos que viviam às margens do rio Gâmbia em relação ao desenvolvimento do comércio Atlântico na região. Porém, o trabalho não se encerra em analisar o olhar europeu sobre as mudanças estruturais pelas quais passaram estes povos. Pretende-se desconstruir as representações, e no processo de descodificação e recodificação encontrar o “outro” no relato, buscando assim o entendimento das estruturas políticas, econômicas e sociais de fulas, mandingas e jalofos no rio Gâmbia (HORTA, 1995).

Além de partir da perspectiva de desconstrução das representações, percebe-se como, muitas vezes, os autores destes relatos deixavam transparecer em sua escrita que, além do que cada um viu com os próprios olhos, eles também escrevem sobre

informações que “ouviram dizer”. Como os agentes que davam as informações aos europeus eram africanos, a voz destes aparece nestas fontes. É uma fonte histórica polifônica. Isto significa que nela se expressam efetivamente diversas vozes – por vezes explicitamente, por meio de um espaço que lhes é concedido para a fala; por vezes implicitamente, por meio do discurso de outro que mesmo sem querer, permite que outras vozes falem no interior do seu discurso (BARROS, 2012: 24).

Uma forma que o pesquisador pode adotar para reduzir a subjetividade dos textos europeus em relação à África pré-colonial é fazer um estudo comparativo com outras descrições contemporâneas em questão, razão pela qual esta pesquisa utilizará o método comparativo, baseando-se no maior número possível de fontes que é possível o acesso e que o recorte temporal permite. Ainda há de se analisar a escala que conduz o estudo. De acordo com José da Silva Horta (1995: 196) “É verdade de quanto mais restrito for o objeto de estudo, mais africanista será a perspectiva da abordagem e, porventura maior serviço à análise das representações poderá trazer à reconstituição histórico-antropológica das sociedades”. Por tal motivo, este estudo será restrito a um rio da região da Guiné e também às mudanças que uma prática, o comércio, gerou em outras instâncias das sociedades no entorno do Gâmbia.

Foi mencionado no decorrer desta apresentação que o foco da pesquisa são as mudanças nas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas dos fulas, mandingas e jalofos no rio Gâmbia, no contexto do mundo atlântico. Neste sentido, a opção de trabalhar com a noção de mundo atlântico ou história atlântica é porque esta compreende a região que está sendo pesquisada. Em concordância com este pressuposto, Alysson Games afirma que “historiadores devem trabalhar com unidades geográficas que façam sentido para as questões que eles perguntam¹²” (GAMES, 2006: 748). Quanto à definição do espaço do Mundo Atlântico, concorda-se com John Thornton que escreve:

O Atlântico também se conectava a rotas fluviais tanto na África quanto nas Américas, que constituíam um complemento vital para o Oceano, reunindo sociedades e estados que, com frequência, situavam-se a quilômetros da costa em contato com o mar e, por conseguinte, com outras sociedades e estados. Mesmo os rios que não permitiam a navegação de barcos oceânicos para regiões no interior serviam de conexões para as grandes redes de viagem e comércio no interior. A combinação de rotas marítimas e fluviais definiu a configuração da zona atlântica (THORNTON, 2004: 55).

¹² Tradução nossa: Historians should work on geographic units that make sense for the questions they ask.

A expressão “mundo atlântico” não designa apenas uma realidade espacial, mas também uma metodologia do fazer histórico. Conforme escreve Bernard Baylin, “o ponto de partida é reconhecer a impossibilidade de definir qualquer conjunto de características específicas que atravessaram três séculos do Mundo Atlântico no início do período moderno ¹³” (BAYLIN, 2005: 61). A interação de zonas distintas com um Mundo Atlântico amplo geraram diferentes mudanças, de acordo com as realidades locais e dos contatos estabelecidos. Desta forma, “não há uma unidade histórica estática, cujos elementos e natureza essencial permanecem imóveis ante o historiador ¹⁴” (BAYLIN, 2005: 61).

O conceito está em consonância com o que se espera discutir nesta dissertação. Acredita-se que fulas, mandingas e jalofos tiveram mudanças específicas no decorrer do desenvolvimento do comércio atlântico no rio Gâmbia no período em que está centrada esta pesquisa, em relações a outros contextos de contatos euro africanos. Em um trabalho que se diga dentro de uma perspectiva metodológica Atlântica, “uma uniformidade cronológica através de uma área inteira não deve ser esperada, nem divisões temáticas puras; e em um esforço para achar padrões nesta história multicultural corre-se o risco de exagerar similaridades e criar paralelos irreais ¹⁵” (BAYLIN, 2005: 61-62). Acrescenta-se a concordância com outro historiador estadunidense Alison Games, quando afirma que:

Não há, além disso, nenhum estilo uniforme de encontro cultural ou de mudanças em torno ou dentro do oceano, mesmo dentro de uma entidade imperial singular [...] É impossível dizer sobre um estilo Atlântico de interação, ou de uma única cultura Atlântica, ou mesmo, um sistema Atlântico ¹⁶ (GAMES, 2006: 751).

Dada à impossibilidade de se trabalhar com uma unidade de análise histórica dentro do Mundo Atlântico, o historiador britânico David Armitage estabeleceu três

¹³ Tradução nossa: The starting point is to recognize the impossibility of defining any specific set of characteristics that carries through the entire three centuries of the Atlantic World in the early modern period.

¹⁴ Tradução nossa: This was no static historical unit whose elements and essential nature lie motionless before the historian.

¹⁵ Tradução nossa: A uniform chronology across the entire area cannot be expected, nor neat divisions in theme; and in an effort to find patterns in this multicultural history one runs the risk of exaggerating similarities and parallels unrealistically.

¹⁶ . Tradução nossa: There was, moreover, no uniform style of cultural encounter or Exchange around or within the ocean, even within a single imperial entity. It is impossible to talk about an Atlantic style of interaction, or a single Atlantic culture, or even an Atlantic system.

macrounidades de estudos atlânticos. A primeira, seria a história *circum atlântica*, a história do Atlântico como uma zona particular de troca, de circulação e transmissão. Isto é, a história do oceano como uma arena distinta de qualquer lugar em particular, mais estritamente, zonas oceânicas que o compõe¹⁷. A segunda possibilidade é a história *transatlântica*, que seria a história do Mundo Atlântico, contada por meio de comparações, ou seja, pelas conexões entre regiões e pessoas que formalmente se mantiveram diferentes¹⁸ e a terceira forma seria o conceito de história *cisatlântica*, ou seja, a história de um lugar particular – uma nação, um Estado, uma região, ou mesmo uma instituição específica – em relação a um mundo Atlântico mais amplo¹⁹ (ARMITAGE, 2012).

Somando-se a isso, David Armitage escreve que “a história *cisatlântica* estuda lugares particulares como localidades únicas dentro do mundo atlântico e procura definir sua singularidade como resultado das interações entre locais particularidade e uma maior rede de conexões²⁰” (ARMITAGE, 2012: 21). É justamente isto que está se argumentando aqui: que diferentes localidades em África passaram por diferentes transformações em seu contato com o mundo atlântico, e é importante diferir o conhecimento para evitar generalizações.

Além disso, Armitage argumenta que a “história *cisatlântica*, a nível local, pode ser mais frutiferamente aplicada aos locais que mais obviamente se transformaram pelas suas conexões atlânticas: cidades e vilas portuárias²¹” (ARMITAGE, 2012: 23). Como esta dissertação analisa as transformações pelas quais passaram os habitantes das localidades e dos portos às margens do Gâmbia, em conjunto com as outras particularidades desta macrounidade de estudos Atlânticos, a história *cisatlântica* é a que melhor se aplica a esta pesquisa.

Em conclusão, apesar das dificuldades inerentes aos estudos dos africanistas baseados nas fontes escritas por agentes externos ao continente, uma vez aplicada a

¹⁷ Adaptado de: The history of the Atlantic as a particular zone of Exchange, circulation and transmission. It is therefore the history of the ocean as an arena distinct from any of the particular oceanic zones that comprise it.

¹⁸ Adaptado de: is the history of the Atlantic world told through comparisons [...] between regions and peoples formerly kept distinct.

¹⁹ Adaptado de: Cis Atlantic history is the history of any particular place – a nation, a state, a region, even a specific institution – in relation to the wider Atlantic world.

²⁰ Tradução nossa: ‘Cis-Atlantic’ history studies particular places as unique locations within an Atlantic world and seeks to define the that uniqueness as the result of the interaction between local particularity and a wider web of connections.

²¹ Tradução nossa: Cis-Atlantic history, at local level, can be most fruitfully applied to the very places most obviously transformed by their Atlantic connections: port town and cities.

metodologia aqui descrita, pode-se ir além de uma história das representações europeias sobre o continente africano. Com os cuidados metodológicos necessários, pode-se utilizar estas fontes como objeto de estudo para a história africana em si.

Apresentação dos Capítulos

O primeiro capítulo da dissertação, *O Rio Gâmbia e o Mundo Atlântico*, aborda o desenvolvimento do comércio no rio Gâmbia, tanto antes quanto depois da inserção da região no contexto Atlântico, por meio dos seguintes pontos: a reorientação do comércio de longa distância da região para as rotas transatlânticas, a importância comercial do rio Gâmbia e as conexões que o local estabeleceu com o Mundo Atlântico.

O segundo capítulo, *Os Agentes Comerciais*, apresenta uma análise sobre os agentes participantes do comércio Atlântico, como os viajantes, os lançados, os missionários, os moradores do arquipélago de Cabo Verde e principalmente a agência comercial dos fulas, mandingas e jalofos, que viviam à margem do Rio Gâmbia.

Por fim, no terceiro capítulo, *Mudanças no Gâmbia a partir do contato com o comércio atlântico*, serão analisadas as estratégias das sociedades que viviam às margens do rio Gâmbia para se adaptar e aproveitar das mudanças comerciais, culturais, sociais e políticas, surgidas por sua ligação com o comércio Atlântico.

Capítulo I

O Rio Gâmbia e o Mundo Atlântico

O rio Gâmbia é localizado em uma zona de encontro entre domínios morfoclimáticos: ao norte, savana; ao sul, floresta tropical. Dessa forma, seu vale era um local estratégico para a realização de trocas comerciais, tendo em vista que os produtos de uma região, por razões naturais, eram diferentes dos outros. Os povos que viviam às suas margens, fulas, jalofos e principalmente os mandingas, se beneficiavam do papel de intermediários comerciais entre essas duas partes.

O comércio de longa distância empreendido por esses povos com a região do Mediterrâneo era feito a partir das rotas transaarianas. Do norte para o Gâmbia eram levados cavalos, roupas de algodão, sal e artigos apreciados pelos islamizados, como os livros encadernados com os escritos do Alcorão. Do Gâmbia para o norte eram exportados ouro, peles, marfim, cera e escravizados.

A chegada dos navios portugueses à foz do Gambia, em 1446, transformou as relações comerciais dos fulas, jalofos e mandingas. Novos produtos, em uma escala maior, passaram a ser acessíveis a estes agentes. O mar ganhou outro significado nas vidas dessas sociedades e um novo comércio internacional se instaurou na região.

O primeiro capítulo tem dois focos: elucidar as redes comerciais que conectavam o Gâmbia às outras partes do mundo, num período tanto anterior quanto posterior à abertura da região ao Mundo Atlântico; e analisar os contextos de recepção e produção das fontes europeias das quais se servem este trabalho.

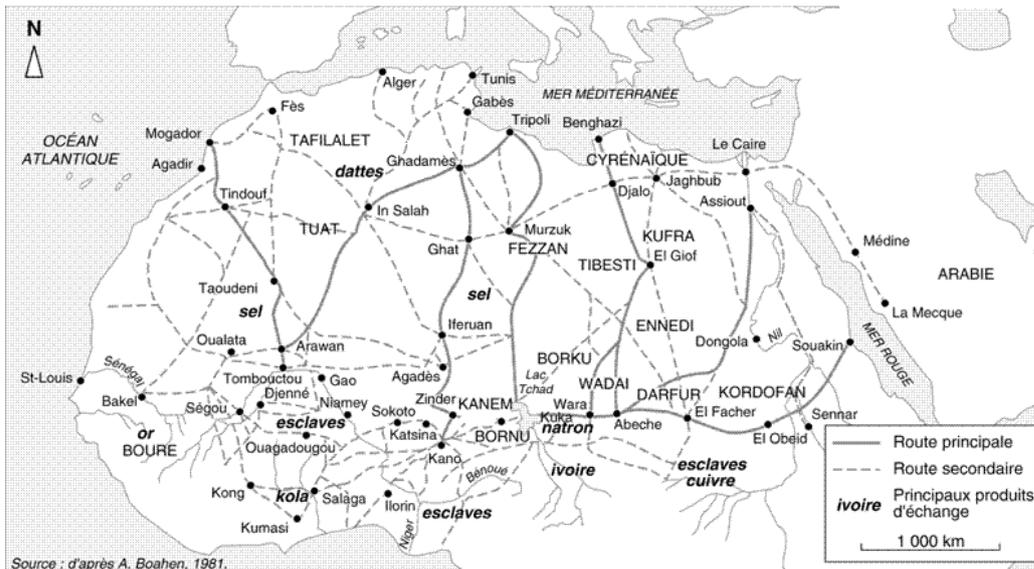
1.1 O comércio interno: o Gâmbia e as rotas transaarianas

A região onde se insere o rio Gâmbia esteve conectada com o mundo mediterrânico séculos antes do contato com os europeus via oceano Atlântico. A ligação se dava por meio das rotas transaarianas, que conectavam o sul do Sahel²² à África e a Europa Mediterrânea. De acordo com Djibril Niane:

Entre 1100 e 1500, o Saara serviu como zona de passagem privilegiada, e pode-se dizer que esse período correspondeu à idade de ouro do comércio transaariano. A partir do século X, o comércio de ouro da África ocidental com a África setentrional desenvolveu-se com regularidade. O Saara foi comparado, com procedência, com o mar (NIANE, 2010: 698).

²² Região de transição entre o deserto do Saara e a savana.

Mapa 1. As rotas transaarianas. Do Mediterrâneo ao Sudão, o comércio transaariano.



Source : d'après A. Boahen, 1981.

Méditerranée au Soudan, le commerce transsaharien in Elikia M'BOKOLO (dir.), Afrique Noire. Histoire et civilisations. Tome 2 : Du XIXe siècle à nos jours. Paris : HATIER, 2004.

Fonte: Do Mediterrâneo ao Sudão, o comércio transaariano. Elikia M'BLOKO (dir.), Afrique Noire. Histoire et civilisations. Tome 2: Du XIXe siècle à nos jours. Paris: HATIER, 2004.

O mapa 1 é elucidativo quanto à quantidade de rotas que conectavam a África subsaariana e a África mediterrânea. Esse comércio era amplo com relação aos produtos que nele circulavam.

O Saara permitiu, além do trânsito de mercadorias, o trânsito de ideias e técnicas. Um dos efeitos deste comércio foi o estabelecimento de muitos árabes e berberes em cidades do Sudão. Estes criavam laços com as populações locais através dos casamentos, e se beneficiavam da prática corrente de receber bem o estrangeiro e tratá-lo como hóspede, com a finalidade de construir novas relações comerciais. Assim, como abordado por Alberto da Costa e Silva:

Naquela parte da África – como, de resto, na maioria das culturas em todo o mundo – recebia-se bem o forasteiro. A hospitalidade generosa era praxe na Guiné [...] Qualquer que fosse o tamanho da população, nela sempre havia um *bairro* ou, quando menos, um cantinho reservado aos estrangeiros. Em certos lugares, procurava-se integrar o recém-vindo na comunidade, como cliente ou protegido de uma pessoa ou de uma linhagem. E em outros [...] ligava-se o adventício a uma esposa (SILVA, 2010: 236-237).

Naturalmente, essa aceitação do estrangeiro não era apenas uma questão de amabilidade ou generosidade. Algumas *nações*²³ permitiram que agentes externos se estabelecessem em seu território, e desta forma, abriam um novo nicho comercial que poderia fornecer mercadorias desejáveis. A presença de árabes na região ajuda a entender a conversão do Mali ao Islã, os mandingas logo se tornaram agentes islamizadores, uma vez que o comércio foi uma das formas adotadas pelos muçulmanos para a expansão de sua fé. As categorias de comércio e conversão não devem ser vistas como instâncias separadas. Elas caminhavam paralelamente e eram indissociáveis.

Ainda nos primórdios do Império de Mali, por volta de 1324, Mansa Musa²⁴ empreendeu uma faustosa viagem de peregrinação a Meca. Desta forma, a África Ocidental entrou no *Dar al-Islam*, ou seja, território onde a religião islâmica tem grande número de adeptos. O Mali passou a fazer parte do Mundo Islâmico, e, conseqüentemente, das rotas comerciais que existiam neste espaço. Junto com o Império toda a região do Sudão passou a ter conexões com as redes transaarianas graças às redes intra-africanas, comandadas por mercadores mandingas. Estas eram organizadas e eficientes. Segundo Yves Person,

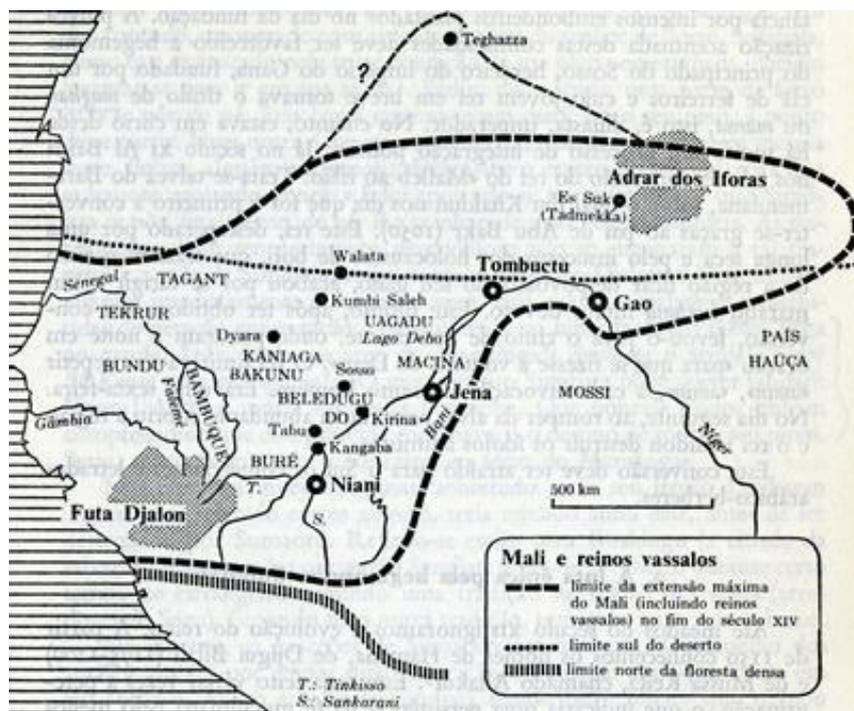
Uma rede de comércio de longa distância logo recobre toda a zona sudanesa; seus agentes mais conhecidos são os célebres comerciantes Maninka (Malinké). Esta rede já estava suficientemente organizada no século XII para permitir a exportação, para a África setentrional, de nozes de cola, fruto silvestre eminentemente perecível (PERSON, 2010: 338).

Dessa forma, mesmo que o Mapa 1 não demonstre que as rotas chegavam diretamente ao Gâmbia, de acordo com a historiografia vigente, elas alcançavam o rio porque os mercadores mandingas estabeleceram várias redes de intermediação comercial que se estendia do Atlântico ao lago Chade, das praias e das florestas às estepes ressequidas do Sahel, subindo e descendo o Senegal, o Níger e o Gâmbia (SILVA, 2011: 164). Assim, as populações que habitavam a margem do rio participavam ativamente do comércio graças a estas ligações, que se prolongavam por toda a extensão do Império do Mali, cuja extensão territorial aproximada é demonstrada no Mapa 2

²³ A escolha de *nações* como marcador identitário para designar os povos que estão presentes neste trabalho se deu a partir das fontes. Estas usam o termo tanto para designar o local europeu de origem quanto as localidades africanas, não carregando, portanto, um sentido pejorativo para tratar das organizações políticas africanas. Determinou-se o uso de itálico para evitar uma possível confusão do leitor com o sentido moderno do termo.

²⁴ *Mansa* do Mali que realizou peregrinação a Meca (SILVA, 2010). A sua viagem se tornou lendária, tendo em vista que em seu caminho o soberano teria distribuído ouro. Talvez por isso tenha ficado tão famoso a ponto de ser representado iconograficamente na Europa, como será demonstrado na imagem 1.

Mapa 2 - Mali e reinos vassalos



Fonte: KI-ZERBO, J. *História da África Negra I*. Lisboa:Publicações Europa-América, s/d, p. 165

Sendo parte do *Dar al-Islam*, as mercadorias da África Ocidental chegaram até a Península Ibérica, então dominada por islâmicos, após as guerras de expansão muçulmana que geraram um emirado na região²⁵, o Império Omíada (756-929). Posteriormente, este se tornou o califado de Córdoba²⁶, organização política independente de poder Abássida. Em 1031, o califado de Córdoba foi dissolvido em vários reinos Taifa²⁷. Como os produtos das rotas transaarianas circulavam por toda extensão do *Dar al-Islam*, as mercadorias que saíam da África Ocidental chegaram a península Ibérica. Foi assim que espanhóis e portugueses tiveram o conhecimento da existência do possível comércio de ouro com esta parte do continente africano.

Com as guerras da conquista Cristã, o espaço geográfico da península Ibérica deixa de ter o acesso direto às rotas transaarianas. Porém, como já conheciam o possível

²⁵ Emirado é o território chefiado por um Emir e equivale ao conceito ocidental de província. Originalmente, este foi um título de honra atribuído aos descendentes de Maomé. Séculos depois, tornou-se utilizado em vários contextos enquanto um título de nobreza.

²⁶ Califado é o território chefiado por um Califa, e equivale ao termo ocidental de império. O califado Abássida foi fundado pelos descendentes do tio mais jovem de Maomé, Abbas ibn 'Abd al-Muttalib, e se estendeu pelo Oriente Médio, norte da África e também pela Península Ibérica.

²⁷ O termo Taifa, no contexto da história ibérica, refere-se a um principado muçulmano independente, após a derrota do Califa Hisham III. Durante o período histórico, existiram até trinta e nove Taifas Ibéricas.

contato comercial com o sul do Saara, procuraram novos meios de eliminar o intermediário árabe-berbere e fazer negócios diretamente com os povos da África Ocidental. Dentre os produtos mais procurados, o ouro ocupa local de destaque. Conforme mostra Yves Person (2010: 337) “serão os artigos do comércio internacional que irão atrair os portugueses desde a descoberta quando se abre a segunda frente de contato. E, naturalmente, será o ouro a mercadoria mais cobiçada”. Ainda segundo o historiador francês, (2010: 339) “de repente, no século XV, o litoral do Atlântico deixa de ser o fundo de um beco sem saída, utilizado apenas para a pesca costeira e para o comércio local, e passa a constituir uma segunda frente de contato com a Europa”.

De fato, com a chegada europeia, ocorreram mudanças estratégicas em relação ao comércio de longa distância. “Os portugueses, ao frequentar as costas do Senegal e da Gâmbia, fizeram com que essas áreas deixassem de ser periféricas ou lindeiras dos impérios do Grão Jalofo e do Mali” (SILVA, 2011, p. 182). As áreas referidas eram periféricas por que os antigos centros políticos e econômicos da África Ocidental estavam ligados ao comércio transaariano. Desta forma, as principais cidades das *nações*, como Tomboctu e Gao, estavam situadas no Sahel, longe do litoral. Contudo, com o surgimento da nova via comercial, aqueles que habitavam as zonas litorâneas, foram beneficiados. Era o nascimento do Mundo Atlântico para essa região da África.

É neste contexto que se insere o recorte espacial desta pesquisa. O rio Gâmbia passou a fazer parte de uma rede de rotas marítimas comerciais, que envolveram mudanças nas populações nativas inerentes ao comércio atlântico.

1.2 O Gâmbia e os povos que controlavam o comércio na região

O rio Gâmbia se estende por 1130 km, desde o planalto do Fouta Djallon até atingir o Oceano Atlântico. Seu curso é cheio de meandros com a formação de vários lagos e lagoas. Há uma distância de 100 km até a foz, e é gradualmente alargado, chegando a atingir 10 km de extensão entre as margens, na região de encontro com o mar. O dito rio está inserido em diferentes léxicos para nomear macrorregiões de acordo com a historiografia e com as fontes. Segundo José da Silva Horta:

A África Atlântica entre o rio Senegal e a chamada “Serra Leoa” foi denominada por “Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné do Cabo Verde”, “Rios de Guiné” ou mesmo “Rios do Cabo Verde” ou apenas “Cabo Verde” e “Guiné”, significantes que podiam corresponder todos a uma mesma categoria de representação (HORTA, 2005: 1).

Além das designações apontadas pelo historiador português, outros autores como Boubacar Barry (1997), Carlos Lopes (1999) e Alberto da Costa e Silva (2011) estudam a Senegâmbia – região entre os Rios Senegal e Gâmbia. Como a dissertação analisa apenas o segundo, não se utilizará nenhuma destas definições para delimitar seu recorte espacial, sendo descrita apenas como região do rio Gâmbia.

Esta região foi um local de constantes migrações, pelo menos desde o século XII. Seja por pressões políticas, como a expansão do Império do Mali, ou por pressões naturais, como o processo de desertificação do Sahel, vários povos se instalaram na região ou passaram por ela. “O rio Gâmbia é a divisa entre o norte e o sul da Senegâmbia. É também uma zona magnética para todas as populações locais ²⁸” (BARRY, 2002: 5).

A importância da região decorre do fato do rio ocupar um lugar estratégico. “O vale do Gâmbia tem grande importância por sua localização geográfica, excelente para comerciantes indo para o sul dentro da faixa de florestas ao longo dos rios do sul, e ao norte, para o Senegal e leste até a curva do Níger ²⁹” (BARRY, 2002: 18). Localizado entre diferentes domínios morfoclimáticos, o local serve como ponto de troca de produtos que existem em um lado e inexistem no outro, como, por exemplo, a noz de cola, sal, arroz e milho.

Desta forma, conforme escreve o historiador Boubacar Barry,

O rio Gâmbia era comercialmente importante. No baixo curso, Wuli era o termino de rotas comerciais vindas do leste dentro da terra natal mandinga, e do norte ao alto vale do rio Senegal, ligada as redes soninké. A maior razão para sua importância era o comércio em cola e em roupas de algodão, mercadorias chave em trocas entre a faixa de florestas ao sul e a savana ao norte ³⁰ (BARRY, B. 2002: 18).

Como se percebe, a noz de cola e o sal eram produtos de suma importância para o comércio interno do oeste africano. Outros dois produtos importantes nas trocas no sentido norte-sul eram o milho e o arroz. O milho, cujo plantio se adaptava para as regiões ao norte do rio Gâmbia era trocado pelo arroz, plantado nas planícies alagadiças ao sul. As roupas de algodão também eram um artigo recorrente no sentido norte-sul.

²⁸ Tradução nossa: The Gambia River is the divide between northern and southern Senegambia. It is also a magnet for all the zone's populations.

²⁹ Tradução nossa: The Gambia valley owes its importance to its geographical location, excellent for traders heading south into the forest belt along the Southern Rivers waterways, north to the Senegal River, and east toward the Niger Bend.

³⁰ Tradução nossa: The Gambia river was commercially important. Downstream, Wuli was a terminus for trade routes ranging east into the Manding heartland, and north to the Upper Senegal River valley in turn linked with the Soninke network. A major reason for its importance was the trade in cola and cotton cloth, key commodities in exchanges between the forest belt to the south and the savanna to the east and north.

O principal meio de transporte dessas mercadorias entre sul e norte eram as almadias que levavam os produtos do sul para serem vendidos nos mercados do norte. As almadias eram pequenas embarcações, construídas em forma de canoas, que permitiam a navegação fluvial e da costa oceânica. Além dos mandingas, outros povos faziam o comércio regional se utilizando de almadias, como os bainuk e os biafadas.

Em suma, o rio Gâmbia foi muito relevante comercialmente para o oeste africano. Local de junção de diferentes vegetações e climas, o rio exercia um indispensável papel de complementaridade entre diferentes núcleos. Tal era sua importância que o Império do Mali buscou se estender por este rio (BARRY, 2002: 18).

Uma vez que tantos povos passaram e se instalaram na região, é temerário pensar em uma descrição etnográfica estável para esta região do rio Gâmbia na longa duração histórica. De fato, no período escolhido para esta pesquisa, as fontes sugerem a presença de três principais povos vivendo às margens do rio: os mandingas³¹, mais numerosos, estabelecidos tanto na margem norte quanto na sul³², oriundos da expansão do Império do Mali entre os séculos XII e XVI; os jalofos estavam estabelecidos na foz e na margem norte do rio³³; e os fulas, estabelecidos em vários pontos ao longo do vale do rio³⁴.

Os mandingas são originários do Império do Mali, cujo centro se localizava na região do Rio Senegal e do Alto Níger. Essa formação política tem origem, segundo as tradições orais³⁵, por volta de 1230. O herói fundador do Império foi Sundjata Keita³⁶. Embora não seja a intenção desta dissertação discutir a história da formação política do Império do Mali, é importante dizer que a partir de sua fundação, houve uma expansão gradual em direção ao oeste, e o Mali estendeu seu poder até a região da Senegâmbia. Uma das rotas de expansão do império do Mali o levou ao Gâmbia. A presença desse

³¹ São vários os etnônimos para esta etnia: mandinga, mandinka, malinké, maninka. Para maior fluidez do texto e por ser o nome mais utilizado nas fontes portuguesas no período, utiliza-se no corpo da dissertação apenas a primeira opção.

³² Escolhe-se esta divisão entre margem norte e margem sul por ser a forma de divisão que aparece nas fontes.

³³ São vários os etnônimos para esta etnia: jalofo, wolof, djolofs. Para maior fluidez do texto e por ser o nome mais utilizado nas fontes portuguesas no período, escolhe-se utilizar no corpo da dissertação apenas a primeira opção.

³⁴ São vários os etnônimos para esta etnia: fula, fulbe, pular, peul. Para maior fluidez do texto e por ser o nome mais utilizado nas fontes portuguesas no período, escolhe-se utilizar no corpo da dissertação apenas a primeira opção.

³⁵ A este respeito ver NIANE, 1982.

³⁶ Sundajata, Mari-Djata, Mari-Diata.

povo é bastante acentuada, de forma que, em 1623, Jobson os denominou “senhores e comandantes do local”³⁷ (GAMBLE; HAIR. 1999: 104).

Embora o império do Mali tenha começado seu lento declínio no século XVI, no período em que esta pesquisa se encerra, estas localidades mandingas, mesmo gozando de certa autonomia política, ainda eram tributárias do centro do Império. Alberto da Costa e Silva (2009: 341) diz que “a unidade que Sundjata dera aos mandingas vai custar a perder-se [...] e sobre um território bem mais amplo que o tradicional, pois não se perderam as áreas colonizadas pelos Malinqués nos rios Gâmbia e Casamansa”.

Richard Jobson (GAMBLE; HAIR. 1999: 111) deu indícios de que o Gâmbia ainda tinha relação com um poder maior no interior, ao dizer: “estes pequenos reis que eu disse, quem eu tanto vi, conversei, comi e bebi em seis diferentes lugares, que tem o título de Mansa, que em sua linguagem é o nome próprio para o rei, todos têm como referencia um grande rei que vive longe daqueles lugares³⁸”, sem contudo citar quem era este rei ao qual os outros deviam obediência. Conforme será explicitado no capítulo três, a hipótese é que este rei era o mandatário do Kaabu, e não mais o Mandimansa do Mali, sinalizando a decadência do império malinês.

Ao primeiro quartel do século XVII, os mandingas eram islamizados e a expansão deste povo era conduzida tanto pelo aspecto político, quanto pelo comercial e religioso. Toby Green afirma (2012: 41), “comércio e religião eram peças chaves ao novo poder mandinga”³⁹. Os dois últimos pontos eram exercidos por um agente em comum, o Bixirin, Marabu ou Cassizes. Este, além de religioso, era um importante agente comercial, que se beneficiava das redes comerciais islâmicas para disseminar sua fé.

Outro povo que vivia à margem do Gâmbia eram os fulas, que tinham vida nômade⁴⁰, e provavelmente chegaram ao Gâmbia entre 1480 e 1490 (LOPES, 1999: 69), em função da invasão liderada por Koli Tengela, que partiu do Sahel Maliano com numerosos fulas para se instalar nos altos platôs do Futa Djalon. Essa expansão fula foi

³⁷ Tradução nossa: The Maudingo: The people, who are Lords, and Commaunders of this country.

³⁸ Tradução nossa: Those petty Kings I say, whereof I both saw, had conference, and did eate and drinke within [with in] sixe several places, who had the title of *Mansa*, which in their language

³⁹ Tradução nossa: Trade and religion were the keystones to new Mande power.

⁴⁰ David Gamble e Paul Hair (1999, p. 65) escrevem que embora houvessem posteriores aldeamentos de fulas que tenham se tornado sedentários e alguns até mesmo urbanizados, seu predominante status inicial era o pastoral, um povo nômade criador de gado.

registrada por André Almada mesmo tendo ocorrido em momento bastante anterior às suas viagens pelo Rio Gâmbia⁴¹:

Não deixarei de dizer, uma cousa que vi neste Rio, em um passo que se chama dos fulos. Sendo ele largo e alto, veio com guerra tanta cópia de fulos, que cobriam todas aquelas lalas [sic], e sujeitaram os mandingas por aquela parte. Vieram determinando de passar este exército da outra banda; não havendo embarcações para isto, sendo o Rio de uma légua, o entulharam de pedras, de maneira que passou todo o exército; afirmam muitos que era tanta cópia de gente que não foi necessário mais que trazer cada soldado uma pedra. Seja como for, eles entupiram o Rio, e passou todo o exército e bagagem, que era muito grande, porque traziam muita gente de cavalo, muitos camelos, burros, soma de vacas, com que iam marchando (ALMADA, 1841: 281).

De fato, o “passo dos fulas” foi o limite para as possibilidades portuguesas de subida em relação ao curso do rio Gâmbia. Dentre os comerciantes selecionados, apenas Richard Jobson conseguiu comercializar acima, na margem norte, em direção a nascente do rio.

Notáveis criadores de gado, os fulas se deslocavam pela região à procura de boas pastagens para os seus rebanhos. Segundo Richard Jobson (GAMBLE; HAIR, 1999: 100), “sua profissão é cuidar do gado, eles tem algumas cabras, mas o principal rebanho é de bois, dos quais eles são abundantemente providos⁴²”.

Apesar da invasão de Koli Tengela, os fulas não se estabeleceram permanentemente no rio Gâmbia. Os que estiveram lá durante o primeiro quartel do século XVII, chegaram posteriormente, advindos do exercício de criação nômade de gado. Talvez por isso, a coabitação entre fulas e mandingas no Gâmbia era de supremacia política, social e econômica dos segundos em relação aos primeiros. “O que é certo é que estes se misturaram profundamente nos seus costumes, e os primeiros herdaram formas e estruturas de poder dos segundos” (LOPES, 1999: 68).

Richard Jobson (GAMBLE; HAIR, 1999: 101) sugere que o contato entre fulas e mandingas era baseado, de certa forma, em sujeição: “essas pessoas vivem em grande sujeição aos mandingas, sobre o quais eles parecem se lamentar, e não podem matar um boi sem eles saberem [...] nem mesmo vender ou trocar com a gente qualquer

⁴¹ Esta passagem é uma mostra da força das tradições orais para essa região africana, e também da presença da oralidade africana nas fontes escritas pelos europeus. Mesmo tendo ocorrido cerca de um século antes de Almada estar presente no rio Gâmbia, ele ainda descreveu a passagem dos fulas pelo rio Gâmbia. Infere-se que esta informação, como muitas outras, foram passadas aos agentes europeus pelos africanos. A fonte escrita para a África neste período é polifônica, conforme discutido na introdução deste trabalho.

⁴² Tradução nossa: Their profession is keeping of cattle, some Goats they have, but the Heardes they tend are Beefes, wherof they are aboudantly stored.

mercadoria que eles tenham ⁴³”. “Milhares de fulas viviam no Cantor, Jimara e outros reinos mandinga do Alto Gâmbia. Habitualmente, os fulas aceitavam a autoridade dos mandingas e nunca quiseram disputar o seu poder, apesar de impostos e tributos diversos que tinham que pagar” (LOPES, C. 1999: 69).

Os jalofos, por fim, viviam ao sul do rio Senegal. Formavam um império que se estendia ao longo da costa, até a foz do Gâmbia e era constituído pelo reino do Gran-Jalofo e por províncias ou reinos vassalos (SILVA, 2011: 159). De acordo com Paul Hair e David Gamble “uma longa faixa da margem norte do rio Gâmbia era sujeita a mandatários jalofos ⁴⁴” (GAMBLE; HAIR. 1999: 67).

A relação entre os jalofos e os mandingas era conflituosa. Segundo Boubacar Barry,

Na Senegâmbia do Norte, a influência do Império do Mali parece ter sido menos sólida. Por esta razão, no século XIV, a crise sucessória que se sucedeu à morte do Mansa Suleiman em 1360 facilitou a criação da Confederação Jalofa, que traziam juntos as províncias Wolof de Waabo, Kajoor e Baol [...] Forçaram a expansão do império do Mali a recuar até o sul do Gâmbia ⁴⁵ (BARRY, 2002: 7).

Conforme se percebe pelo excerto acima, as unidades políticas jalofas confederadas eram Saalum, Ualo, Caior, Baol e Siin⁴⁶, e a população deste último lugar era predominantemente serere. O título do mandatário diferia-se de unidade para unidade, *Brak* em Waalo, *Dammal* em Kajoor, *Teeny* em Baol, *Buur* em Saalum ⁴⁷ (GAMBLE; SALMON; NJIE. 1985: 13).

Assim como os mandingas, os jalofos também eram islamizados. Formalmente, pela religião adotada, a linha sucessória deveria ser patrilinear. Porém, o que se observa nas fontes, é que a prática corrente era a matrilinearidade. Segundo André Donelha (1977: 130), “aqui herda o sobrinho filho de sua irmã, e não do irmão, e a irmã há de ser sua irmã de mãe, não de pai”. O mesmo autor (1977: 130 – 136) explicou a história que

⁴³ Tradução nossa: These people live in great subjection to the Maudingo, under which they seeme to groane, for he cannot at any time kill a beefe but if they know it [...] neither can hee sell or barter with us for any commodity hee hath.

⁴⁴ Tradução nossa: A large stretch of the north bank of River Gambia was subject to Wolof politics.

⁴⁵ Tradução nossa: In northern Senegambia however, the influence of the Mali Empire seems to have been less solid. For that reason, as from the mid-fourteen century, the succession crisis that followed the death of Mansa Suleiman in 1360 facilitated the creation of the Jolof Confederation, which brought together the Wolof provinces of Waalo, Kajoor, and Baol [...] Forcing the waning Mali Empire to retreat toward southern Gambia.

⁴⁶ Assim como os etnônimos, os nomes das localidades é variável de acordo com a historiografia e com as fontes.

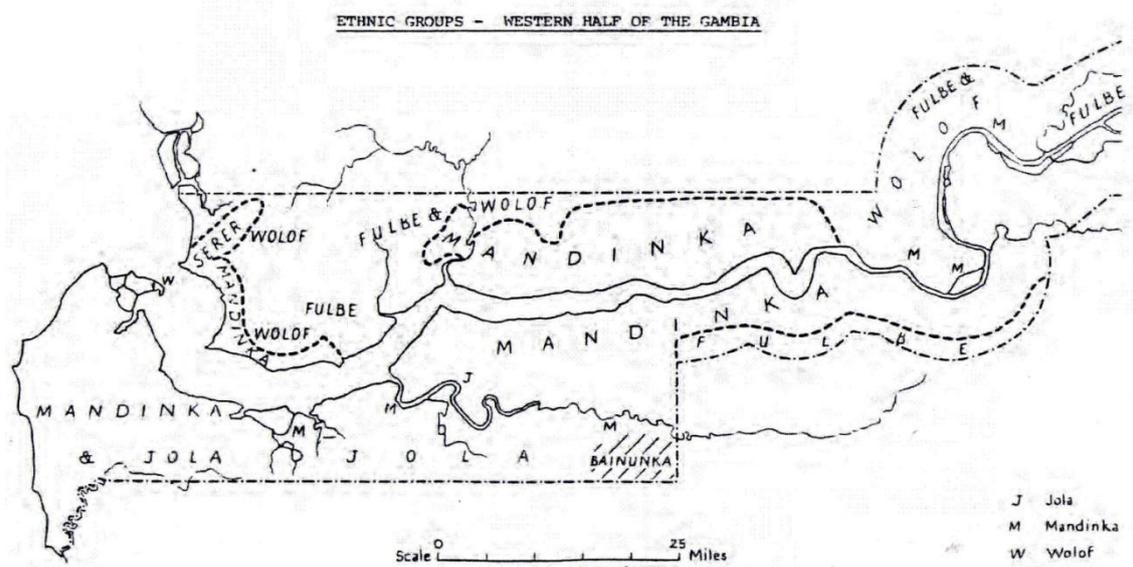
⁴⁷ Tradução nossa: The title of the supreme ruler differed from state to state, *Brak* in Waalo, *Dammal* in Kajoor, *Teeny* in Baol, *Buur* in Saalum

justificava a prática⁴⁸. É interessante notar que o Islã, que se expandiu no oeste africano se adaptou a esta prática de transmissão matrilinear, isto é, aos costumes locais. Portanto, não houve imposição externa, no sentido de uma ortodoxia islâmica.

Quanto à disposição dos estados jalofos à época de nossa pesquisa, Carlos Lopes escreve que após a resistência às sucessivas tentativas de invasão mandinga, “as fronteiras jalofas passaram a tocar de perto as províncias malinké [mandinga] ao sul, e nomeadamente o Gâmbia” (LOPES, 1999: 92).

“A hegemonia da Confederação Jalofa foi desde cedo abalada, antes de seu total desmembramento, no século XV, em função da invasão Fula liderada por Koly Tengella” (BARRY, B. 2010: 315). Este esfacelamento também foi favorecido por mudanças causadas pela inserção da região em um contexto Atlântico. O mapa 3 mostra a presença das três *nações* abordadas anteriormente, que viviam às margens do lado ocidental do rio Gâmbia.

Mapa 3 - Ethnic Groups – Western Half of the Gambia



Fonte: GAMBLE, D; SALMON, L; NJIE, A. *Peoples of the Gambia – I. The Wolof*. San Francisco: Gambian Studies Nº 17. 1985, p. III

⁴⁸ Exemplo da força das tradições orais para esta região da África, e da oralidade presente na documentação escrita europeia. Segundo Donelha, contava-se que um rei muito importante para a construção da confederação Jalofa adoeceu, especificamente com lepra e procurou os janbacouses, nome que era dado àqueles responsáveis tanto por questões medicinais quanto espirituais. Sem uma resposta concreta destes agentes sobre o que fazer para melhorar sua situação, o rei é aconselhado por um bixirin a sacrificar um de seus filhos, e se banhar com o sangue do seu sangue. As suas mulheres se recusaram a dar um de seus filhos para tal fim. Se apiedando, duas de suas irmãs maternas ofereceram um dos sobrinhos do rei para o sacrifício. Tomando o mais novo de seus sobrinhos e dando aos Janbacouses para realizar os procedimentos necessários, o rei ficou completamente curado. Dali em diante, ficou decidido que o herdeiro Jalofa seria o sobrinho do rei.

Concluindo, pode-se notar na análise apresentada a importância comercial do rio Gâmbia para o oeste africano, bem como identificar os povos que exerciam agência comercial no local e os lugares que estavam sob o poder administrativo de cada um. O próximo tópico é uma análise sobre a mudança do eixo do comércio na região, que foi reorientado paulatinamente para o Atlântico.

1.3 As conexões do Gâmbia com o Mundo Atlântico

O rio Gâmbia é um espaço privilegiado para o entendimento das interações e mudanças ocorridas no espaço gambiano em relação ao desenvolvimento do comércio Atlântico, pois a boa navegabilidade do seu curso fez com que houvesse certa interiorização do comércio atlântico na região. Conforme escreve Carlos Lopes (1999: 75) “os cursos de água proporcionam boas condições de navegação, o que é particularmente verdade em relação à Gâmbia, e logo que se deixa o maciço do Futa-Jalon, a terra é plana, não oferecendo qualquer obstáculo”. Neste sentido, é importante apresentar o histórico deste relacionamento⁴⁹ entre 1446 e 1580, ou seja, o período anterior ao recorte proposto por esta pesquisa (1580-1630).

Nos primeiros anos do contato entre europeus e gambianos foram produzidos seis relatos sobre a região do Gâmbia, pelos seguintes viajantes, comerciantes e cronistas: Alvise Cadamosto (1455-1456), Antoniotto Usodimare (1455), Diogo Gomes (1455/1456 e 1458), Duarte Pacheco Pereira (1508), Valentim Fernandes (1508) e João de Barros (1552), relatos que serão apresentados a seguir.

Portugal foi a primeira *nação* europeia a frequentar as águas do Gâmbia. De acordo com Gamble e Hair

Os portugueses chegaram ao rio Senegal e Cabo Verde em 1444. Nos anos seguintes, eles exploraram as 120 milhas da costa entre o Cabo Verde e o Rio Gâmbia e a foz dos rios intermediários, e eles tentaram fazer contato com os locais africanos, para comerciar. Muito pouco é conhecido sobre essas viagens, mas em muitos desses episódios africanos e portugueses lutaram e alguns portugueses morreram, incluindo Nuno Tristão e (talvez) toda sua tripulação em (provavelmente) 1446 (GAMBLE; HAIR. 1999: 241)⁵⁰.

⁴⁹ Para a escrita deste histórico, utilizou-se largamente a parte II do livro *The Discovery of River Gambia by Richard Jobson (1623)* de David Gamble e Paul Hair (1999). Nesta parte, os autores transcreveram uma série de relatos de viagens, escritos entre 1455 e 1684, com informações diretamente relacionadas ao rio Gâmbia.

⁵⁰ Tradução nossa: The Portuguese reached river Senegal and Cape Verde in 1444. In the next few years they explored the 120 miles of coast between Cape Verde and river Gambia, and the mouths of the

Como se percebe, os primeiros contatos não foram amigáveis. Uma vez que toda a tripulação de Nuno Tristão provavelmente foi morta em conflito, o primeiro viajante a deixar escritos sobre o rio Gâmbia foi Alvise de Cadamosto, datados de 1455 e 1456. Este veneziano trabalhava para a coroa portuguesa, e seu relato deixa claro que, de fato, o contato atlântico-gambiano não era amistoso, pelo menos na região próxima a foz do rio: “eles perceberam dois outros navios que vinham atrás de mim e avançava em seu encontro. Quando eles os alcançaram, todos eles largaram seus remos e começaram a atirar com seus arcos ⁵¹” (GAMBLE; HAIR. 1999: 247).

Porém, o que também se percebe pelas palavras do próprio autor é que Cadamosto buscava comerciar pacificamente com os mandingas que encontrou:

Depois de muito chamados e gritos de nossos interpretes, uma das canoas se aproximou. Nós perguntamos qual a razão de seus ataques contra nós, não entendendo que nós éramos homens de paz e comerciantes, dizendo que tínhamos uma relação amigável com o rei do Senegal, e que queríamos ter termos semelhantes com eles, se eles desejassem. Depois, que nós vínhamos de uma terra para oferecer presentes apropriados para seu rei ou senhor em nome de nosso rei de Portugal, que desejava paz e amizade com eles. Nós os suplicamos para nos dizer em que país estávamos que chefe o governa, e que rio era esse e seu nome; e nós os dizemos que eles deveriam vir em paz e confiança para levar nossas mercadorias, pelas quais trocaríamos pelo que tivessem e nos desejassemos. Eles responderam que tinham notícias sobre estarmos vindo e nossa relação com os negros do Senegal, e que se eles procurassem nossa amizade, não poderiam deixar de serem homens maus, já que eles acreditavam que nós cristãos comíamos carne humana, e que nós só comprávamos os negros para come-los; que da parte deles não queriam nossa amizade em nenhum termo (GAMBLE; HAIR. 1999: 248-249)⁵².

Nesta necessária e longa citação percebemos que Cadamosto buscava comerciar com os gâmbianos, não utilizando da violência. Conforme explicado anteriormente, os

intermediate rivers, and they attempted to make contact with the local Africans, in order to trade. Very little is known about these voyages, but on several of them episodes occurred in which Africans and Portuguese and some of the latter were killed, including Nuno Tristão and (perhaps) his whole crew in (probably) 1446.

⁵¹ Tradução nossa: They perceived the other two vessels coming up behind me and advancing towards them. When they reached them, they all threw down their oars and began to shot off their arrows.

⁵² Tradução nossa: After much calling and shouting by our interpreters, one of the canoes returned. We asked of those in it reason for their attack upon us, notwithstanding that we were men of peace, and traders in merchandise, saying that we had peaceful and friendly relations with the blacks of the Kingdom of Senega, and that we wished to be on similar terms with them, if they were willing. Further, that we had come from a distant land to offer fitting gifts to their king and lord on behalf of our king of Portugal, who desired peace and friendship with them. We besought them to tell us in what country we were, what lord ruled over it, and what river this was and its name; and we told them they might come in peace and confidence to take our wares, for we were content that they should have as much or as little as we they pleased. They replied that they had had news of our coming and of our intercourse with the blacks of Senega, who, if they sought our friendship, could not but be wicked men, for they firmly believed that we Christians ate human flesh, and that we only bought blacks to eat them; that for their part they did not want our friendship on any terms.

européus, após um primeiro momento de embate, preferiram a estratégia de estabelecer laços econômicos pacificamente com os povos do continente, prática que se tornou corrente em toda África Ocidental.

Como o enfrentamento entre as caravelas de Cadamosto e as almadias dos povos que viviam no local⁵³ se deu próxima a foz do rio Gâmbia os europeus ficaram apenas cerca de quinze dias na foz. Conseqüentemente, o volume do trato comercial também foi pequeno.

A viagem de Cadamosto rendeu outro relato, feito por Antoniotto Usodimare. Este genovês acompanhou o veneziano nas viagens de 1455 e 1456 e escreveu uma carta aos seus credores, em 12 de dezembro de 1455, quando retornou a Portugal, para buscar um novo financiamento para retornar à Guiné. O relato de Usodimare também se refere ao contato pouco amistoso com os povos que viviam no Gâmbia, além de indicar a crença europeia em encontrar Prestes João, figura mitológica que seria um rei cristão que possuía um grande reino na África e que, encontrado, poderia auxiliar os europeus no combate contra o inimigo infiel, isto é, os muçulmanos.

O terceiro relato, em ordem cronológica, que retrata o contato atlântico-gambiano é o de Diogo Gomes, escrito a partir de viagens em 1455, 1456 e 1458. O português era um agente do Infante Dom Henrique, e foi o primeiro europeu a subir o curso do rio Gâmbia até o distrito de Cantor. Seu relato foi escrito em 1480, quando descreveu suas viagens a um visitante alemão, possivelmente usando notas que havia escrito na época da viagem, além de suas memórias.

Auxiliado por um guia local, chamado Bucker, que contratou no reino de Farisangul, na margem sul do rio, Diogo Gomes chegou a Cantor, onde comprou ouro e escravizados. Além de ter sido o europeu que mais subiu o curso do rio à época, o português também conseguiu manter-se em paz com os mandingas de Niumi, com quem Cadamosto tinha entrado em conflito:

Foi ali [na localidade onde havia contratado seu guia, Farigansul] que eu aprendi o fato que os maus feitos aos cristãos foram feitos por um rei chamado Niumimansa, que possui a terra que se encontra naquele promontório. Eu fiz grandes esforços para fazer a paz com ele, e lhe enviei muitos presentes pelos seus próprios homens e pelas suas próprias canoas, que vinham buscar sal para seu país [...] Eles tinham muito medo dos cristãos pelas injúrias que tinham cometido a eles. Eu fui pelo rio até o porto próximo a foz, e ele enviou várias vezes mulheres e homens para me testar, e eu não os fiz nenhum mal, pelo

⁵³ Pela descrição de Cadamosto, infere-se que os locais que entraram em combate contra os europeus presumivelmente eram Mandingas, sujeitos ao rei de Niumi (GAMBLE, HAIR 1999: 247).

contrário, eu os recebi com o rosto amigável. Quando o rei soube disso, ele veio à margem do rio, me chamou o que eu fiz, com certa cerimônia da minha parte, o melhor que pude [...] Em minha partida ele e todo seu povo lamentaram, tão grande era a amizade que havia surgido entre eles e eu (GAMBLE, HAIR. 1999: 263-264) ⁵⁴.

O contato bem sucedido entre Diogo Gomes e o mandatário de Niimi parece ter rendido frutos às interações euro-gambianas. Cinquenta anos depois do contato bem sucedido de Diogo Gomes, o relato do oficial real e marinheiro Duarte Pacheco Pereira, não indica qualquer impedimento por parte dos gambianos⁵⁵ para a entrada dele no rio Gâmbia. O português serviu na África Ocidental entre 1480 e 1520. Seu relato, bem como os subsequentes, ao contrário dos dois anteriores, não foi publicado à época, sendo tornado público apenas no século XIX, uma vez que a coroa portuguesa tinha intenção de proteger seus conhecimentos sobre a região, de forma a tentar assegurar certo monopólio comercial com a região da Guiné.

Em relação ao Gâmbia, Duarte Pacheco Pereira demonstra um maior conhecimento (mais do que os demais europeus) acerca dos etnônimos das *nações* africanas. Pereira usou as palavras “mandinga” e “jalofos” pela primeira vez, bem como forneceu informações sobre conflitos entre as duas referidas *nações* e sobre a realização de uma grande feira no distrito de Sutuko. Comerciou em Cantor, Sutuko, Jalandoo, Dobancoo e Jamnamsura, onde fez escambo dos produtos que levava – roupas comuns, azuis, vermelhas e verdes, lenços, sedas finas coloridas, manilhas e chapéus – em troca de ouro (GAMBLE; HAIR. 1999: 265-266).

Valentim Fernandes, nativo da Boemia, atuando em favor da coroa portuguesa, escreveu seu relato no mesmo ano que Duarte Pacheco Pereira, 1508. Além de informações colhidas pelo próprio autor por observações *in loco*, o relato de Fernandes contém conhecimentos obtidos diretamente com os portugueses que trabalhavam no comércio com a Guiné e com os povos da região, bem como excertos do relato de Cadamosto, publicado em 1507.

⁵⁴ Tradução nossa: It was here that I learned the fact that all the wrongs done to the Christians had been done by a certain king called Nomymans, who possesses the land which lies on that promontory. I took great pains to make peace with him, and sent him many presents by his own men in his own canoes, which were going for salt to his own country [...] He greatly feared the Christians because of the injuries he had done them. I went by the river toward the ocean, as far as the harbor neat the mouth of the river, and he sent to me many times men and women to test me, whether I would do them any harm, but, on contrary, I received them with friendly face. When the king heard this, he came to the river-side with a great force, and sitting down the bank, sent for me to come to him, which I did, with due ceremony on my part, as best I could [...] At my departure he and all his people wept, so great was the friendship which had sprung up between him and me.

⁵⁵ Quando se utilizar a palavra “gambianos” nesta dissertação, se refere especificamente aos povos que viviam na região durante o período em questão, e não aos atuais habitantes do país República de Gâmbia.

O relato de Fernandes é o que possui mais informações relativas aos mandingas. Ele descreveu as estruturas políticas, sociais, religiosas e comerciais desta *nação*, assim como os produtos adquiridos ao longo do rio: escravizados, papagaios verdes, ouro, roupas de algodão, esteiras, almíscar, macacos, cera e mel. Em troca, vendeu braceletes de bronze, contas, roupa vermelha, mantos do Alentejo, algodão das ilhas do Cabo Verde, cavalos e ferro (GAMBLE, HAIR. 1999: 268).

Por fim, dentre o levantamento feito sobre relatos de viagem anteriores ao recorte temporal escolhido para esta pesquisa (1580-1630), está os escritos de João de Barros, datado de 1552. O português, que era um oficial da coroa portuguesa, nunca visitou a região da Senegâmbia, de modo que o relato dele foi constituído por meio da compilação de informações orais. Seu relato possui informações sobre a cidade de Cantor, para onde afirma irem caravanas do Cairo, Tunis, Oran, Tlemcem, Fez, Marrocos, e muitos “outros reinos e domínios dos mouros”, demonstrando que mesmo com o surgimento do comércio atlântico, as rotas transaarianas continuavam ativas.

1.3.1 O Comércio Atlântico-gambiano: Portos e Produtos no Gâmbia

Tendo apresentado o histórico do contato atlântico-gambiano, serão apresentadas as localidades no rio Gâmbia onde ocorriam as trocas comerciais entre os gambianos e os europeus, entre 1580 e 1630. São vários os portos no caudaloso rio Gâmbia onde houve contato entre os povos de ambas as regiões. Ao entrar no rio, no lado norte, o porto de Barra é imediatamente alcançado. O povo deste porto é sujeito ao rei de Barra, que é tributário do grande reino de Borçalo. O peixe, que era abundante na região, era pescado e secado ao sol, para ser comercializado rio acima pelos locais. A cinco léguas⁵⁶ do porto de Barra, na margem norte, estão localizados o porto de Aldabar e de Julufre, onde eram vendidos cera, marfim, peles de animais selvagens e ouro.

Duas pequenas ilhas, chamadas ilhas de Felam situavam-se no estuário, pertenciam ao mesmo mandatário. Em uma dessas ilhas o sal era produzido em grandes quantidades. Importante na conservação de alimentos, ele era uma mercadoria sumamente importante. Há indícios que os europeus que iam comerciar no Gâmbia carregavam suas caravelas nestas ilhas para fazê-lo de moeda de troca nas localidades rio acima (GAMBLE; HAIR. 1999: 292).

⁵⁶ Medida de distância comum a todas as fontes consultadas.

De frente para o porto de Barra existia uma ilha chamada Bamgu, as pessoas que residiam nela eram súditas do rei mandinga de Combo, que era o mandatário da margem sul nas proximidades da foz. Nas terras de Combo eram vendidos cera, arroz e escravizados. Na mesma margem, mais acima, era o porto de Berefete, que estava sobre controle do rei de Bintam. Ali era comercializado arroz, peles, escravizados e cera.

Cinco léguas além deste porto, na margem sul, ficava um afluente do rio Gâmbia, chamado rio de Bintam. Navegando por este afluente, chegava-se a uma vila, chamada Tancoroale, habitada principalmente por mandingas, sujeitos ao farão⁵⁷ de Quiam. Assim como os outros portos, havia comércio de peles, cera, marfim e escravizados. Além de Tancoroale, outros portos no canal principal do rio Gâmbia, como Jasabo, Tubaro-colom e Sitato, eram sujeitos a Quiam. Todos estes portos se localizam na foz de afluentes do Gâmbia, que eram navegados para a obtenção de sal.

Na margem norte, em frente ao rio de Bintam, existia outro afluente, o rio de Joba. A seis léguas deste afluente está o porto de Tagamdaba, e em mais seis léguas o porto de Badibo. Estas três localidades estavam sob domínio do rei de Badibo, que era tributário de Borçalo. O sal era a principal mercadoria oferecida por esses lugares.

Ainda na margem norte, em oito léguas além de Tagamdaba, estava localizado o porto de Jagra, pertencente ao mandatário mandinga de Jagra. Era um porto de muito comércio, principalmente de escravizados, arroz descascado, cera, peles e marfim. De Jagra a Degumasamam eram cinco léguas de distância e entre os dois portos existia uma ilha chamada ilha dos Elefantes. Tanto no porto quanto na ilha o comércio era o mesmo que o existente em Jagra, uma vez que as localidades pertenciam ao mesmo mandatário.

Mais adiante na margem norte, a uma distância de oito léguas, estava localizado o porto de Manjagar. Assim como Barra e Badibo, o porto era domínio do rei de Borçalo. Neste porto eram comprados peles, arroz descascado e escravizados. A uma légua de distância, na mesma margem estava o porto de Caur. Roupas, ouro e também peles eram compradas ali, e era grande a demanda dos mandingas e jalofos por noz de cola.

De Manjagar a Nanhigaga eram oito léguas de distância. Desse porto em diante, todas as estruturas de governo eram mandingas. Ali eram vendidas peles e milho, bem como marfim. Ele era o primeiro porto do reino de Niani, ao qual pertenciam também

⁵⁷ Titulação política de mandatários mandinga.

os subsequentes. Do lado oposto a Nanhigaga, na margem sul, existia um porto chamado Nhamina, onde também eram vendidos peles e alimentos naturais da região, como o milheto. De volta à margem norte, a quatro léguas de Nanhigaga estava um afluente do rio Gâmbia chamado Cudan, que possuía vilas em suas margens que vendiam alimentos locais, peles e marfim.

Quatro léguas além do rio de Cudan, na margem norte do canal principal do rio Gâmbia estava o porto de Nanhimargo, onde eram comercializados alimentos, peles, roupas, escravizados e marfim. Assim como nas outras localidades mandingas, a noz de cola também era o produto mais procurado.

Ainda na margem norte, a quatro léguas de Nanhimargo, estava um dos principais portos comerciais atlântico-gambianos, o porto de Cação. Neste local existia comércio em peles, escravizados, marfim, roupas, galinhas, arroz descascado, leite, mandinga, ovelhas, cabras, bois e madeira que poderia ser usada para a confecção e manutenção de barcos. Apesar de ser predominantemente habitada e suas estruturas de mando ser mandingas, a presença de habitantes fula era acentuada neste porto, o que se refletiu no comércio, uma vez que produtos como o leite e o gado eram produtos típicos do modo de vida nômade pastoril fula.

Do porto de Cação ao porto de Conicomo, situado na margem sul, são seis léguas. Cera, peles e marfim eram disponíveis neste porto. Deste porto até Jurume, na margem sul eram quatro léguas e os produtos disponíveis eram os mesmos produtos que em Conicomo, e eram trocados principalmente por sal.

Na margem norte, em frente à Jurume, estava o porto de Malor. Este porto tinha comércio de alimentos locais, peles e roupas, e o produto mais procurado em troca era o sal. O próximo porto, na margem norte, era o de Lamé, onde roupas, peles, alimentos marfim eram trocados principalmente por sal.

Depois de Jurume, o porto seguinte era o de Bunhacu, do lado sul, a oito léguas de Lamé. Este é o primeiro porto do território do Farim Cabo, mandatário do Império do Kaabu, organização política mandinga⁵⁸. A uma légua dali estava o porto de Peripho, do mesmo lado. Nestes portos eram vendidas cera e peles. De Peripho a Maresamsam, no lado norte eram sete léguas, e a estrutura de mando voltava a ser Niani. Vendia-se peles, marfim e escravizados e as mercadorias mais procuradas pelos mandingas do local eram bebidas alcoólicas e o sal.

⁵⁸ Sobre o Kaabu, discorrer-se-á mais profundamente no capítulo três,

De Maresamsam até outro afluente do Gâmbia, o rio Alea, na margem norte, eram oito léguas. Este rio era acessível por botes e canoas, e nas várias vilas que se estendiam às suas margens peles e marfim eram comprados. Era um lugar visitado especialmente pelos lançados, uma vez que estes possuíam embarcações menores em comparação aos outros estrangeiros que iam comerciar no rio.

No canal principal do rio Gâmbia, o próximo porto é o de Ponor, que está no lado sul, a seis léguas da foz do rio Alea. Vendiam-se peles, marfim e escravizados. Do porto de Ponor ao porto de Jalacuna, que fica do lado sul, eram seis léguas. Jalacuna era um local com presença acentuada de fulas e a principal mercadoria vendida eram as peles, trocadas por sal.

Do porto de Jalacuna ao porto de Nhamenhacunda, do lado sul, eram oito léguas de distância. O local se notabilizava por vender muito marfim. Os próximos portos eram Sumacunda, do lado sul, a oito léguas de distância do anterior, e Nhacobé Canhobé (distante uma légua de Sumacunda), ambos do lado sul, onde marfim e peles eram vendidos.

A três léguas de Nhacobé Canhobé, estava localizado o porto de Nhacoi, na margem norte. No local vendia-se muitas peles. De Nhacoi a Findifeto, do lado sul, são seis léguas, onde o trato comercial se baseava também em peles. O porto seguinte é Fatatenda, a quatro léguas de Nhacoi, no lado norte. É o primeiro reino do território do Wulimansa⁵⁹ e marca o fim do território de Niani. O comércio baseava-se em peles e em marfim. Do porto de Fatatenda ao porto de Pirai, que fica do lado sul, são quatro léguas. O comércio do local é semelhante ao do porto anterior.

Do porto de Pirai ao porto de Cantor, que fica na margem norte, são quatro léguas. As terras do lado sul também pertencem a Cantor, que é comandada pelo Farim Cabo. Assim como Cação, é local de intensas trocas comerciais entre europeus e Mandingas, o principal produto vendido no local era o ouro, e também havia comércio de escravizados, vinho de palma, marfim, cera e peles.

O próximo porto é Baracunda, doze léguas além de Cantor, na margem norte. Para este porto, têm-se indícios que partiam várias caravanas de grande porte vindas do interior, para comerciar tanto produtos que eram produzidos no local quanto àqueles que chegavam a Baracunda via comércio atlântico pelo rio Gâmbia. Os principais produtos

⁵⁹ Titulação política mandinga.

vendidos no local eram escravizados, marfim, ouro e peles, trocados por sal, roupas, papel e contas de vidro.

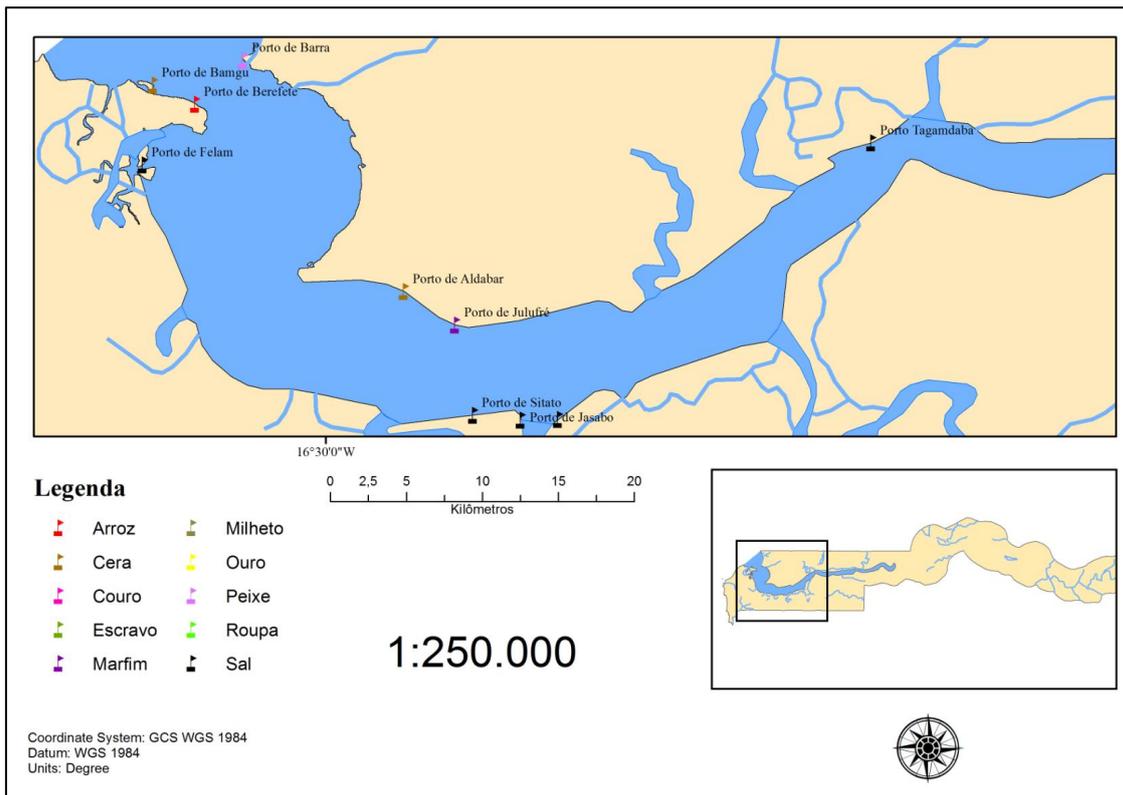
Os portos citados acima foram visitados, direta ou indiretamente, em maior ou menor grau, pelos viajantes cujos relatos servem como fontes para esta pesquisa. Apenas um dos comerciantes, Richard Jobson, navegou rio acima. O primeiro lugar que o inglês aponta em seu relato é Saint John Mart, nome dado por ele mesmo, que ficava no ponto de confluência entre o rio Gâmbia e um afluente que ele nomeou Tinda e os locais chamavam Nieriko, a 130 léguas de Baracunda, distância percorrida em doze ou treze dias. Neste lugar, diz ter feito escambo de sal por ouro.

Foi a uma légua e meia subindo além da foz do rio Tinda/Nieriko que Jobson diz ter feito comércio em maior volume, com um bixirin chamado Buckor Sano. No local vendia-se ouro, escravizados, peles, marfim, algodão e roupas em troca de sal, ferro e bebidas alcoólicas. Além de ter comecido com este bixirin, Jobson afirma ter feito trocas dos mesmos produtos diretamente com o rei de Jelicot, um distrito mandinga subordinado a Wuli, que ficava a doze léguas em terra a partir do ponto de confluência do rio Tinda e do rio Gâmbia.

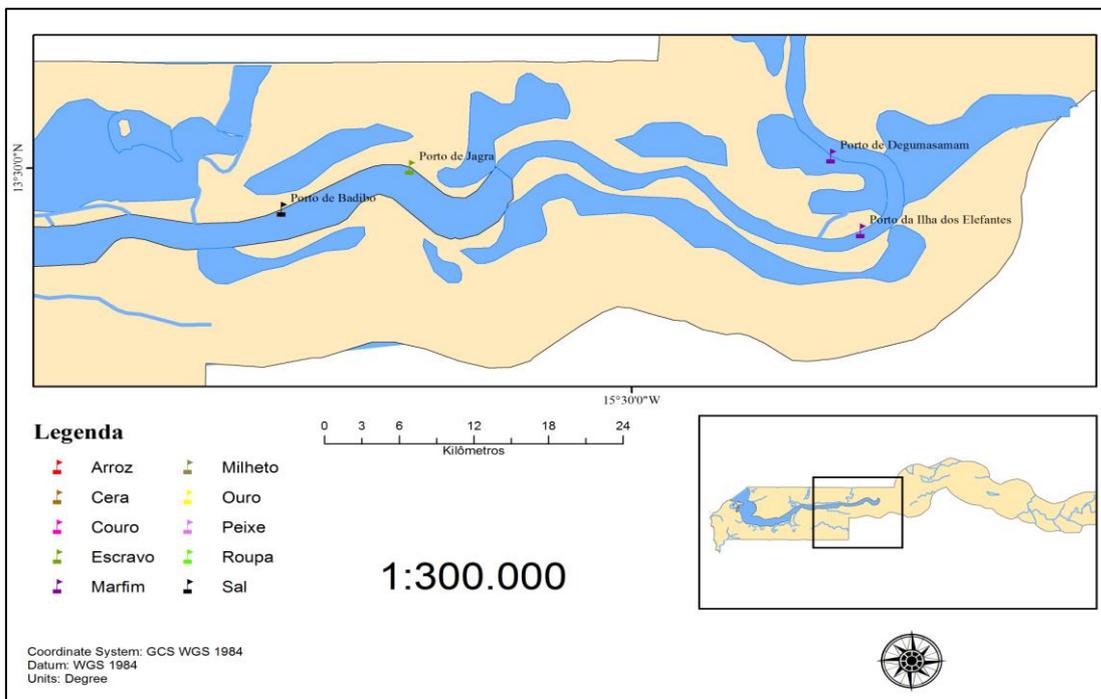
Os mapas abaixo⁶⁰, por nós confeccionados com base nas fontes que compõem esta dissertação, demonstram em escala reduzida cada um destes portos, demonstrando também os principais produtos vendidos pelos habitantes do local.

⁶⁰ Mapas feitos em colaboração com Mateus Rezende de Andrade, aluno em doutoramento no programa de pós-graduação em história da UFMG. Para mais detalhes, consultar o anexo II desta dissertação.

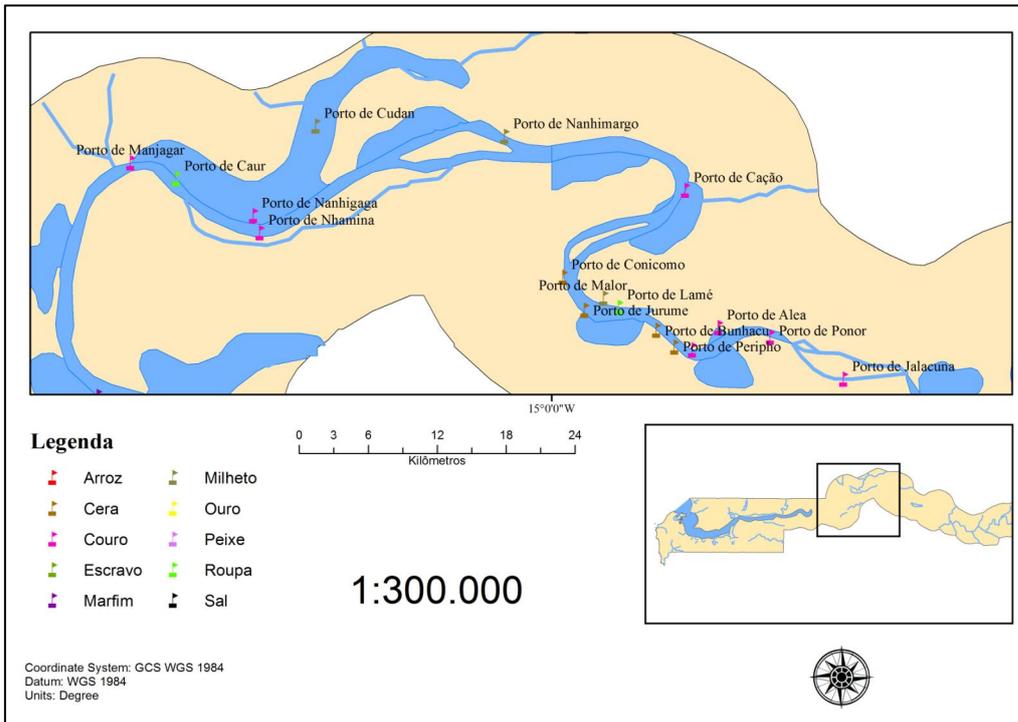
Mapa 4 – Portos do rio Gâmbia



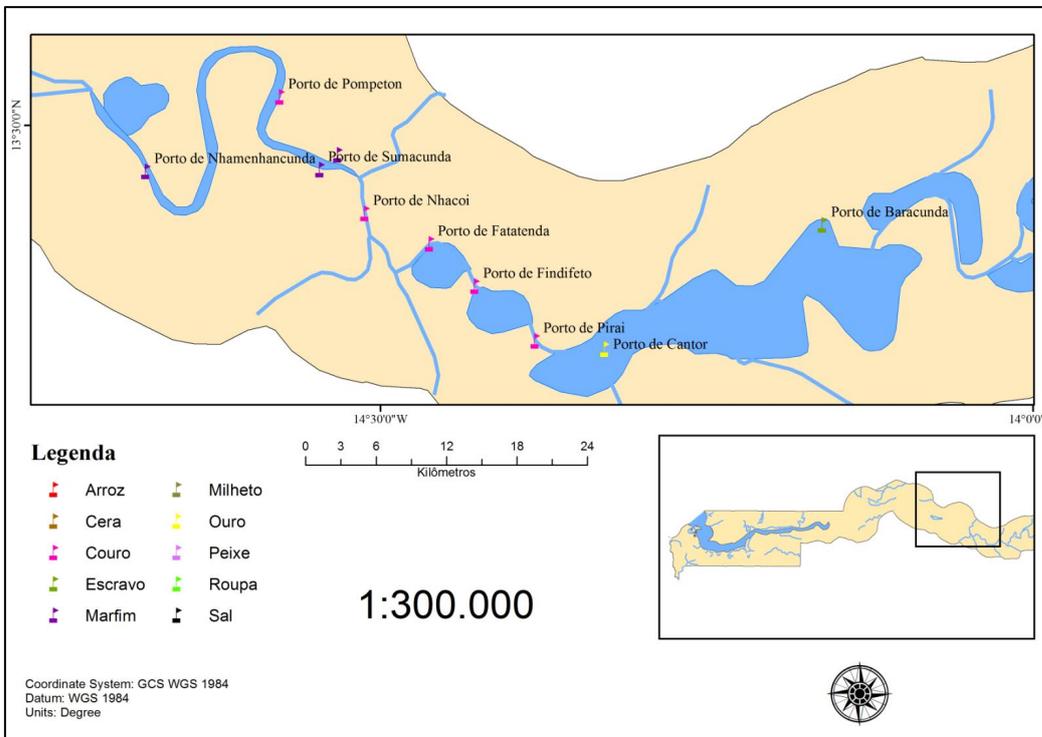
Mapa 5 – Portos do rio Gâmbia



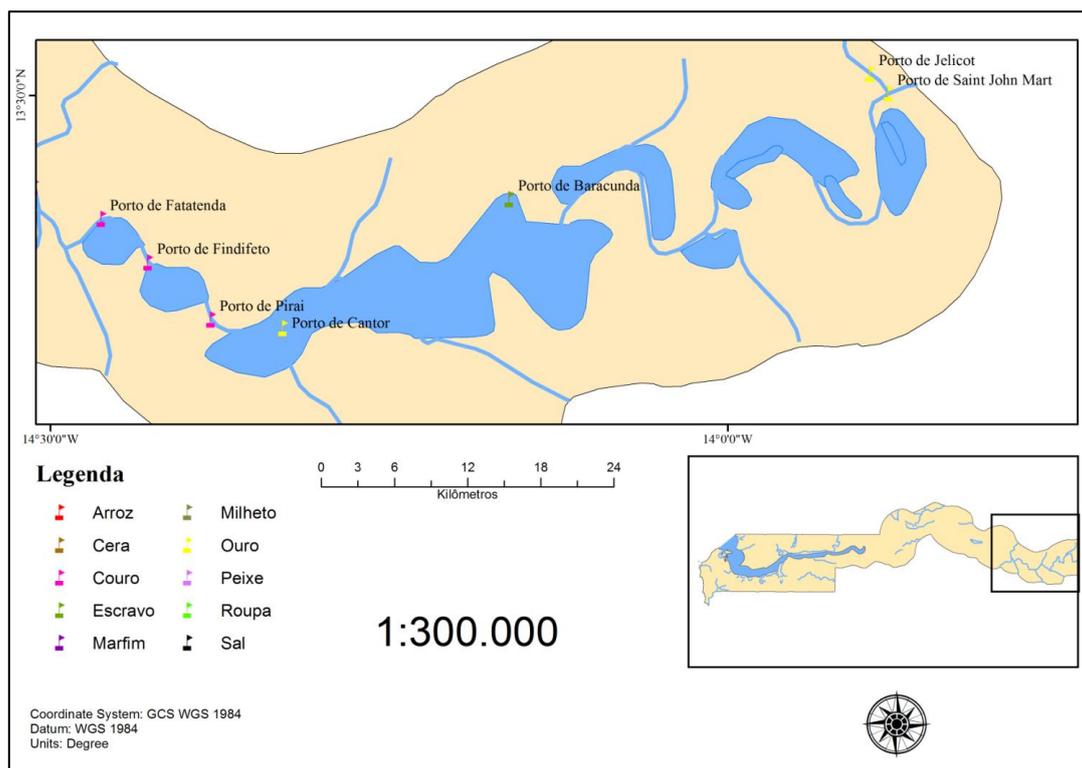
Mapa 6 – Portos do rio Gâmbia



Mapa 7 – Portos do rio Gâmbia



MAPA 8 – Portos do rio Gâmbia



Os mapas demonstram as localidades na foz do Gâmbia, onde o trato comercial ente europeus e africanos era possível. Interessante notar que não eram poucos os portos de contato mercantil atlântico-gambiano, o que demonstra que esta relação não era centralizada em uma única estrutura de governo. Importante também salientar que a noção de tempo e espaço dos navegantes, conforme aparece na descrição escrita sobre os portos páginas acima, demonstra certa irregularidade com relação à noção exata de distância de um lugar para o outro, especialmente a partir do espaço em que o rio Gâmbia começa a se estreitar. Uma mesma distância no momento em que rio é mais largo e de mais fácil navegação, para os viajantes corresponde a uma distância muito maior a partir do momento em que o rio possui mais curvas e é mais estreito, portanto de mais difícil navegação. Infere-se que esta distorção esteja relacionada ao tempo gasto para cobrir a distância. A descrição se relaciona mais com o tempo que a viagem levava do que, de fato, com a distância percorrida.

Tendo escrito sobre o histórico do contato atlântico-gambiano, o próximo subtópico com relação direta à proposta metodológica desta pesquisa, irá contextualizar os *stocks culturais* (HORTA, 1995) de Portugal, Inglaterra e Holanda, para entender

quais eram os horizontes mentais dos cronistas que conheceram o rio Gâmbia, e sobre este escreveram suas impressões. Esta contextualização facilitará a operação de codificação e recodificação que permitiu-nos compreender quem era o *outro* africano.

1.3.2 Produção e Recepção dos Relatos dos Viajantes

Como discutido anteriormente, antes da chegada dos europeus, o Gâmbia já era um valoroso centro comercial para a África Ocidental, pois a sua localização e a riqueza de produtos havia transformado o local num antigo espaço de trocas comerciais. A entrada dos europeus ampliou as possibilidades para os habitantes realizarem um vantajoso comércio.

Conforme dito, Portugal foi a primeira *nação* europeia a buscar rotas comerciais que a ligassem diretamente com a África subsaariana. Porém, é importante observar que os povos Ibéricos não eram os únicos líderes dessa exploração. “A exploração do Atlântico era um verdadeiro exercício internacional” (THORNTON, 2004: 70), considerando o aproveitamento de técnicas de navegação de um local para o outro entre os países europeus foi uma constante. De acordo com John Thornton,

Os europeus tinham dois mares internos, o Mediterrâneo ao sul e o Mar do Norte e Báltico ao norte, com um pedaço de costa de acesso difícil entre eles. Tradições isoladas de navegação podem ter sido desenvolvidas para solucionar problemas específicos, e depois fundidas por meio de intercomunicações para apresentar soluções por meio de problemas futuros (THORNTON, 2004: 70).

Os navios portugueses alcançaram a África Ocidental em 1444. Os primeiros contatos entre europeus e africanos na região costeira foram violentos, em razão da pilhagem e sequestro de pessoas que seriam escravizadas, por parte dos europeus. Porém, a partir do momento que os africanos tiveram tempo de se organizar e reagir, eles “não tardaram a demonstrar que eram capazes de derrotar os portugueses na água, e ainda mais em terra” (THORNTON, 2010: 148). Além disso, segundo Luis Felipe de Alencastro, “percebe-se que a pilhagem das aldeias africanas por corsários e piratas europeus não daria conta, por si só, da demanda escravista se avolumando na península Ibérica, nas Canárias, em Cabo verde e São Tomé antes mesmo do descobrimento do Brasil” (ALENCASTRO, 2002: 45). Assim, os portugueses tiveram que buscar outro meio, que seria pacífico, de contato com o continente. Desta forma, “trocas se desenrolam em locais determinados, juntos a enclaves tornados neutros por consenso

mútuo, nos quais os preços são arreglados entre os tratistas estrangeiros e a autoridade nativa” (ALENCASTRO, 2002: 46-47).

A “descoberta” do arquipélago de Cabo Verde em 1456 foi muito útil a Portugal. Anteriormente desabitada, as ilhas serviram como base de apoio e centro de fiscalização do comércio com a região da Guiné, mesmo que pouco efetivo. Sobre o arquipélago e os agentes que se situavam neles, discorrer-se-á com maior profundidade no próximo capítulo. O fato é que os portugueses clamaram o monopólio comercial com a Guiné pelo fato de terem sido os primeiros europeus a estabelecerem comércio por via atlântica com os africanos.

Esta busca por um monopólio foi o principal mecanismo que os agentes cabo-verdianos exerceram durante os séculos XV e XVI. O panorama mudou com o advento da União Ibérica (1580-1640). Com o acontecimento, uma série de fatores contribuíram para o desmantelamento deste pretense monopólio português com a região da Guiné. O principal fator é que este monopólio nunca existiu de fato. Os poderes africanos em momento algum cederam a pressões externas. Conforme escreve Antonio Correa Silva

O espaço comercial africano, apesar de ostensivamente reivindicados pelos portugueses como área de domínio político, não estava, no entanto, ligado à coroa portuguesa por nenhum laço real e efetivo de dependência política [...] Os poderes africanos conservavam-se radicalmente independentes (SILVA, 1995, p. 11).

Além disso, os agentes portugueses instalados em África, tanto em Cabo Verde quanto no continente – os chamados *lançados* ou *tangomaus* – não aceitavam passivamente as imposições fiscais que Portugal lhes impunha. Ora, os lançados já tinham que pagar taxas para os governantes africanos, e ceder a outro tipo de imposto levaria a diminuição da sua margem de lucro.

Em um plano político-econômico estritamente europeu, a união das coroas ibéricas fez com que a dedicação à tentativa de obter o monopólio comercial da região da Guiné do Cabo Verde se arrefecesse ainda mais. Os intentos de manter a Guiné sobre um monopólio português, regulado por Cabo Verde, não dava resultado. Várias outras *nações* europeias estavam fortalecendo sua presença comercial na região, desde, no mínimo, 1580. Um dos principais fatores foi que o período da União Ibérica levou Portugal ao confronto com *nações* rivais dos espanhóis. Inglaterra, Holanda e França, que já não respeitavam o pretense “monopólio” lusitano antes do advento da União Ibérica, depois da união das duas coroas, não tomaram nenhum conhecimento do exclusivismo português sobre a região da Guiné, e foram beneficiados pelos agentes

africanos, que negociavam com qualquer estrangeiro que lhes oferecessem boas condições comerciais.

O primeiro relato a ser analisado é o de André Álvares Almada. Quando este viajou ao rio Gâmbia, no final do século XVI, há indícios de que à época que seu relato foi escrito, 1594, o local era ponto de comércio para outras *nações* europeias que não as portuguesas:

Este rio, de que imo (sic) tratando, era melhor que havia em Guiné, de mais resgate que todos; fazia-se nele com cinco e seis cousas diferentes um escravo, que não saía comprado por cinco cruzados de bom dinheiro. Hoje está perdido, devassado dos lançados, que andam adquirindo os despachos para os Ingleses e Franceses, entanto que se enfadam os negros deles e os matam muitas vezes nas embarcações em que andam (ALMADA, 1841: 286).

O contexto de produção das fontes é algo que indicia que a elite mercantil cabo-verdiana estava procurando alguma forma de manter a região da Guiné sob o seu domínio comercial. André Almada foi eleito pelo povo da ilha de Santiago para ir a Portugal com a justificativa de pedir ao monarca da União Ibérica o direito de colonizar a Serra Leoa. Não há provas que mostrem que a viagem tenha sido realizada. Ainda assim, em 1594, não conseguindo uma audiência com Filipe II da Espanha⁶¹, Almada propôs-se a escrever um documento que cumprisse os desejos da elite comercial cabo-verdiana: o *Tratado Breve dos Rios da Guiné do Cabo Verde* (MOTA, 2014: 134). Com o documento, pretendia-se argumentar junto ao rei que a colonização era lucrativamente viável, além de que, estando em terras continentais, seria mais fácil a manutenção de um monopólio comercial com os africanos.

Os objetivos que Almada pretendia atingir com eu relato não foram atendidos. Ainda assim a ideia da colonização do continente permaneceu viva entre a elite comercial cabo-verdiana como perceptível no relato de André Donelha. O relato escrito por ele nos chegou em virtude do governador de Cabo Verde, Francisco de Vasconcelos da Cunha, pedir um relatório sobre a região da Guiné do Cabo Verde, por haver projetado deslocar-se a região, com intento de combater holandeses e estabelecer povoações e fortes (DONELHA, 1977, p. 10).

Talvez o caso mais elucidativo nesse sentido seja os *Apontamentos de Brás Soares de Melo, Capitão de Cabo Verde*⁶². O referido capitão solicitou à Coroa o envio

⁶¹ Com o advento da União Ibérica, se tornou também Felipe I de Portugal.

⁶² Apontamentos de Brás Soares de Melo, Capitão de Cabo Verde 07/10/1591, MMA, III, p. 200-201.

de dois galeões armados para fazer a proteção e conservação da Guiné do Cabo Verde, ameaçada pela presença de estrangeiros e de lançados. Encontrou-se também a resposta da coroa, chamada *Carta Régia ao Capitão de Cabo Verde*⁶³, na qual consta que o citado pedido seria atendido e o capitão foi parabenizado pela ação de intercepção de onze corsários no rio Gâmbia. Independente de seu sucesso na ação dita acima e da promessa que recebeu da coroa Ibérica, o fato é que a presença francesa, holandesa e inglesa no local se acentuou no primeiro quartel do século XVII e as tentativas de manutenção de monopólio por parte dos portugueses falharam.

Explicado o contexto português e cabo-verdiano, a partir da proposta metodológica desta pesquisa, será abordado o contexto histórico da Inglaterra e Holanda, de onde dois dos viajantes eram nativos, nomeadamente Richard Jobson e Pieter Van den Broecke. A Inglaterra, neste período, vivia sob o regime da dinastia Stuart. Segundo Christopher Hill:

Uma vez que é possível afirmar que os governos da casa Stuart tinham algo que pode ser descrito como política econômica, essa política, de fato, existiu para apoiar o monopólio das companhias exportadoras de Londres contra invasores, para desacelerar o desenvolvimento industrial e controla-lo por meio de guildas e monopólios para reprimir o agente intermediário (HILL, 2012: 33).

Esta informação faz sentido para o estudo do relato de Richard Jobson. A dedicatória de seu texto foi para membros da “*Guinea Company*”. Provavelmente ele tinha um patrono entre os *Gentlemen* da Companhia, e desta forma, “ele provavelmente foi um empregado de seu patrono e conseqüentemente foi recomendado para a companhia”⁶⁴, como infere David Gamble e Paul Hair, estudiosos de Jobson (GAMBLE, HAIR, 1999: 39).

O interesse da Inglaterra em se inserir no comércio com o oeste africano é tardio em relação a outras *nações* europeias e surge indiretamente. Segundo Gamble e Hair:

Em 1591, uma política de liderança no interior da África Ocidental foi atacada e conquistada por um exército que tinha atravessado o deserto do Saara a partir de Marrocos. A pilhagem enviada de volta a Marrocos incluía uma grande quantidade de ouro e isto foi observado e relatado pelos comerciantes ingleses que estavam no local⁶⁵ (GAMBLE, HAIR, 1999: 6).

⁶³ Carta Régia ao Capitão de Cabo Verde 18/10/1592, *MMA*, III, p. 207-210.

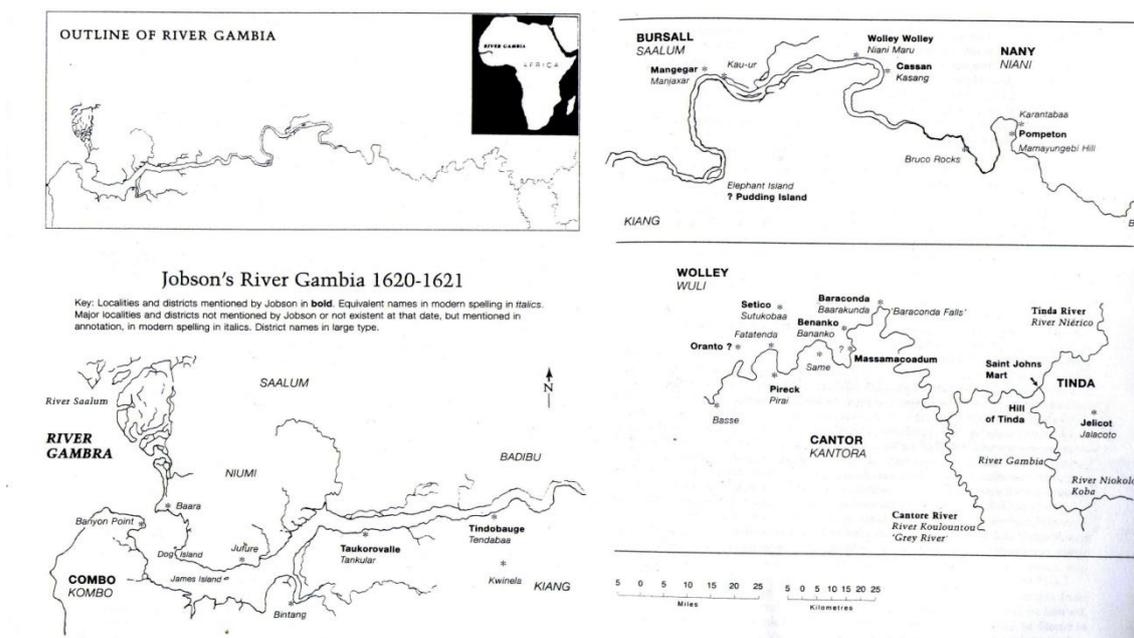
⁶⁴ Tradução nossa: Probably he had a patron among the Gentleman, and if so he had most likely been a servant of his patron and accordingly been recommended to the company.

⁶⁵ Tradução nossa: In 1591 a leading polity in the far interior of West Africa was attacked and conquered by an army which had crossed the Sahara Desert from Morocco. The spoil sent back to Morocco included large quantities of gold, and this, having been noted and reported by English merchants in Morocco.

Com o poderio da marinha inglesa em ascendência, a entrada neste comércio tornou-se possível e “o rio Gâmbia foi o alvo mais óbvio. Comparativamente fácil de chegar a partir da Inglaterra, o rio faz fronteira a oeste com a ‘pequena costa de Senegal’, um distrito com que os ingleses já tinham desenvolvido comércio”⁶⁶ (GAMBLE; HAIR. 1999: 6)

Apesar de economicamente bem sucedida, devido ao contexto inglês em questão, a viagem de Jobson não foi imediatamente seguida de uma nova tentativa de comerciar no Rio Gâmbia. Segundo Christopher Hill (2012: 41) havia uma crise econômica geral na Inglaterra no início da década de 1620, pois as práticas econômicas correntes estavam sobrecarregadas, com um alto custo e os mercadores ingleses eram incapazes de lidar com os concorrentes. Dessa forma, não surpreende que a petição de financiamento para uma nova viagem ao Gâmbia, feita por Jobson (1999: 198-206) em 1626, diretamente ao rei Charles I, não tenha sido atendida.

Mapa 9 - Jobson's River Gâmbia 1620-1621.



Fonte: GAMBLE, D; HAIR, P. H. The Discovery of River Gambia (1623) by Richard Jobson. Edited, with Additional Material. London: The Hakluyt Society, 1999, p. XIV e XV

O mapa quatro mostra as localidades do rio Gâmbia, de acordo com o que é dito por Richard Jobson. O mapa está disponível na parte introdutória do livro organizado por David Gamble e Paul Hair (1999, p. XIV e XV) sobre o relato de Jobson. Pode-se

⁶⁶ Tradução nossa: River Gambia was the most obvious target. Comparatively easy to reach from England, the river was flanked on the west by the ‘Little Coast’ of Senegal, a district with which the English had developed a trade.

ver nas imagens que a foz do rio Gâmbia é bem larga, o que facilitava o seu acesso via oceano Atlântico. Além disso, o mapa mostra com clareza as organizações sociais e políticas encontradas por Jobson, como Combo, Bursall, Niani, Wolley e Cantor.

O terceiro contexto a ser abordado é o holandês. Na época de Pieter Van Den Broecke, a Holanda também possuía companhias que lidavam com o comércio atlântico. Segundo Francisco Bethencourt,

O caso holandês envolveu uma companhia comercial com acionistas – a *Verinidge Oostindische Compagnie* (VOC) – orientada para o lucro. A organização dos cargueiros holandeses dava ênfase a eficiência e exigia competência por parte dos seus funcionários e tripulações que executava funções especializadas sob o comando do capitão (BETHENCOURT, 2010: 234).

Assim como no caso inglês, os navios holandeses chegaram à África Ocidental posteriormente aos portugueses. “O interesse holandês em África se expandiu de forma exponencial no início do século XVII, com cerca de 200 navios para lá navegando na década entre 1599-1608 ⁶⁷” (FLEUR, 2000: 4). Em lugar de criarem mecanismos próprios para se inserirem no comércio euro-africano no começo de sua expansão, a prática comum dos agentes holandeses foi a de obter seus produtos de entrepostos portugueses.

Posteriormente a este momento de se aproveitar de mecanismos portugueses já existentes, mercadores como Van Den Broecke desenvolveram, em favor de suas companhias, novos pontos de acesso a estes mesmos mercados regionais. Isso se deveu a vivência na região, quando os agentes holandeses perceberam que, conforme já dito anteriormente, os mercadores africanos comerciariam com qualquer estrangeiro que lhes oferecessem boas condições, além do gradual conhecimento da geomorfologia das rotas atlânticas e da costa africana. A historiadora Filipa Ribeiro da Silva mostra como se deu este processo de conhecimento do Oeste africano. Adaptados a região, a presença holandesa na região se tornou cada vez mais constante:

Os navios partindo da República [Holandesa] carregavam a bordo um ou dois navios menores pré fabricados, que poderiam ser montado e equipado com mosquetes e armas pesadas em Cabo Verde ou Cabo Lopez. Esses navios menores eram usados para comerciar nas águas rasas ao longo da costa e nos estuários dos rios, tanto quanto ir à terra firme em ordem de conseguir provisões para os navios maiores [...] Sua adaptação ao comércio oeste africano era baseado no conhecimento da experiência portuguesa, obtidos através da observação direta na costa Oeste da África, ou obtidos pelos judeus

⁶⁷ Tradução nossa: Dutch commerce in Africa expanded explosively in the very early seventeenth century, with some 200 ships sailing there in the decade 1599-1608.

sefarditas portuguesas e flamencos estabelecidos em Amsterdã, que estavam profundamente envolvidos com o comércio com estas regiões⁶⁸ (SILVA, 2011: 178 e 180)

A documentação holandesa e a supracitada inglesa foram publicadas à sua época. Ao contrário, para tentar manter o pretensão “monopólio”, de forma a não dar informações a agentes de outras *nações*, as documentações portuguesas só foram abertas ao público no século XIX. Desta forma, percebe-se diferenças nas descrições, no sentido de informações que são consideradas relevantes para o fator comercial.

A União Ibérica provocou uma profunda alteração para Portugal, na ordem internacional. “Portugal deixou de contar. E mais atrativa se tornara as terras sobre seu domínio, administração ou controle. A defesa cresce em exigências à medida que a fragilidade política se evidencia” (MATTOSO, 1997: 479). Como os africanos comerciavam com quem lhes oferecem melhores condições, e não estavam comprometidos com qualquer forma de controle que a coroa portuguesa tentou estabelecer, abriu-se a possibilidade comercial da Holanda com os povos do oeste africano, dentre eles os fulas, mandingas e jalofos do rio Gâmbia.

1.4 Os principais produtos de circulação atlântica no rio Gâmbia

Dentro da lógica de circulação de produtos, ficou claro que o cenário comercial atlântico no rio Gâmbia era multifacetado. Diversos produtos faziam parte das trocas comerciais, variando de local para local a demanda por mercadorias específicas. É notável que alguns produtos detinham importância maior no trato comercial atlântico-gambiano, sendo mais procurados por parte dos europeus em diferentes portos, e também na demanda por parte dos africanos em diferentes localidades. Esta importância vem de dois fatores. O primeiro seria o volume da demanda por determinado produto e o segundo seria o valor agregado que estas mercadorias possuíam.

Produtos de exportação⁶⁹

⁶⁸ Tradução nossa: The ships departing from the Republic carried on board one or two prefabricated sloops that could be assembled and equipped with muskets and heavy guns at Cape Verde or Cape Lopez. These small vessels were used to trade in the shallow waters along the coast and the estuaries of the rivers as well as to go ashore in order to get fresh provisions for the larger ships. [...] Their adaptation to the Western African trade was based on the knowledge of the Portuguese experience gained by direct observation on the Western coast of Africa or obtained from the Portuguese Sephardic Jews and Flemish merchants established in Amsterdam, who were deeply involved in the commerce with these regions.

Ouro

O ouro era um metal raro no mundo mediterrâneo, e desta forma, possuía grande valor agregado. Os europeus, nomeadamente os ibéricos, tinham conhecimento da existência de minas de ouro ao sul do Saara, essencialmente por causa da Conquista islâmica da Península Ibérica. Sendo que a África Ocidental era interligada ao mundo muçulmano pelas rotas transaarianas e, assim, no período em que Espanha e Portugal estiveram sob domínio islâmico, o ouro afluía até a região.

De fato, foi na busca pelo ouro que o primeiro impulso para as expansões marítimas portuguesas se deram em direção à África Subsaariana. Conforme escreveu Yves Person “serão os artigos do comércio internacional que irão atrair os portugueses desde a ‘descoberta’, quando se abre a segunda frente de contato. E, naturalmente, será o ouro a mercadoria mais cobiçada” (PERSON, 2010: 339).

Esta cobiça por parte dos europeus pelo ouro é notável no relato do inglês Richard Jobson. O próprio título que o comerciante deu ao relato, *The Golden trade; OR, a Discovery of the River Gambia*, deixa claro que a principal intenção do inglês era encontrar o comércio de ouro. É com a justificativa de ter se encontrado com um comerciante com quem conseguira comerciar este metal que Jobson fez petição de novo financiamento à coroa inglesa para voltar ao rio Gâmbia (GAMBLE; HAIR, 1999: 199-204).

As principais regiões auríferas da África Ocidental, Bambuk, Burem e Akan, eram distantes do litoral. Porém, no período entre 1580 e 1630, foi encontrado o comércio de ouro nas margens do rio Gâmbia pelos mercadores europeus, nomeadamente nos portos de Cantor, Jelicot e Saint John Mart. Isso se deve, conforme afirma Yves Person, que “apesar de o ouro não ser extraído na região [litorânea], a travessia dela faz-se obrigatória a partir do instante em que a exportação do metal passa a ser dirigida, não mais para o norte, mas para a costa marítima” (PERSON, 2010: 339).

Retomando Richard Jobson, tem-se no encontro do comerciante inglês com o bixirin Buckor Sano, um bom exemplo de como era feito o traslado do ouro do interior até os portos fluviais: “ele disse: este local acima onde o ouro abunda, onde com meus próprios olhos vi quatro vezes, existe uma grande cidade onde as casas são cobertas

⁶⁹ Exportação no sentido de produtos que eram vendidos por fulas, mandingas e jalofos aos europeus no trato atlântico euro-gambiano.

apenas com ouro: nós perguntamos a ele qual era a distância: ele disse que era uma viagem de quatro luas” (GAMBLE; HAIR, 1999: 141).

A partir desta citação, pode-se chegar a duas conclusões. A primeira é que, de fato, o ouro era extraído no interior, em uma localidade a quatro dias de marcha de Tinda, onde Jobson se encontrou com Buckor Sano. Por proximidade geográfica, o bixirin provavelmente se referia à Bambuk. A segunda é o fato que Buckor Sano provavelmente soubesse da importância que o ouro tinha para o comerciante europeu, uma vez que ao dizer que “as casas eram cobertas de ouro” mexeu com o imaginário de Jobson, diante da promessa de que era possível obter mais ouro de onde havia vindo. Com isso, o bixirin garantiu que o inglês pensasse em retornar a comerciar com ele, trazendo produtos que fossem de seu agrado para serem trocados por ouro.

Marfim.

O marfim é um produto onipresente nas fontes consultadas que tratam sobre o rio Gâmbia. Nos relatos de viagem de Almada, Broecke, Jobson e Donelha, há fortes indícios sobre a compra de marfim por parte dos estrangeiros, sobretudo nos portos das Ilhas dos elefantes, Julufré, Degumasamam, Nhamenhacunda e Sumacunda.

Almada afirmou que no Gâmbia “há muito marfim, mais que em nenhum outro Rio de Guiné; porque acontece muitas vezes, indo as embarcações por ele, verem bandos de elefantes em terra, como de vacas, e encontram-[se] muitas vezes os navios com bandos deles, que passam o Rio de uma parte para a outra” (ALMADA, 1841: 272).

Interessante notar que, embora aponte a possibilidade de se comprar marfim no Gâmbia, André Donelha escreveu que este produto estava indo parar nas mãos de agentes não portugueses. Sobre isto, escreveu: “Aqui em Cação [...] há grande trato de panos, algodão, cera, marfim, ouro, couros de diversos animais, mas todo o ouro, cera, marfim, couros levam à costa dos Jalofos aos Franceses, Ingleses e outras nações” (DONELHA, 1977: 154).

Essa informação encontra eco no relato do holandês Pieter Van den Broecke, que fala da possibilidade de comprar marfim em Porto D’Ale e Joola que ficavam na costa dos Jalofos. Broecke afirma que esse marfim vem do rio Gâmbia (LA FLEUR, 2000: 40). O holandês inclusive faz uma tabela ao fim de seu relato, onde realiza a convergência de quantas barras de ferro eram necessárias para pagar os produtos que ele

comprou. No caso do marfim, um quintal (cerca de 36 kg) do produto podia ser trocado por quinze ou dezesseis barras de ferro, sendo o marfim um dos produtos com maior valor agregado que ele mapeou, superando em valor o âmbar cinzento, a cera, o arroz e as peles.

Richard Jobson demonstra outra nuance sobre o comércio de marfim no Gâmbia, quando escreveu que “enquanto eu estava jantando [em Sutuko], um mensageiro veio dele [do agente que Jobson diz ser o chefe da cidade] veio até a mim, trazendo palavras de desculpas por não ter podido se juntar a nós, e trouxe uma grande pele e marfim, como um presente gratuito pelos presentes que trouxe a ele” (GAMBLE; HAIR, 1999: 125). Conclui-se aí que para além de um produto que assumia importância considerável nas exportações do rio Gâmbia, para ambas as partes, o marfim também fazia parte das trocas rituais que precediam o comércio.

A caça aos elefantes é um tema tratado com profundidade pelos europeus que produziram relatos de viagem. Segundo Almada, “em toda a Costa e Rio de Gâmbia os matam pelejando com eles às azagaiadas, deles a pé, deles a cavalo, como pode [...]; achando-me no Rio de Gâmbia em um porto, em obra de um mês matou o Rei daquele lugar mais de doze elefantes” (ALMADA, 1841: 305-306).

A recorrência deste tipo de informação demonstra que havia certo fascínio por parte dos europeus sobre as formas que os mandingas e jalofos se utilizavam para caçar estes grandes animais. Revela também informações, que poderia ser útil em outros momentos, acerca dos armamentos que os agentes destas *nações* utilizavam.

Couro

O couro é o produto mais importante a sair de numerosos portos do Gâmbia: Barra, Manjagar, Nanhigaga, Nhamina, Cação, Peripho, Alea, Ponor, Jalacuna, Pompe-ton, Nhacoi, Fatatenda, Findifeto e Pirai. Notável que à exceção de Barra, localizado à foz do Gâmbia, todos os outros portos estavam localizados na parte mais estreita e, conseqüentemente, de mais difícil navegação do rio. Este fator nos fornece indícios para afirmar que os europeus não mediam esforços para encontrar este produto. Tanto é que algumas pesquisas historiográficas apontam para o couro como uma das principais mercadorias que circulavam na região da Senegâmbia. Segundo Jean Boulègue, a principal mercadoria “eram os couros bovinos [...] a procura era tal que o

couro pode ser considerado como o principal comércio da economia dos reinos Jalofos (e senegâmbianos em geral) neste período ⁷⁰” (BOULÈGUE, 2013: 199).

Alberto da Costa e Silva concorda com o fato de que era grande a demanda europeia por esta mercadoria, inclusive associando o crescimento do rebanho dos fulas, povo nômade criador de gado, ao crescimento desta demanda “[houve] aumento, no século XVII, dos rebanhos [fulas], estimulado pela quase insaciável demanda europeia por couros bovinos” (SILVA, 2010: 8). Esta procura por couros teria enriquecido os fulas, e assim dado embasamento econômico, e conseqüentemente político e militar, para as *jihads* que este povo empreendeu no Futa Djalon durante o final do século XVII e decorrer do século XVIII (SILVA, 2010: 10).

Este couro não advinha apenas de bovinos. Segundo Boulègue: “na costa, além dos couros bovinos, também se vendia um número significativo, ao que parece, de peles de animais selvagens ⁷¹” (BOULÈGUE, 2013: 201). Esta suposição do historiador francês é plausível, dada a descrição, por parte dos viajantes, de uma pujante vida selvagem às margens do Gâmbia entre 1580 e 1630. Conforme escrito por André Donelha, em Cação havia “couro de diversos animais” (DONELHA, 1977: 154). Sendo assim, torna-se plausível se pensar que parte destes couros advinha do elefante, animal abatido também para o comércio de marfim.

De acordo com André Donelha, além da busca por couro cru por parte dos europeus em Cação, também havia procura por produtos de couro manufaturado: “aqui em Cação se faz mui boas rodela, a nosso mando se as mandamos fazer, cobertas de couro, pintadas. E mandam os tangomaos fazer bainhas às espadas e adagas e guarnecê-las, porque há bons oficiais” (DONELHA, 1977: 154) ⁷².

Produtos de importação ⁷³

Sal

⁷⁰ Tradução nossa: “la traite de peaux de bovins [...] fut telle qu’on peut la considères comme le trait principal de l’économie des royaumes wolof (ét senemgambiens en général) dans cette période.

⁷¹ Tradução nossa: A côte, des peaux de bovins, on vendait aussi un nombre non négligeable, semble-t-il, de peaux d’animaux sauvages

⁷² Não colocamos neste tópico os seres humanos escravizados, apesar de estes serem uma das principais mercadorias que corriam no rio Gâmbia. Fizemos isto porque o tópico 3.3 desta dissertação se debruçará sobre esta temática.

⁷³ Importação no sentido de produtos que eram comprados por fulas, mandingas e jalofos junto aos europeus no trato atlântico euro-gambiano.

A análise da procura por sal pelos fulas, mandingas e jalofos demonstra o quanto é importante entender a lógica interna das redes comerciais gambianas para a percepção do comércio atlântico na região.

Além do sal que já traziam de seu país de origem, os europeus compravam sal em portos do rio Gâmbia, principalmente Felam, Sitato, Jasabo, Tagamdaba e Badibo. Este sal comprado no próprio rio Gâmbia, era levado nos portos rio acima para trocarem por outros produtos, de maior interesse para os europeus.

Nos portos mais distantes da foz do rio, e conseqüentemente mais distantes dos locais de extração de sal marinho, o produto tinha grande demanda por parte dos fulas, mandingas e jalofos. Segundo Gamble e Hair, “a principal mercadoria importada parece ter sido o ferro, mas esta experimentou pouco interesse no alto curso do rio. Em seu lugar, o sal era a mercadoria mais demandada ⁷⁴” (GAMBLE; HAIR. 1999: 29).

Utilizado na conservação e no tempero dos alimentos, o produto era muito requisitado, principalmente pelos fulas. Para este povo, o sal apresenta importância singular, devido ao estilo de vida nômade, o que tornava a conservação dos alimentos ainda mais difícil. Além disso, pelo fato de lidarem com mercadorias advindas da criação de gado, a presença do sal é importante para fazer manteiga e para salgar a carne, o que facilitaria a conservação e comércio deste produto.

Noz de Cola

A noz de cola - uma fruta que cresce espontaneamente na região dos rios ao sul do Gâmbia e que fazia parte do cotidiano das populações que viviam no local - era um produto de suma importância para o comércio interno do oeste africano. André Álvares Almada (1841: 283-284) escreveu que “a cola vale [muito] em todo Guiné, mas neste Rio [Gâmbia] é mais estimada que em todos os outros; [...] caminha um negro todo o dia, comendo nela e bebendo da água, e tem-na por medicinal para o fígado e o urinar”. Para além dessas funções medicinais, o fruto também tinha dimensões simbólicas, em especial nas trocas rituais e também nas cerimônias (BARRY, 2002:18).

Alberto da Costa e Silva atribuiu outro motivo para a grande procura de noz de cola por parte dos islamizados:

⁷⁴ Tradução nossa: The main commodity imported seems to have been iron, but this proved of little interest up-river. Instead, salt was the commodity mainly in demand, Jobson wishing he had more than the 40 bushels he carried.

Os mercadores soninquês e mandingas entravam pela savana e pela mata para trocar o sal por ouro e outros produtos. Um dentre estes foi-se tornando cada vez mais procurado: a noz de cola, que, mastigada, refresca a boca, além de ser um efetivo estimulante [...] Era um artigo de luxo, cujas propriedades medicinais o mundo do islão apreciava. Sendo um estimulante não condenado pelo maometanismo, sua demanda tendia a aumentar com a expansão da fé (SILVA, 2011: 344).

Assim como o sal, os europeus tiveram que entender a lógica interna ao comércio do oeste africano. Eles identificaram a demanda pela fruta por parte dos mandingas no rio Gâmbia e faziam escala em Serra Leoa para suprir-se desta mercadoria antes de adentrar no rio. Funcionavam, então, como intermediários das trocas internas ao oeste africano.

Ferro

O ferro era um produto já existente na lógica comercial interna ao oeste africano. Porém, as minas deste metal eram localizadas no interior do continente, o que dificultava o acesso por parte dos povos costeiros. Extremamente importantes para a confecção de armas, a oferta deste produto por vias atlânticas em muito auxiliou as *nações* que viviam próximas ao oceano na construção de forças militares que pudessem fazer frente aos interioranos⁷⁵.

Há indícios da procura do ferro nas localidades mais próximas à costa e, conseqüentemente, mais longe das minas de ferro no interior. Como demonstrado na análise de David Gamble e Pau Hair sobre o relato de Richard Jobson, o ferro foi a mercadoria mais demandada no rio Gâmbia, porém era de pouco interesse rio acima, no interior (GAMBLE; HAIR, 1999: 29).

Isso demonstra que o ferro era, realmente, uma importante mercadoria de intensa circulação atlântica no rio Gâmbia, mas somente naquelas localidades que não tinham fácil acesso ao metal dentro do próprio oeste africano.

Além disso, a necessidade do ferro por parte dos estados da costa dos Jalofos pode ser sentida no relato de Pieter Van den Broecke. Ele elabora ao fim de seu relato uma tabela que fazia a conversão de produtos que poderiam ser comprados em Porto D'Ale por um número determinado de barras de ferro. Ora, se o ferro pode ser usado

⁷⁵ Esta temática será discutida com maior profundidade no tópico 3.1 desta dissertação.

como medida de conversão, não é equivocado afirmar que este produto era altamente demandado por parte dos jalofos costeiros.

Elencam-se estes produtos não para diminuir a multiplicidade do comércio atlântico-gambiano, mas serve para demonstrar com detalhes as especificidades deste comércio. Isso evidencia como a própria lógica interna ao rio Gâmbia em muito definia as trocas mercantis neste espaço atlântico.

A partir da apresentação dos contextos políticos e econômicos tanto do Rio Gâmbia quanto dos países europeus, de onde os autores das fontes deste trabalho eram nativos, pode-se concluir dois fatores.

O primeiro foi a reorientação do comércio de longa distância da região. Anteriormente a 1446, as conexões mercantis dos povos da margem do rio Gâmbia com a região do mar Mediterrâneo aconteciam via rotas transaarianas. Com o nascimento do mundo atlântico para a região, enquanto espaço geográfico onde era possível realizar transações comerciais, houve uma reformulação dos traçados das rotas, que paulatinamente se reorientaram para a região litorânea e para a margem do rio Gâmbia.

O segundo, diretamente relacionado ao primeiro, é a grande importância do rio Gâmbia para as conexões dos mandingas, fulas e jalofos com o Atlântico. Como a extensão e profundidade do rio permitiam uma boa navegabilidade, o Gâmbia levou a uma grande interiorização do comércio atlântico no continente. Foi, assim, muito importante aos contatos comerciais de longa distância destas *nações*, desde aqueles que viviam no interior e mais imediatamente àqueles que viviam em suas margens.

Esta reorientação e interiorização do comércio atlântico gerou mudanças profundas nas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas dos fulas, mandingas e jalofos. Pelo fortalecimento econômico da região costeira, organizações políticas jalofas e mandingas se esfacelaram, bem como a presença de novos agentes levou a reformulações sociais. Surgiu uma nova língua, o crioulo, e também houve certa expansão da cultura material destas *nações*.

Antes de aprofundar na análise destas mudanças, o próximo capítulo buscará discutir os agentes que participavam deste comércio: cabo-verdianos, fulas, mandingas, jalofos, lançados, missionários e comerciantes afro-europeus. Desta forma, buscar-se-á levar ao entendimento da agência mercantil de cada um destes agrupamentos, estudando

a forma que faziam comércio e as mercadorias que circulavam no relacionamento comercial atlântico-gambiano, além de se esmiuçar o protagonismo comercial dos fulas, mandingas e jalofos em relação aos agentes estrangeiros.

Capítulo II

Os Agentes Comerciais

As evidências mostram que o rio Gâmbia já estava conectado às redes comerciais atlânticas nos anos 1580 e 1630, recorte temporal desta pesquisa. O objetivo

deste capítulo é analisar a ação dos diferentes grupos que fizeram transações comerciais neste período. Por meio das fontes, pode-se destacar a presença de cinco diferentes agrupamentos de agentes realizando comércio no entorno do Rio Gâmbia. O primeiro agrupamento são os povos que viviam na região entre 1580 e 1630, fulas, mandingas e jalofos, que de diferentes formas se conectaram às redes comerciais atlânticas. O segundo eram os cabo-verdianos, que atuavam em favor da coroa portuguesa, na condição de colônia da *nação* Ibérica. O terceiro grupo eram os lançados; o quarto, os missionários, e o quinto eram os comerciantes afro-europeus. Os três últimos vieram de fora do continente e participaram ativamente das trocas comerciais com a região do Gâmbia, por isso, serão tratados neste trabalho como estrangeiros.

Para nortear a análise destes agentes, procurou-se responder algumas perguntas na discussão que propõe este capítulo. Qual o papel de cada um destes agentes? Quais eram os produtos que circulavam nessas redes comerciais? Houve alguma imposição externa ao continente africano no sentido comercial? Havia algum protagonismo de algum destes agentes sobre o outro? Se sim, de quem? As próximas páginas procuram esmiuçar cada um desses agrupamentos de agentes, analisando a agência comercial de cada um e também a conexão que existia entre eles.

2.1 Mandingas, jalofos e fulas

Conforme demonstrado no primeiro capítulo desta dissertação, os povos que viviam às margens do Rio Gâmbia, entre 1580 e 1630, eram os fulas, os mandingas e os jalofos. A intenção deste tópico é mostrar como ocorriam as trocas comerciais entre os agentes de cada *nação* africana com os europeus, numa lógica comercial Atlântica.

Mandingas e bixirins⁷⁶

Inicia-se a discussão pelos mandingas, que habitavam as duas margens de toda a extensão do rio Gâmbia. Os mandingas chegaram ao vale do rio no processo de

⁷⁶ Os Julas, mercadores de fundo cultural mandinga e soninké (BUHNEN, 1993: 93), não serão tratados aqui como categoria separada, uma vez que não aparecem como uma categoria nos relatos que servem como fonte a esta dissertação, pelo menos no que diz respeito ao rio Gâmbia. Apenas Richard Jobson escreve sobre o mandinga Buckor Sano como um *Julietos* (forma corrompida para a palavra mande Jula) (GAMBLE; HAIR. 1999: 83). Ainda assim, o inglês não faz diferenciação dos comerciantes com quem tratou no rio, tratando todos eles – inclusive Buckor Sano – como marabus, palavra que utiliza de forma sinonímica a bixirin.

expansão do Império do Mali. Já islamizados e também predicadores do islã, envolveram-se diretamente com as duas formas de comércio abordadas no primeiro capítulo, o transaariano e o transatlântico.

Partindo da premissa de combate ao infiel, tão presente na sociedade Ibérica à época, são descritos de forma bastante pejorativa pelas fontes portuguesas. André Álvares Almada os descreve da seguinte forma:

São pela maior parte atraídoados; toda a banda do Sul deste Rio são maus; prezam-se de matarem brancos, e tomarem navios, como já fizeram a alguns; nem se pode ir a ele senão em bons navios, que levem boa gente e boas armas, e ter boa vigilância neles, porque nunca fazem a sua senão à traição; há algumas fortalezas de guerra chamadas por eles Cão-sans, ao longo do Rio e esteiros, fortes de madeira muito forte, fincada toda a pique e terraplanada, com suas guaritas, baluartes, praças de armas, nas quais pelejam e flecham; fazem também um betume como breu, que cozem com panelas, e no tempo de dar o assalto os inimigos lhes deitam aquelas panelas, com que os fazem retirar; fazem os seus fortes, como está dito, ao longo do Rio e esteiros, por causa da água e das suas embarcações que têm, com que dão nos outros lugares. E assim roubam os que passam por aquelas partes, estando eles de guerra (ALMADA, 1841: 273).

Analisando o excerto acima, o que se percebe é que os mandingas não estavam, de forma alguma, subjugados por outras *nações* europeias. Eles tinham organização do tipo militar suficiente para tomar alguns tipos de embarcações europeias e garantir seu controle sobre o território. Pode-se notar a partir deste relato que não houve nenhuma imposição comercial externa, baseada na força, no trato entre europeus e mandingas, entre 1580-1630.

Outro fator relevante para se pensar o trato comercial entre mandingas muçulmanos e portugueses católicos é que, apesar das relações de oposição entre os praticantes destas formas de fé, nas terras da Guiné não havia problemas nas relações comerciais entre as partes, embora os portugueses sempre fizessem descrições pejorativas dos mandingas, como se percebe na citação acima. Jobson, proveniente de outra cultura, que não tinha convivência histórica com muçulmanos, fez uma descrição diferente de agentes desta *nação*:

Quando nos mostramos a eles [mandingas] que nós honradamente servimos a Deus e da mesma forma a seu Filho, que foi mandado a terra e sofreu e morreu por nós e que chamamos de Jesus, pelo nome eles não conhecem, mas pelo nome de Nale, eles falam de um grande profeta que fez muitos e grandes milagres, e que o nome de sua mãe era Maria, e a quem reconhecem ser um bom homem maravilhoso, mas ser o filho de Deus, eles dizem que é impossível, pois eles dizem que Deus nunca foi visto [...] eles verão que Deus nos ama melhor que eles ao dar-nos essas coisas boas, eles veem que temos capacidade de

trazer-lhes, e da mesma forma que eles admiram nosso conhecimento, é capaz de fazer esses navios que podem levar-nos através dessas muitas águas [...] Será a vontade do Todo-Poderoso, para tornar a nossa nação os seus instrumentos, de que na minha parte estou fortemente confortado a respeito da conversa que tive entre eles, e pela vasta aceitação que recebi ⁷⁷(GAMBLE, HAIR. 1999: p. 130)

Jobson notou que os mandingas pertenciam a outra religião, sem descrições de forma pejorativa. Ao contrário, concluiu que por supostamente conhecerem partes do velho testamento e Jesus Cristo, eles poderiam ser convertidos em um momento posterior.

Foi discutido este plano religioso porque um dos principais agentes comerciais mandingas era aquele que também foi um dos principais agentes religiosos: o bixirim⁷⁸. Conforme explica Boubacar Barry, em razão do legado dos impérios sudaneses da época Medieval, o comércio e o islã caminharam juntos (BARRY, 2002: 33.). Os bixirins faziam parte de uma lógica interna de redes comerciais islâmicas, conforme é apontado por Jobson⁷⁹:

O lugar onde construímos nossas casas e cercamos com palha para nosso próprio uso, era à margem do rio [...] a algumas centenas de passos além da nossa, existia uma pequena cidade destas pessoas religiosas, onde vivia um Marabout ancião, chamado Mahome de quem nós recebemos muitas informações sobre o que existia acima, sobre a abundância de ouro ali, que ele mesmo viajou e viu, como é a sua profissão por fazer [...] Este Mahome por diversas vezes entreteve e abrigou estranhos, principalmente de sua própria profissão, de forma que ele abrigou por uma noite em sua casa um marabout que pela manhã veio através da margem do rio até próximo a nossa cidade⁸⁰ (GAMBLE; HAIR. 1999: 127-128).

⁷⁷ Tradução nossa: When we shew unto them we honor and serve God above, and likewise his Sonne, who was sent upon the earth and suffered and death for us, who was called Jesus, by that name they doe not know him, but by the name of Nale, they speake of a great Prophet, who did many and great miracles, whereof they have amongst them diverse repetitions, and that his mothers name was Maria and hum they doe acknowledge, to be a wondrous good mind, but to be Gods sonne, they say it is impossible, for say they God was never seene [...] they see God love us better than them, in giving us such good things, they see we have and are able to bring unto them; and likewise they do admire our knowledge, being able to make such vessells, as can carry us such great waters [...] it shall be his Almighty pleasure, to make our nation his instruments, whereof in my part I am strongly comforted in regard of the familiar conversation wee fing amongst them, and the faire acceptance I received.

⁷⁸ O nome varia de acordo com a fonte: Bixirim, Marabout, Marabu, Mary-Bucke, Cassiz.

⁷⁹ Embora Jobson utilize o nome Marabout, ele aponta uma relação sinônímica de tal agrupamento social com os bixirins: “E agora, por ordem, eu vou falar sobre seus Marabouts ou bixirins, que em nossa linguagem, podemos chamar de pessoas religiosas”. Tradução nossa: “And so by order, I am now come to speak of their Marybuckles or Bissareas, which we in our language, may call religious persons”.

⁸⁰ Tradução nossa: The place where we had houses built, and walled with straw for our own uses, was seated by the River side, upon the top of the banke [...] some hundred paces within us, from the river, was a small towne of these religious people, wherein lived an ancient Mary-bucke, called Mahome, from whom we receiver much relation concerning the contrey abovem, and of the abundance of gold there, which himselfe had travelled and seene, as it is their profession to doe [...] The Mahome did diverse times lodge and entertaine strangers, that came, especially of his owe profession, amongst which there had

Há dois importantes fatores ligados aos bixirins que precisam ser destacados: o primeiro é que a sua “profissão” se ligava ao comércio de longa distância. Mahome, o nome do bixirin citado por Jobson, conhecia os produtos comerciais e as cidades e portos comerciais localizados próximos à foz; a segunda é que era costume deles hospedar “estranhos” em sua casa, geralmente pessoas de sua própria profissão. Esta observação indica que a prática do bixirin de abrigar pessoas que iam comercializar na região onde ele vivia era parte da lógica comercial das redes islâmicas.

Esse caráter nômade se baseava essencialmente no sentido dos bixirins enquanto agentes do comércio de longa distância. Apesar disso, Richard Jobson identificou uma “cidade” com uma presença maciça de pessoas que se autorrepresentavam como bixirins: “tendo entrado na cidade [Sutuko] e ido até sua casa [do “principal” do local] eu encontrei muitas pessoas, e perguntando o que elas eram, me falaram que todos eram Marabouts ⁸¹” (GAMBLE; HAIR. 1999: 124).

Sutuko era uma cidade que não ficava à margem do rio Gâmbia, estando localizada a três milhas de distância, por terra, do local onde se situava Fatatenda. Pertencia aos domínios do mandatário mandinga de Wuli. De acordo com Paul Hair e David Gamble (GAMBLE; HAIR. 1999: 123), no momento em que Jobson foi ao Gâmbia, estudiosos da religião islâmica tinham se assentado na área, criando um influente centro habitado por comerciantes de longa-distância, religiosos, artesãos e uma grande população de escravizados.

Sendo o bixirin um comerciante de longa distância, mas também um agente que ensinava a fé islâmica, é plausível pensar que Sutuko fosse um local aonde outros agentes iam para aprender essa fé. Este raciocínio é corroborado por Almada:

E há da banda do Norte três casas principais grandes, como entre nós conventos, de grande religião e devoção entre eles, nas quais residem estes religiosos e os que aprendem para esse efeito; [...] fica a terceira casa apartada desta segunda cinquenta léguas, e da primeira cento e vinte, em uma aldeia, uma légua metida pela terra, chamada Sutuco (ALMADA, 1841: 275).

Como se percebe pelo excerto acima, a cidade tinha uma casa que funcionaria como um convento católico, ou seja, era um local que era centro de formação de bixirins. Da mesma forma que as outras cidades que estes agentes ocupavam, o local era

laine one night at his house, a Mary-Bucke who in the morning coming downe to the River side, close without our wall.

⁸¹ Tradução nossa: Being entered the rowne, and come unto his house, I found without many people, demanding of him what they were, he told me they were all Mary-Buckles.

conectado às redes comerciais terrestres de longa distância, conforme discutido parágrafos acima. Os bixirins gozavam de um estatuto privilegiado em relação ao domínio das redes comerciais terrestres, o qual não era possível a outros agentes. O padre Baltasar Barreira⁸² escreve sobre este fato, reclamando que os portugueses não tinham os mesmos privilégios comerciais que os bixirins e casizes:

Tem esses casizes quase em todo os Reinos uma ou mais aldeias apartadas, em que vivem com muitos privilégios que os Portugueses não tem. São muito acatados de todos e consultados nas coisas da guerra e da paz, tratam em escravos que vendem aos Mouros da Berbéria e aos Portugueses destas partes; e com este título entram aonde querem e semeiam suas falsidades (MMA, IV: 166)

Isso se deve ao fato dos bixirins estarem inseridos na lógica das redes comerciais islâmicas, que iam desde a região da África Ocidental até ao norte do deserto do Saara. Possuíam, desta forma, trânsito livre entre os pontos que se conectavam a estas redes comerciais.

Para além destas rotas terrestres do mundo islâmico, também se conectavam aos comerciantes estrangeiros que chegaram ao rio Gâmbia através do Atlântico. O trato comercial euro-mandinga se baseava em uma vasta gama de produtos. André Almada menciona que era possível obter escravizados, comida, roupa, ouro, madeira, cera, marfim, algodão e ferro, em troca de outras mercadorias como roupa branca da Índia, contaria da Índia, de Veneza, margarideta grossa e delgada, fio vermelho, pano vermelho, vinta-quatreno, grão, búzio, papel, cravo, manilhas de cobre, bacias de barbear, caldeirões de cobre, cobre velho, vinho e a mais estimada de todas, a cola. Almada percebeu também uma nuance comercial interna ao próprio rio: “fazem muito sal neste rio, que levam para vender por ele rio acima. E vale muito, porque das sessenta léguas deste rio para cima não o há, nem o fazem senão na entrada na barra desse rio” (ALMADA: 1841: 285).

A procura pelo sal por parte dos gambianos é notada por Richard Jobson a partir de sessenta léguas rio acima. Embora tenha levado ferro para usar em suas trocas comerciais, Jobson percebeu que o sal seria a mercadoria mais útil para os objetivos que pretendia alcançar.

Uma mercadoria que Jobson aponta como tendo sido demandada pelos bixirins do rio Gâmbia que não aparece em Almada é o papel, utilizado para a escrita de livros, geralmente contendo assuntos relacionados à religião islâmica. O viajante também

⁸² Carta do Padre Baltasar Barreira ao Padre João Álvares. 01/08/1606, MMA, p. 166.

levou para Inglaterra alguns souvenirs, como noz de cola, penas de um grou e papel com escritos em árabe. Em troca Jobson conseguiu adquirir peles de animais, marfim, algodão, roupas e ouro.

Além das peles de animais, outros dois produtos gerados do extrativismo são importantes no comércio euro-mandinga. O primeiro seria a madeira, útil para reparos, manutenção e fabricação de navios e botes. Segundo André Almada “há neste rio muita madeira de toda a sorte, e podem fazer nele muitas embarcações da maneira que quiserem” (ALMADA, 1841: 285). De acordo com o mesmo comerciante (ALMADA, 1841: 280), corroborado por André Donelha (1977: 142), esta madeira era proveniente dos manguezais do rio, que se estendiam por trinta léguas a partir de sua foz.

O peixe também era muito importante para a alimentação das populações locais, bem como para o trato comercial. Segundo Almada (1841: 273), o rio possuía grande quantidade de pescado, que era uma das bases alimentar dos povos que viviam às suas margens. Jobson, que muito pescou em seu período de estadia no rio, tanto para consumo próprio quanto para comerciar com os locais, afirmou a existência de tainhas, pardelhas e peixes elétricos (GAMBLE; HAIR. 1999: 93-96).

A pesca, assim como o extrativismo de madeira que era taxada pelos mandatários locais, não era livre de restrições. Quando Jobson estava pescando no porto de Cação, o mandatário local foi convidado a intervir para que os mandingas que ali moravam parassem de espoliar os peixes do estrangeiro:

Quando as pessoas nos viram trazer a nossa rede à terra firme fornecendo peixes, como a rede chegou perto da costa eles viriam rudemente e muitas vezes com sua incivilidade, pondo em perigo a quebra e a espoliação da nossa rede, com a sua ganância para lançar mão sobre o peixe, que fomos obrigados a falar com o rei, que habita na cidade, para comandá-los para deixar de incomodar-nos, prometendo quando terminássemos de tomar para o nosso uso próprio, e reservar alguns para ele, e o resíduo iria ser tomado e permaneceria entre eles, e a partir do comando ter sido dado, as pessoas tiveram o cuidado de observá-lo (GAMBLE, HAIR. 1999: 93)⁸³.

Esta procura por peixes em Cação era costume do povo que vivia nas proximidades do porto de Barra, próximo à foz do Gâmbia. Eles pescavam e secavam os peixes ao sol e

⁸³ Tradução nossa: When the people at any time saw us bring our net on the shore, and provide to fish, as the net came near the shore, they would come rudely in and many times with their uncivilnes, indanger the breaking and spoyling of our net, with their greedinesse to ley hold on the fish, that wee were inforced to speake unto the king, dwelling in the towne, to command them to forbear troubleing us, promising when we had taken for our own present use, and reserved some for him, the residue should be taken out and remaine amongst them, and his commaund being given, thet were carefull to observe it.

depois vendiam os vendiam secos nas localidades rio acima, até a cidade de Cação (GAMBLE; HAIR. 1999: 292)⁸⁴.

Jalofos

Os jalofos eram politicamente organizados em uma lógica de Estados confederados, nomeadamente Saalum, Ualo, Caior, Baol e Siin, este último de população predominantemente serere. A partir de 1444, quando à região passou a ter contatos mercantis com o Atlântico, a confederação se dissolveu e os Estados se tornaram independentes⁸⁵. O Siin e o Saalum possuíam territórios em sua margem norte do rio Gâmbia.

Assim como os mandingas, os jalofos eram islamizados anteriormente a chegada das caravelas europeias à Senegâmbia, fazendo parte dos circuitos transaarianos. Apesar da primeira *nação* europeia a fazer contato com a região ter sido Portugal, entre 1580 e 1630, os jalofos estavam mais receptivos ao trato comercial com outras *nações* que não a lusitana. André Almada afirmou, sobre um dos portos do Caior, que “a Angra de Biziguiche é uma baía muito formosa, morada contínua dos ingleses e franceses, donde podem estar muitas naus sem perigo do tempo, por ser abrigada dos ventos” (ALMADA, 1841: 249). Sobre o mesmo porto escreveu André Donelha: “é o porto principal do resgate dos estrangeiros, nossos inimigos. Os jalofos os estimam mais que a nós, porque deles recebem maior proveito” (DONELHA, 1977: 126-128).

Este trato mercantil com outras *nações*, que não os portugueses, não se baseava apenas nas mercadorias que eram acessíveis na região costa dos jalofos. André Donelha observou que no trato no porto de Cação, localizado no rio Gâmbia, os tangomaus realizavam um lucrativo negócio entre o citado porto e a costa dos jalofos: “Aqui em Cação [...] há grande trato de panos, algodão, cera, marfim, ouro, couros de diversos animais, mas todo ouro, cera, marfim, couros levam a costa dos jalofos aos franceses, ingleses e outras nações” (DONELHA, 1977: 154).

O holandês Pieter Van Den Broecke nunca acessou diretamente o rio Gâmbia para fazer comércio, ele fazia negócios nos portos D’Ale e Joala, ao norte da foz do rio. Quanto a estas localidades, notadamente habitada por jalofos, ele escreve:

⁸⁴ Não se aprofundará na discussão sobre o comércio de escravizados neste momento, uma vez que o tópico 3.3 desta dissertação se debruçará sobre o tema, uma vez que o comércio de escravizados por via atlântica é entendido como uma mudança no rio Gâmbia inerente a inserção da região nas redes atlânticas.

⁸⁵ Este tema será discutido com maior profundidade no primeiro tópico do capítulo três.

Pouco ouro é encontrado aqui, mas é melhor que o encontrado na Costa do Ouro. Presas de elefante também são disponíveis à venda por aqui, que vem do rio Gâmbia. Cera, arroz, e boas peças de âmbar cinzento também estão disponíveis aqui, e a maior parte também vem do Rio Gâmbia.⁸⁶ (LA FLEUR, 2000: 40).

Alguns pontos devem ser observados. Em primeiro lugar, há certa complementaridade entre as citações de Donelha e Van Den Broecke. O holandês obtinha os produtos que provêm das margens do rio, como havia sido alertado por Donelha, quando este afirmou que os tangomaus levavam produtos de Cação para ser vendido na costa dos jalofos. Isto mostra que além das conexões afro-europeias existentes diretamente a partir do rio Gâmbia, as redes comerciais internas ao Oeste Africano conectavam o rio com outras localidades, como por exemplo, a costa dos jalofos.

Em segundo lugar, é notável que os tangomaus, palavra utilizada de forma sinonímica para lançados, se envolvessem nesta transferência de produtos das margens do Gâmbia para outros portos na costa dos jalofos. Isso demonstra que a agência comercial dos jalofos era permeada por uma aliança com os afro-portugueses. Esta aliança entre lançados – e, conforme demonstrado pelos autores, muitos deles eram judeus ou cristão novos – e jalofos é analisada por José da Silva Horta e Peter Mark, no artigo *Judeus e Muçulmanos na Petite Cotê Senegalesa do Início do Século XVII* (HORTA; MARK, 2005). Os historiadores afirmam que “aquela ‘nova gente’ que o rei acolhia mantinha laços comerciais [...] lhe permitia beneficiar da concorrência gerada entre os Holandeses e outros portugueses, em particular, uma parte daqueles que atuavam a partir de Cacheu ou das ilhas de Cabo Verde” (HORTA; MARK, 2005: 32), o que evidencia a agência comercial dos dignitários jalofos, que habilmente souberam se beneficiar do contexto comercial existente, estimulando a concorrência entre *nações* europeias.

Por fim é necessário dizer que os produtos que saíam de Cantor e iam para a costa dos jalofos eram produtos de grande procura por parte dos europeus. Marfim, couro e ouro despertavam o interesse dos estrangeiros, e mesmo tendo que buscar em lugares distantes de sua delimitação territorial, era favorável aos comerciantes jalofos que estes produtos afluíssem de seus portos.

⁸⁶ Tradução nossa: Little gold is found here but is better that on the Gold Coast. Elephant's tusks are also available for sale here, which come from the Gambia River. Wax, Rice, and fine ambergris are available here as well, and which also comes mostly from the same Gambia River.

Conforme discutido e demonstrado no Mapa 3, os jalofos ocupavam parte da foz do Rio Gâmbia. Especificamente, dentre os jalofos, os que ocupavam maior parte do rio estavam sob a soberania do mandatário de Saalum, do qual André Almada faz a seguinte descrição:

Senhoria este Rei de Borçalo⁸⁷ da banda do Rio de Gâmbia como quarenta léguas ou mais, pelo sertão dos mesmo mandingas muitas léguas ou mais, e por cima fica cingido o Reino do Ale [...] é senhor de grande Reino; tem três nações de gente que lhe dão obediência, a saber, barbacins, jalofos, mandingas, e os governa por muito boa ordem (ALMADA, 1841: 260).

O “reino” de Saalum abrangia quarenta léguas a partir da foz do rio Gâmbia, em sua margem norte. Segundo Almada, “nesta terra de Borçalo há muita roupa de algodão, branca, e preta, muito boa; a qual se compra a troco de contaria da Índia e daqui levam para os outros rios donde a não há” (ALMADA, 1841: 270). Este excerto mostra o quanto os europeus deveriam estar envolvidos com as redes comerciais intra-africanas para participar do comércio atlântico com o Oeste Africano. Não era uma simples questão de inserir novos produtos e os africanos se adaptarem a uma nova lógica comercial. Os agentes externos ao continente tiveram que se adaptar às demandas comerciais preexistentes naquele mercado.

Em virtude do que foi analisado, pode-se concluir que esta região já estava plenamente conectada por rotas comerciais. De acordo com o excerto de Almada, havia procura em outros locais da África Ocidental para as roupas de algodão confeccionadas pelos jalofos do Saalum. Conforme escreve Joan-Pau Rubies “As três maiores áreas⁸⁸ econômicas e culturais do Oeste Africano estavam todas conectadas, através das rotas caravaneiras, o extensivo sistemas de rios do Sudão Ocidental e pelos mercadores islâmicos⁸⁹” (RUBIES, 2011: 32). Assim, já existiam demandas por produtos específicos que eram presentes em determinadas regiões e inexistiam em outras.

Fulas

⁸⁷ Forma corrompida para Buur Saalum, título do mandatário desta região.

⁸⁸ O autor sinaliza que estas três maiores áreas seriam o norte africano, habitado pelos berberes e árabes, a mlta Guiné, uma região etnicamente complexa habitada por falantes da língua jalofa, fula e mande, e a área dos falantes da língua kwa, na Baixa Guiné.

⁸⁹ Tradução nossa: The three major economic and cultural areas of West Africa were all connected, through the caravan routes, the extensive river systems of the Western Sudam, and the activities of Muslim merchants.

Antes de iniciar a discussão sobre a agência dos fulas a partir do desenvolvimento do comércio atlântico, pensa-se ser interessante fazer um breve histórico sobre a presença desta *nação* na região da Senegâmbia.

Originários do Futa Toro, região entre o rio Senegal e o Sahel saariano, os fula iniciaram uma expedição militar rumo a Senegâmbia sob a liderança de Demba Dulo, por volta de 1460, atravessando o rio Senegal. Venceram o Gran-Jalofa em sucessivos combates, se favorecendo do fato de que a confederação jalofa começava a se desmembrar devido a reorientação econômica e política da região para o Atlântico, e aproximadamente em 1470 cruzaram o rio Gâmbia.

Esta passagem pelo rio Gâmbia rendeu uma interessante tradição oral descrita por André Donelha em 1625, que demonstra a grandiosidade do exército fula. Segundo o cabo-verdiano,

No ano de Cristo de 1460, se alevantou um rei dos Fulos, mui guerreiro, de sua cidade de Futa com um grosso exército [...] Passou o rio Senegal em almadias, entrando pelos confins dos Jalofos, teve com os ditos reencontros e escaramuças, saindo delas com vitória. Entrou pelos reinos dos Mandingas, vitorioso, chegou ao grande rio de Gâmbia, cento e quarenta léguas da barra. Vendo-o largo e fundo, mandou este rei Fulo, que se chamava Dulo Demba, entupir o rio com multidão de pedras que nele deitou os Fulos. Por engrandecer a multidão da gente que este rei levava, dizem que, com deitar cada soldado uma pedra, se entupira o rio (DONELHA, 1977: 158).

Por maior que fosse o exército de Dulo Demba, é pouco provável que mesmo que cada soldado jogasse uma pedra dentro do largo e fundo rio, se formasse uma ponte que permitiria a passagem de pessoas. Ainda assim, a tradição oral que sobreviveu por mais de 150 anos até o relato de Donelha, permite imaginar a imensidão de homens que acompanhavam o mandatário fula.

A expedição continuou sua rota no sentido norte-sul até o rio Geba, também conhecido por rio Grande, onde a expedição fula foi contida e Dulo Demba foi morto por Famena, rei dos Beafares, por volta de 1480 (DONELHA, 1977: 158). Entre 1480 e 1490, os fulas lutavam contra as províncias ocidentais do império de Mali, que faziam parte do Kaabu, especialmente na região do Futa Djalon, entre as nascentes do rio Gâmbia e do rio Senegal, sob a liderança de Koli Tengela. Vencendo sucessivamente os mandingas, Tengela fundou um Estado fula no Futa Djalon.

Finalmente, entre 1490 e 1510, Koli Tengela iniciou um movimento de volta ao Futa Toro, passando pelo planalto do Bajaan até o rio Senegal. O líder fula não

sobreviveu a viagem, tendo sido morto por tropas Songhai em Jara, cabendo a seu filho, de mesmo nome, concluir a expedição.

Talvez pelo fato de os fulas na região do rio Gâmbia entre 1580 e 1630 não se organizarem em uma lógica política explícita, as fontes a que se serve esta dissertação lhes relega uma posição marginal em relação aos mandingas e aos jalofos. Porém, conforme demonstrado nos trabalhos de Djibril Niane, *A Propos de Koli Tengella*, de Donald Wright, *Koli Tengela in Sonko of Origins* e de Maurice Delafosse, *Chroniques du Fouta Sénégalaise*, os fulas estão fortemente ligados à tradição oral da Senegâmbia.

Em comum a estes trabalhos, é o fato de serem tradições que remetem à supracitada expansão realizadas pelos fulas do Futa Toro até o Futa Djalon. O trabalho de Maurice Delafosse fornece uma importante ligação entre os fulas que viviam no rio Gâmbia entre 1580 e 1630 e o herói das expansões do Futa Toro. Segundo os relatos que recolheu, “em sua juventude, Koli era um pastor, e sua busca por pastagens levou-o a viajar para longe dentro das mata. Seus companheiros, pastores como ele, o tornaram líder enquanto levavam vida nômade com os seus rebanhos ⁹⁰” (DELAFOSSÉ, 1913: 120).

Assim como no período anterior à Koli Tengela, junto a seu pai e filho, ter empreendido suas conquistas no Futa Djalon, entre 1580 e 1630 os fulas viviam em estado nômade. Isto sugere que, ao menos até este período, o modo natural de vida dos fulas de fato era a criação extensiva de gado, sendo o período de expansão pelo Fouta Djalon uma busca por novas pastagens.

Esta hipótese é corroborada por outra nuance da tradição oral, que afirma que Koli Tengela tomou a decisão de invadir o Futa Djalon por causa de um periquito que apareceu com um grão de milho no bico. Após avistar o pássaro, Tengela teria mandado pessoas seguirem o pássaro para verem de onde viria aquele grão, levando-os até as plantações de milho ao sul do Futa Toro (DELAFOSSÉ, 1913: 121). O milho é uma importante planta forrageira, tipo de plantação que serve tanto para o pastejo imediato do gado quanto para serem colhidas e guardadas para serem usadas em momento posterior, na forma de silagem.

É descrito pelos viajantes que o rio Gâmbia entre 1580 e 1630 é rico na produção deste cereal, como explicitado em André Almada (ALMADA, 1841: 272) e

⁹⁰ Tradução nossa: Dans sa jeunesse, Koli était berger, et la recherche des pâturages l'amenait à voyager loin dans la brousse. Ses camarades, bergers comme lui, le prirent pour chef et il marchait à leur tête lorsqu'ils nomadisaient avec leur bétail.

Richard Jobson (GAMBLE; HAIR, 1999: 107). É plausível pensar que foi a busca de pastagens e consequentemente do milho, que levaram os fulas à região do Gâmbia entre 1580 e 1630. Segundo André Álvares Almada

Entram estes fulas por toda aquela terra da costa dos jalofos, barbacin e mandingas, com suas criações e gados; e no inverno se achegam à beira-mar, e no verão se tornam a meter pelo sertão devagar, trazendo o gado ao longo de alguns charcos de água e alagoas que faz o inverno. E muitos destes criadores andam ao longo destes dois formosos Rios, o de Sanagá [Senegal] e o de Cantor, que é o de Gâmbia, pascentando o gado ao longo deles (ALMADA, 1841: 245);

Espalhados por toda a extensão do rio Gâmbia, os fulas comercializavam produtos advindos de seu modo de vida. Sobre o comércio estabelecido com agentes desta *nação*, escreveu Richard Jobson:

Onde nos paramos para comerciar, nós tínhamos certeza de ter suas mercadorias todos os dias, como o leite, coalhada, dois tipos de manteiga, tão bons quanto as que temos em casa: tudo que eles trouxeram para nós foi em grandes e pequenas cabaças como pratos, muito bonitas, e uma coisa que eu não esqueça de dar-lhes o devido louvor em que, em qualquer coisa que você recebeu delas, você o terá arrumado e limpo, o leite e sua manteiga não tendo um cisco [...] as mercadorias que elas procuravam eram pequenas miçangas, facas, e outras coisas insignificante, mas depois que viram e provaram o sal, que em sua linguagem chamavam de Ram-Dam, não havia outra coisa que as agradavam mais, embora tivéssemos muito pouco⁹¹ (GAMBLE; HAIR. 1999: 103).

O excerto demonstra alguns pontos da particularidade do comércio com fulas. Em primeiro lugar, mostra que os fulas, nômades criadores de gado, comerciavam aquilo que produziam: os derivados da criação de gado bovino. Em segundo, o sal era a mercadoria mais procurada pelos fulas, pois era essencial para a conservação de alimentos, como a carne bovina, além de realçar o sabor da comida. Por fim, ao afirmar que, além do sal, os fulas procuravam “outras coisas insignificantes”, o comerciante inglês não percebe que a lógica de produtos com mais valor agregado do que outro, refletia o padrão de consumo local.

⁹¹ Tradução nossa: Where we did lie for trade, we should be sure to have their custome every day, which was to bring us new milke, sowre milke, and curdes, and two sorts of butter, the one new and white, the other hard and and of an excellent colour, which we called refined butter, and is without question, but for a little freshnes, as good an any we have at home: all which they brought unto us, in great and small gourds like dishes, made up very handsomely, and one thing let me not forget to give them due praise in, that in what somever you received from them, you should have it so neate and cleane that in your milke you should not perceive a mote, nor in her butter any uncleanlines [...] the commodities shee askt for were small beades, knives, other trifling things, but after they once saw, and tasted of salt, which in their language they called Ram-Dam, there was no other thing could so well please them, although it were never so little.

Outro relevante fator relatado por Richard Jobson sobre a agência comercial dos fulas é que havia uma certa divisão social do trabalho baseada nas relações de gênero. O comerciante inglês escreveu, quanto aos homens fulas, que “sua profissão é cuidar do gado, algumas cabras, mas principalmente bois, dos quais eles são abundantemente providos⁹²” (GAMBLE; HAIR, 1999: 100). Especificamente sobre as mulheres, ele escreveu que “no tempo de nosso comércio [...] as mulheres vinham até nós diariamente com suas mercadorias⁹³” (GAMBLE; HAIR, 1999: 101). Jobson ainda fez elogiosas descrições sobre a limpeza em que se encontravam os vasilhames e os produtos que as mulheres fulas traziam para comerciar com ele (GAMBLE; HAIR, 1999: 103).

A partir da descrição de Jobson, corroborada com a descrição de Almada sobre o modo de vida fula, pode-se perceber que havia certa divisão do trabalho. Enquanto os homens eram responsáveis pela lida do gado, as mulheres tinham a responsabilidade de fazer os acordos comerciais. E, retomando a supracitada referência de Richard Jobson, vendiam produtos advindos da criação de gado. O que se percebe é uma complementaridade entre o modo de vida fula, a divisão social do trabalho e a agência comercial deste povo.

2.2 Estrangeiros

No tópico anterior foi feita a discussão sobre os povos que habitavam o rio Gâmbia e povoamentos próximos ao litoral, nomeadamente fulas, mandingas e jalofos, que de diferentes formas se conectaram as redes comerciais atlânticas através dos estrangeiros.

Os tópicos que se seguirão tratarão especificamente sobre os “estrangeiros”. Necessário ressaltar que aqui se entende por estrangeiros àqueles que descreveram os fulas, mandingas e jalofos como *outro*, aqueles que classificaram, nomearam e traduziram os habitantes pertencentes a essas *nações* para um público entendido como *nós*. De acordo com François Hartog, seriam aqueles entre os quais “a partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam, sobretudo, do outro” (HARTOG, 2014: 243).

⁹² Tradução nossa: Their profession is keeping of Cattle, some Goats they have, but the Heards they tend are Beefes, whereof they are aoundantly stored.

⁹³ Tradução nossa: In times of our chiefest Trade [...] the women with their commodities daily customers to us.

Pode-se estranhar que os cabo-verdianos e os lançados sejam considerados como parte do conjunto que englobaria o *nós*, uma vez que podem ser descritos como afro-europeus. Por isso, é necessário ressaltar que, embora tenham relações diretas, biológicas ou culturais, com os africanos, não deixaram de representar os fulas, mandingas e jalofos como o *outro*.

De forma mais clara, toma-se como exemplo o cabo-verdiano André Almada. Ao terminar seu relato, o comerciante escreveu “Permita Deus, pela sua Misericórdia, que em dias da Majestade del Rei Felipe, nosso Senhor, vejamos esta terra povoada de cristãos” (ALMADA, 1841: 378). O trecho permite perceber que não há sentimento de pertença, por parte de Almada, ao continente africano. Ao contrário, ao afirmar que o rei Felipe era *nosso* senhor e manifestar o desejo de que a terra seja povoada por cristãos, ele não dá o menor indício de pertença que não seja relacionado ao continente europeu, ou seja, o *nós*.

Quanto aos lançados, a questão se torna mais nebulosa. Como será discutido a frente, muitos desses agentes se africanizaram. Porém não deixaram de lado alguns pilares de sua pertença ao *nós* europeu, Conforme notado por Richard Jobson, embora “tenham se tornado de certa forma naturalizados”, esses agentes “ainda guardavam cuidadosamente, o uso da língua portuguesa, e com um tipo de zelo afetivo, o nome de cristão ⁹⁴” (GAMBLE; HAIR, 1999: 98). Ora, embora os lançados tenham se africanizado, no período em que Richard Jobson esteve no rio Gâmbia (1620-1621), aos lançados ainda era caro que fosse apresentado, durante o contato comercial, seu pertencimento a esse *nós* europeu, usando a língua portuguesa e mantendo o nome cristão. Feita essa pequena reflexão teórica, parte-se para a análise da agência comercial dos estrangeiros.

2.2.1 Cabo Verdianos

Cabo Verde é um arquipélago, situado a cerca de 570 quilômetros da costa do Oeste Africano. É formada por dez ilhas vulcânicas que cobrem uma área total de quatro mil quilômetros quadrados. Os portugueses chegaram em 1460 ao arquipélago,

⁹⁴ Tradução nossa: Become in a manner naturalized [...] still reserving carefully, the use of the *Portingall* tongue, and with a kinde of an affectionante zeale, the name of Christians.

que estava desabitado. O local não possuía grandes atrativos naturais que levassem à sua colonização. Dessa forma, “não tendo riquezas naturais abundantes e significativas, o maior trunfo deste pequeno arquipélago foi sua capacidade de desempenhar um papel ativo nas redes de troca e de circulação entre diferentes espaços, climas e civilizações” (SILVA, 1995: 1).

De fato, Cabo Verde exerceu a função de elo entre três diferentes continentes, a África, a Europa e a América. O centro administrativo do arquipélago era a ilha de Santiago, a maior em termos de extensão territorial e a mais próxima ao continente africano. O artigo de Iva Cabral, Maria Emilia Madeira dos Santos, Maria João Soares e Maria Manuel Ferraz Torrão (2000) trata Cabo Verde como uma experiência colonial portuguesa acelerada. De acordo com as autoras, “o arquipélago foi laboratório onde se experimentou novas formas de colonização” (CABRAL et. al. 2000: 2). O que se reproduziu em Cabo Verde, no tocante à administração e à organização social, foi o que se verificou mais tarde em outras possessões portuguesas. As autoras argumentam que foi ali onde pela primeira vez se estabeleceu uma sociedade escravagista no sentido moderno nos trópicos, e também onde o escravizado se tornou uma mercadoria fundamental no comércio de longa distância.

É justamente o tráfico de seres humanos escravizados que gerou uma incipiente elite comercial cabo-verdiana. “A sociedade insular nasce assim dicotômica composta por dois grandes estratos: o dos europeus e o dos africanos, e do senhor e dos escravos” (CABRAL et. al. 2000: 4). Os primeiros eram reinóis portugueses, castelhanos, genoveses, que proviam de diversas camadas sociais. Os segundos eram pessoas trazidas compulsoriamente da região da Guiné. Com o tempo, surgiram moradores nativos das ilhas, descendentes dos primeiros moradores europeus com escravas africanas. Dessa forma, “foi aqui que nasceu o encontro de dois Mundos, o europeu e o africano (...) e também a sociedade crioula, primeiro contributo para a construção do Mundo Atlântico” (CABRAL et. al. 2000: 3).

O ser humano escravizado não era a única troca realizada por cabo-verdianos. Conforme se verifica na Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde⁹⁵, de 26 de janeiro 1582, há indícios de que os insulares obtinham ouro, cera, marfim, cola e escravizados em troca de ferro, cavalos, manilhas de latão e algodão.

⁹⁵ Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde. 26/01/1582, *MMA*, III, p. 103-104

Especificamente sobre o porto de Cantor, no rio Gâmbia, Francisco de Andrade argumenta que:

Resgatava-se neste porto [Cantor] antigamente dez, doze mil cruzados de ouro em pó, a troco de manilha de latão e algum marfim e cera; agora resgata-se menos, porque o derradeiro navio que dela veio não trouxe mais que até 3 V + + [cruzados] em ouro, mas deram por desculpa que levaram pouca fazenda, e ficara muito ouro por resgatar [...] há neste rio grandes campos e arvoredos, de muito arroz e mantimentos, que os negros regam com as águas doces do rio, em falta de chuva, por onde sempre estão abastados dele (MMA, III, 103-104).

No excerto acima, nota-se que os cabo-verdianos obtinham ouro em pó, marfim, cera, arroz e outros alimentos. Além das manilhas de latão, apontadas como mercadoria de troca no trecho citado, o cavalo e o algodão eram outros produtos produzidos em Cabo Verde e com grande procura nos mercados do Oeste Africano. Segundo Bertelina Brito, “algodões e cavalos produzidos em Cabo Verde, começaram, a partir de 1472, a ser alvo de comercialização. Os cavalos originários do arquipélago eram utilizados como mercadoria de troca na costa da Guiné e [...] o algodão destinava-se ao mesmo mercado” (BRITO, 2013: 89).

Além das trocas comerciais supracitadas, uma das principais agências de Cabo Verde para a coroa portuguesa era a regulação do comércio e a proteção do monopólio com a região da Guiné. Porém, três fatores fizeram com que os agentes do arquipélago não conseguissem cumprir essa missão. Em primeiro lugar, vários cristãos-novos e judeus perseguidos pela inquisição ibérica se instalaram em terras continentais para fugir das garras do tribunal. Esses agentes, desrespeitando a autoridade ibérica, faziam comércio com qualquer *nação* europeia que lhes oferecesse bons negócios. Em segundo lugar, o cisma da cristandade latina arrefeceu o poder da Igreja Católica. Dessa forma, *nações* que não eram oficialmente católicas, como Holanda e Inglaterra, tornaram cada vez mais frequentes as suas viagens comerciais à Guiné do Cabo Verde, em detrimento das orientações das bulas papais que davam a Portugal e Espanha o direito de expandir seus domínios em nome da cristandade.

O terceiro fator, por fim, era a agência africana. As chefaturas africanas na Senegâmbia faziam livremente comércio com outras *nações* europeias, pois não havia acordo para que os africanos respeitassem um monopólio comercial com Portugal. O que lhes interessava era que as condições comerciais fossem favoráveis de acordo com os seus termos.

A Coroa Ibérica tentava expedir documentos que assegurassem o respeito por parte das outras *nações* europeias ao seu monopólio comercial com a Guiné, como a Regulamentação da Navegação Ultramarina⁹⁶, a Provisão Sobre a Navegação da Guiné⁹⁷, e o Regimento do Capitão da Guiné⁹⁸. Essas peças legislativas buscavam inibir a presença de agentes comerciais não ibéricos, mas o que se verificou foi o aumento gradativo deles na região.

A primeira região em que os cabo-verdianos sentiram a perda do “monopólio” com a região que chamavam de Guiné foi a Senegâmbia, primeiramente na região do rio Senegal, e depois especificamente na região do rio Gâmbia. A maioria das fontes dão indícios sobre a perda do chamado “controle” comercial português/cabo-verdiano com o local, justamente pelo fato de que os agentes oficiais ibéricos mostravam-se empenhados em manter o “monopólio” comercial. Neste sentido, André Almada escreveu de forma mais direta com relação à perda desse “controle”:

Este Rio, de que imos tratando, era o melhor que havia em Guiné, de mais resgate que todos; fazia-se nele com cinco seis coisas diferentes um escravo, que não saía comprado por cinco cruzados de bom dinheiro. Hoje está perdido, devassado dos lançados, que andam adquirindo os despachos para os Ingleses e Franceses, entanto que se enfadam os negros deles e os matam muitas vezes nas embarcações em que andam (ALMADA, 1841: 285-286).

Concluindo, pode-se afirmar que houve resistência à tentativa de monopólio português sobre a região do rio Gâmbia por Portugal, resistência essa supervisionada pelos agentes cabo-verdianos. Evidência disso foram os relatos deixados por viajantes, que mostram a presença de comerciantes não portugueses ou cabo-verdianos no Gâmbia e enfatizam o quanto era ineficaz a tentativa de controle comercial por parte de agentes externos ao continente africano.

2.2.2 Lançados ou *Tangomaos*

⁹⁶ Regulamentação da Navegação Ultramarina 09/02/1591, *MMA*, III, p. 192-196.

⁹⁷ Provisão Sobre a Navegação da Guiné, 30/05/1609, *MMA*, IV, p. 358-359.

⁹⁸ Regimento do Capitão da Guiné, 04/04/1615, *MMA*, IV, 573-576.

Lançados ou *Tangomaos* eram emigrantes que se fixavam no continente africano com a concordância dos mandatários locais. Como se instalavam em terras continentais, eles tinham muitas vantagens em relação a outros agentes externos que tentassem comerciar em África, pois possuíam conhecimento das estruturas políticas, sociais e comerciais nativas, além de que, por convivência, seus corpos eram mais bem adaptados ao calor e as doenças tropicais.

Os lançados eram recebidos com hospitalidade, como mandava a tradição africana. Segundo Alberto da Costa e Silva,

Os reis e os aristocratas recebiam o forasteiro como hóspede e, como hóspede, o protegiam. Dele esperavam, contudo, não só que lhe mostrasse reconhecimento e fidelidade, mas também que obedecesse às leis da terra e, de certa forma, lhes retribuísse a acolhida, pagando com presentes os tributos de vassalagem e, sobretudo, fazendo com que para seus portos afluíssem o comércio (SILVA, 1999:248).

Desta forma, pode-se notar que não foram as estruturas de mando europeias que facilitaram a existência desse agente comercial na costa africana. Conforme discutido em outros pontos deste trabalho, o controle político e comercial da região do Rio Gâmbia entre 1580 e 1630 era feito pelas chefaturas mandingas e jalofas.

Neste sentido, Andre Almada escreve “entanto que se enfadam os negros deles [dos lançados] os matam muitas vezes nas embarcações em que andam” (ALMADA, 1841: 286). Infere-se a partir deste excerto da fonte, que os povos que acolhiam estes lançados não necessariamente tinham de conviver com eles, independente de qualquer outro fator, de tal forma que quando se tornam dispensáveis ou trazem problemas aos moradores que os acolheu, correm o risco de serem assassinados. A presença dos lançados em um território sob domínio de uma chefatura africana era aceita mais por uma questão de conveniência do que de obrigatoriedade.

Dependentes das chefaturas africanas dos lugares onde se instalavam, os lançados mantinham certa animosidade com relação a um controle da coroa portuguesa sobre suas ações. Neste sentido, o historiador estadunidense John Thornton escreve:

Fora da zona de presença oficial existia uma grande região onde muitos portugueses atuavam, a título privado, como mercadores, colonos ou mercenários. Todos mantinham relações estreitas com as autoridades africanas, mais estreitas que as mantidas pelas feitorias e missões oficialmente sancionadas. A lealdade política da maioria destes indivíduos era ambígua e praticamente todos eram hostis às políticas fiscais portuguesas e a noção de controle da coroa portuguesa (THORNTON; 2010: 155).

Além da hostilidade dos lançados contra a coroa portuguesa, havia também hostilidade por parte da Coroa contra os lançados, que pode ser conferida nas constantes reclamações contra os lançados na documentação oficial do arquipélago de Cabo Verde e nos relatos de André Almada e André Donelha. Soma-se a isso a informação, obtida a partir destas mesmas fontes e recorrente na historiografia que analisa estes agentes, que muitos destes indivíduos se adaptavam de tal forma ao local onde viviam, que assumiam para si traços sociais e culturais das sociedades que o acolhiam. Estes são fortes indícios de que os lançados não eram agentes que operavam a favor da coroa portuguesa, e sim em favor próprio ou dos mandatários locais.

A presença deles no Gâmbia é atestada através dos relatos de viagem, das cartas de missão e das fontes oficiais cabo-verdianas. O historiador francês Jean Boulègue aponta a presença de lançados no rio a partir da análise de três diferentes fontes:

O autor [André Donelha] esteve no Gâmbia em 1585, enviado pela feitoria de Santiago do Cabo Verde como capitão de um navio de comércio. Ele descreve Cação como principal porto do rio, ele diz que os *lançados* o frequentavam [...] Cação é igualmente muito descrito pelo seu contemporâneo, Andre de Almada, mas este último não fez nenhuma menção a presença de *lançados* no porto nem em outros [...] A presença de *lançados* e dos seus descendentes mestiços é enfatizada por Jobson em 1620, mas esses que ele chama de *Portingalls* estavam então dispersos, vivendo em dois ou três famílias por vila⁹⁹ (BOULÈGUE, 1989: 32).

Discordamos da afirmação de Boulègue, segundo o qual, Almada não escreveu sobre a presença de lançados nos portos do Rio Gâmbia. Ao contrário, nota-se que o autor, ciente de que estes agentes comerciavam com qualquer cliente desde que lhes dessem boas condições, manifestou claramente a insatisfação dele com relação à presença dos lançados no dito rio, conforme pode ser percebido em citação anterior nesta dissertação, onde ele afirma que o trato do rio estava perdido, em função de que os lançados vendiam os produtos para ingleses e franceses (ALMADA, 1841: 285-286).

Apesar do equívoco anterior, é correta a análise que Boulègue faz sobre Richard Jobson relativo aos escritos do inglês sobre a presença dos lançados no Gâmbia. O

⁹⁹ Tradução nossa: L'auteur [André Donelha] s'était lui-même rendu en Gambie en 1585, envoyé par la factorerie de Santiago du Cap-Vert comme capitaine d'un navire de commerce. Il décrit Cação comme le principal port sur le fleuve, et il dit que les *lançados* le fréquentaient [...] Cação est également décrit comme très actif par son contemporain, André de Almada, mais ce dernier ne fait aucune mention de la présence de *lançados* dans ce port ni dans les autres [...] La présence de *lançados* et de leurs descendants métis est remarquée par Jobson en 1620, mais ceux qu'il appelle les *Portingalls* étaient alors dispersés, vivant à deux ou trois familles par village.

primeiro povo descrito por Jobson, como presente no Rio Gâmbia, em lugar de qualquer comunidade autóctone, são os *Portingalles*. De acordo com o viajante inglês:

Estes são como eles mesmo dizem portugueses, e alguns deles parecem o mesmo; outros deles eram mulatos, entre brancos e negros, mas a maior parte sendo negros como os habitantes locais: eles estavam dispersos em dois ou três comerciantes em um lugar, e todos eram casados com negras locais, com quem eles tinham filhos, embora não tivessem entre eles nem igreja, padre, ou qualquer ordem religiosa. Parece que eles são pessoas banidas ou fugitivos tanto de Portugal quanto de ilhas sob governo português, e geralmente se empregam em comprar mercadorias que o país proporciona, onde especialmente cobiçam as pessoas locais que eram vendidas para eles quando cometiam crimes¹⁰⁰ (GAMBLE; HAIR. 1999: 97).

Outro agente do arquipélago de Cabo Verde, André Donelha, descreveu a maneira que ele próprio utilizava para contatar os *Tangomaus* para negociar as mercadorias: “Disparamos um mosquete, logo vem da aldeia de Jagra almadias per entre as raízes dos mangues, e sempre vem *tangomaus*¹⁰¹ nas almadias a comprar e vender como em todos os outros portos já nomeados fazem” (DONELHA, 1977: 142).

Este ponto é elucidativo quanto à ineficácia da tentativa portuguesa de tentar manter algum controle sobre o comércio com a região da Guiné do Cabo Verde à época. O *Regimento do Capitão da Guiné*¹⁰², no tópico XIII, estabelece para o dito capitão “avisar-me eu [rei da União Ibérica] das pessoas que andam feito *tangomaos* e dos que tem incorrido neste culpa”. No mesmo regimento, é dito ao oficial que ele era subordinado ao governador de Cabo Verde. Ainda assim, o cabo-verdiano André Donelha comerciou livremente com lançados no rio Gâmbia. Por mais que em teoria houvesse uma tentativa de coerção do comércio realizado por lançados, os próprios agentes da coroa portuguesa comerciavam com eles.

Esta “liberdade” que o lançado tinha para comerciar, se devia ao fato deles serem beneficiados pela tradição local de acolher bem o estrangeiro, justamente porque eram comercialmente úteis às estruturas de poder africanas. Desta forma, a presença do lançado era justificada porque faziam afluir comércio aos portos africanos.

¹⁰⁰ Tradução nossa: These are, as they call themselves, Portingales, and some few of them seeme the same; others of them are Molatoes, betweene blacke and white, but the most parte as blacke, as the naturall inhabitans: they are scatteres, some two or three dwellers in a place, and all are married, or rather keepe with them the countrey blackewomem, of whom they beget children, howbeit they have amongst them, neither Church, nor Frier, nor any other religious order. It doth manifestly appeare, that they are such, as have beene banished, or fled away, from forth either of Portingal, or the Iles belonging unto that that governement, they doe generally imploy themselves in buying such commodities the countrey affords, wherein especially they cover the country people, who are sold unto them, when they commit offences.

¹⁰¹ Tangomau é uma palavra nativa, utilizada em sentido pejorativo e sinónimo para lançados.

¹⁰² Regimento do Capitão da Guiné. 04/04/1615, MMA, IV, p. 575.

Enquanto agentes intermediários entre europeus e africanos, eles tinham por função prover os mandatários que acolhiam os produtos que estes desejassem. Desta forma, “os lançados assumiram o papel de intermediários entre corsários estrangeiros e as populações africanas, logo que aqueles se aproximaram dos litorais, frequentados de longa data pelos portugueses (SANTOS, 1993: 77)”.

Em certos lugares, eles tinham a possibilidade de se integrar a sociedade por meio de casamento. A esposa africana era uma primordial parceira para o lançado. “Ao desposarem as africanas, os portugueses lançados na costa passaram a ter nelas as melhores mestras e as melhores sócias. Por meio delas, estabeleceram vínculos com as estruturas de mando locais”. (SILVA, 2011: 238). A parceria com as mulheres livres era *conditio sine qua non* da atividade comercial (HAVIK, 1996: 172).

Além disso, as mulheres tinham a função de comerciantes, mesmo antes da presença dos lançados. Desta forma, para a mulher, ser casada com um lançado também era útil. Estes geralmente possuíam embarcações para navegação ao longo dos rios, o que auxiliava as mulheres em suas atividades mercantis, pois podiam alcançar mercados mais distantes e de maneira mais rápida.

Outro fundamental agente para a familiarização dos lançados ao local em que eles se instalavam eram os grumetes, agentes que eram naturais da região onde o tangomau se instalava. Os grumetes aprendiam a utilizar os botes para navegar entre os vários mercados fluviais e que interiorizavam traços da cultura do estrangeiro, como a língua portuguesa e, superficialmente, alguns aspectos religiosos.

A adaptação do lançado não se dava apenas às redes comerciais africanas. A partir dos diferentes relacionamentos que ele estabelecia no continente, ele se adaptava a cultura local. Desta forma, “em muitos casos, ao se associarem intimamente com os africanos, os lançados não só mudaram a maneira de comer, de vestir-se e de morar, mas adotaram as divindades da terra, e se deixaram escarificar, e se submeteram aos rituais sagrados” (SILVA, 2011: 240).

Contudo, não era um relacionamento livre de qualquer animosidade, advinda das diferenças culturais. Quando se relacionavam em sociedades matrilineares, a questão da herança era um problema que estes agentes tinham de enfrentar. Embora tenham nascidos em uma tradição patrilinear, as regras no Gâmbia eram outras: “[...] quando o marido, pai ou chefe da família morre, o rei se apodera de qualquer valor que ele tenha,

até da esposa, crianças ou servos, exceto quando eles já se preveniram anteriormente¹⁰³” (GAMBLE; HAIR. 1999: 98).

Alberto da Costa e Silva afirma que quando o lançado morria ou retornava à terra de origem os escravizados consideravam-se libertos, e a comunidade passava a ser comandada pela viúva ou pelo grumete mais velho ou com maior prestígio (SILVA, 2011: 252). A influência política e comercial que o lançado porventura viesse a adquirir durante sua vida, não era passada a seus filhos. Quem usufruía da herança política e comercial eram as esposas, algum dos grumetes ou mesmo a chefatura africana do local que se instalava.

Existem indícios que alguns lançados retornaram a Portugal. Para isso, e para reaver seus direitos de cidadania, os agentes tinham que pagar com a metade dos bens que trouxessem para o reino, além de pagar uma multa de 10 cruzados ao Hospital de Todos os Santos. Mesmo que tivessem que abdicar parte de sua riqueza, pelos livros de contabilidade do referido hospital, houveram lançados que retornaram ao país de origem (SANTOS, 1993: 69).

Isso demonstra o quão lucrativo poderia ser o papel de intermediário comercial para estes agentes. Mesmo tendo que abdicar de parte de sua fortuna, alguns escolhiam retornar a sociedade de origem. Alberto da Costa e Silva se contrapõe quanto à quantidade de lançados que retornavam a Portugal, ao afirmar que a maioria, porém, preferiu ficar na África. Os judeus e cristãos-novos permaneciam na África porque estavam sob o abrigo das perseguições sofridas na Europa ou em outras partes do império português. Os outros preferiam ficar porque “enriqueciam no comércio ou porque tinham construído uma nova vida na terra de sua escolha” (SILVA, 2011: 241).

Embora os livros do Hospital de Todos os Santos indique que houve retorno de lançados para Portugal, conforme demonstrado na pesquisa de Maria Emília Madeira dos Santos (1993), as evidências nos relatos de viagem mostram que *se lançar* ao continente africano era uma opção válida e possivelmente lucrativa. Entre 1580 e 1630, a presença de muitos lançados na região é eminente pela análise da documentação. Mesmo que alguns retornassem, outros seguiam o caminho inverso. A presença de *tangomaus* foi uma realidade frequente no rio Gâmbia.

¹⁰³ Tradução nossa: The conditions they live subject unto, under the blacke Kings makes it appeare, they have little comfort in any Christian countrey, or else themselves are very carelesse what becommeth of their posteritie; for whensoever the husband, father, or maister of the familie dies, if hee be of any worth, the king seizeth upon what hee hath, without respect, either to wife, children, or servant, except they have warning to provide before, or are capable of themselves, to looke out for the future time.

A origem social dos lançados é múltipla. “Eram homens de diversos estratos sociais, aventureiros, renegados e cristãos-novos, que, subtraindo-se, por razões diversas, às autoridades portuguesas insulares, se *lançavam* na terra firme, estabelecendo ali residência e ocupando-se do comércio” (SANTOS, 1993: 67). Porém, é perceptível que grande parte desses lançados fizesse parte de grupos que sofriam perseguição nas sociedades de origem. Desta forma, muitos Judeus e Cristãos Novos, perseguidos pela inquisição Ibérica, eram frequentes entre os lançados. “Neste grupo heterogêneo, os Judeus sobressaíam pela sua própria prática religiosa” (SANTOS, 1993: 67).

É interessante notar que na região da Senegâmbia, no início do século XVII, diferentemente do que ocorria na Europa, os agentes judaicos tinham liberdade de culto. Além disso, os judeus compreenderam bem tal situação, tentaram reforçar a sua posição, relevando as convergências de fé e de ritual entre islã e judaísmo, como no caso da circuncisão e contra o que chamavam de idolatria dos cristãos (HORTA; MARK. 2005: 39). Essa aproximação religiosa levava também a uma aproximação comercial, os judeus se tornando parceiros comerciais das populações islamizadas dos lugares onde se instalavam.

Por fim, ressalta-se o entendimento dos lançados como agentes pertencentes a dois universos culturais. Apesar de se submeterem às estruturas sociais e políticas do continente africano, muitos mantinham elementos culturais europeus, seja por professarem a fé cristã ou mesmo judaica adquirida na Europa, a arquitetura de suas habitações, a língua portuguesa e mesmo pela manutenção do nome de batismo.

Esta afirmação encontra eco no relato de Richard Jobson. O viajante inglês afirmou que em seu contato com os lançados no rio Gâmbia, ele percebeu que estes agentes guardavam com uma espécie de “zelo afetivo”, a identidade europeia deles: “nos poucos locais que comerciamos com eles [...] aplicavam-se a compra e venda de uma coisa para outra, como todos no local, guardando cuidadosamente o uso da língua portuguesa, e com um tipo de zelo afetivo, o nome de cristãos ¹⁰⁴” (GAMBLE; HAIR. 1999: 98).

O que se percebe ao estudar estes agentes é que eles eram um primordial elo comercial entre europeus e africanos. Maria Emília Madeira dos Santos evidencia o

¹⁰⁴ Tradução nossa: In some those few places we trade with them [...] apply themselves to buy and sell one thing for another as the whole country doth, still reserving carefully, the use of the Portingall tongue, and with a kinde of affectionate zeale, the name of Christians.

fundamental papel comercial feito por estes sujeitos no comércio euro-africano ao afirmar que “os lançados exerciam um papel de intermediários entre os estrangeiros e africanos, aumentavam o montante das transações que sem sua interferência seriam de muito menor vulto e não atingiriam o sertão em tão grande profundidade” (SANTOS, 1993: 77).

2.2.3 Missionários

A história da missiologia da Guiné não constitui uma área de concentração deste trabalho. Contudo, é importante situar a ação missionária no início do século XVII por dois motivos: primeiro, os religiosos sentiram-se afetados com a existência de uma população islamizada, como os mandingas e jalofos do rio Gâmbia; e segundo, os missionários também se envolveram com as redes comerciais na região. Mesmo que não estivessem inseridos diretamente no rio Gâmbia, os missionários que comerciavam em Serra Leoa entraram em uma lógica de redes comerciais internacionais interligadas com as redes locais¹⁰⁵. Discorrer-se-á nesta parte sobre estas nuances da ação jesuítica na costa da Guiné.

A missão de Guiné do Cabo Verde não atingiu os objetivos de conversão dos africanos a que se propunha. Vários são os motivos apontados para esta falha, tanto pelos missionários, acessados através das cartas que escreviam, quanto pela documentação administrativa de Cabo Verde. O fato dos guineenses preservarem as práticas religiosas locais, a concorrência com o islã e o pequeno número de missionários cristãos, são alguns desses motivos da falha da missão. Porém, um que salta os olhos, e é de especial interesse à esta dissertação, é a inserção dos missionários nas redes comerciais. Ao invés de se dedicarem a evangelização dos gentios, os missionários estavam mais preocupados em estabelecer comércio para o ganho próprio. O cônego Manuel Severim de Faria¹⁰⁶ aponta dois principais motivos para a falha da missão: a alta mortalidade dos padres, devido ao “clima doentio” da terra e o fato de que os padres, incluindo Baltasar Barreira, estavam mais preocupados em comerciar do que propriamente evangelizar.

¹⁰⁵ Importante ressaltar, porém, que havia diferentes níveis de inserção dos religiosos no envolvimento comercial. De fato, os missionários mais graduados dentro da hierarquia organizacional católica tinham um envolvimento menor do que os chamados padres seculares, estando mais interessados na frustrada tentativa de conversão dos povos africanos.

¹⁰⁶ Apontamento de Manuel Severim de Faria sobre a fundação de seminários para a Guiné. 01/1622, MMA, IV, p.666-690.

E assim há muitos anos, que se não vê naquela terra Religioso, se não é acaso, e mais a buscar remédio temporal pera seu bem próprio, que não a espiritual da gente de lá [...] Dos destes o Padre Baltazar Barreira, que só se ocupavam de comprar e vender, e que nunca dizem Missa nem fazem ofício algum de sacerdote, tendo o intento principal em se tornarem logo pera o Reino como se vem ricos, ou com algum remédio pera o fazerem (MMA, IV, 672).

Assim como a expansão da doutrina islâmica acompanhou a expansão comercial, durante a tentativa de expansão da fé católica, os padres também não buscaram estabelecer redes comerciais. O padre Baltazar Barreira¹⁰⁷ deixa claro a “impossibilidade” de não se inserir no comércio:

A experiência me tem mostrado que nem na Ilha nem cá podemos viver sem escravos. E assim sou forçado [a] comprar alguns, mas sou de parecer, se V. R. o houver assim por bem, que aos que comprarmos limitemos alguns anos e que nos sirvam, e lhe declaremos, que se naqueles anos nos servirem bem, acabados eles lhe daremos carta de alforria. E que não nos servindo bem, ou fazendo o que não deve, os venderemos. Digo isto, porque fazendo desta maneira, teremos menos razão de escrúpulo e seremos melhores servidos (MMA, IV, 227-228).

Percebe-se a inquietação do padre quanto a sua inserção em uma lógica escravista. Porém, não abriu mão de ter escravizados. Os próprios agentes africanos tinham a aproximação religiosa como uma via de obtenção de parceria comercial. Dom Fellipe de Leão, chefe dos bolões, escreveu a Carta do Rei de Serra Leoa a El-Rei de Portugal¹⁰⁸, na qual dizia estar muito feliz por se converter ao cristianismo e ao mesmo tempo, informou que seu “reino” seria propício para os portugueses fazerem comércio:

Eu Dom Fellipe de Leão, Rei da Serra Leoa, dou muitas graças a Deus todo poderoso, Criador dos Céus e da ter[r]a e de todas as coisas, pelo beneficio tão grande que me fez em livrar a minha alma das trevas em que estava e me alumiar, pera que o conhecesse e sua santa Fé [...]Este meu Reino é mui grande, a terra muito sadia e fértil; desejo que venham a ela muitos vassalos de V. Majestade e que a cultivem e se sirvam dela e das cousas que nela há, e que pera viverem seguros façam fortaleza na Barra da Serra, aonde os ladrões, inimigos de Deus e de V. Majestade, vem surgir e fazer aguada, e donde saem a roubar os vassalos de V. Majestade, e os navios do seu trato (MMA, IV, 126-127).

Pelo excerto destacado acima se infere que o fato de se fazer cristão, além de beneficiar o mandatário dos bolões pela “salvação de sua alma”, auxiliaria no estabelecimento dos “navios de seu trato” nas águas que iam até seu reino. Assim como a conversão do islã beneficiou os mandingas no sentido de conectá-los as redes

¹⁰⁷ Carta do Padre Baltazar Barreira ao provincial de Portugal. 05/03/1607, MMA, IV, 223-228.

¹⁰⁸ Carta do Rei de Serra Leoa a El-Rei de Portugal. 25/02/1606, MMA, IV, 126-127.

comerciais islâmicas que atravessavam o deserto do Saara, seguindo a mesma lógica, a conversão ao cristianismo aproximaria os bolões das redes comerciais atlânticas.

Naturalmente, esta dissertação não tem a intenção de reduzir toda a iniciativa missionária a uma perspectiva econômica. A possibilidade de “salvar almas” também era importante a estes agentes. Ainda assim, é inegável que a possibilidade de estabelecer comércio era também um dos fatores que atraíam os eclesiásticos à missão na Guiné do Cabo Verde.

2.2.4 Comerciantes Afro-Europeus

Estes agentes comerciais são os responsáveis por escreverem os relatos de viagem que nos servem como fontes. André Álvares Almada, Pieter Van den Broecke, Richard Jobson e André Donelha foram comerciantes que visitaram o rio Gâmbia ente 1580 e 1630 e escreveram relatos sobre os encontros comerciais que tiveram com os habitantes do local.

Cada um desses viajantes possuíam objetivos específicos e se reportavam a diferentes públicos. Os pontos que foram foco principal de um, podem ter sido diferentes do outro, escrevendo de acordo com o que lhes fosse digno de atenção, dada a intencionalidade de sua escrita. Por isso, mesmo sendo uma mesma tipologia de documento, cabe a análise de cada um em separado.

André Almada e André Donelha eram cabo-verdianos. Seguindo a lógica que propôs este capítulo, eles deveriam estar inseridos no tópico em que se tratou sobre os agentes comerciais do arquipélago. Porém, se decidiu analisá-los no atual tópico pelo fato de se tratar de dois relatos de viagem, assim como os de Pieter Van den Broecke e Richard Jobson. O critério para a escolha foi a tipologia documental que produziram, bem como o fato destes agentes se identificarem mais como portugueses do que, de fato, como cabo-verdianos.

O agente comercial André Álvares Almada era natural de Cabo Verde, e como dito anteriormente, seu relato tinha a intenção de pedir ao monarca da União Ibérica, em nome da elite comercial cabo-verdiana, financiamento e autorização para um processo de colonização da região de Serra Leoa. Em sua descrição, Almada faz uma detida e minuciosa narrativa das *nações* africanas que existiam nas costas, descrevendo seus costumes, estruturas políticas e riquezas, bem como demonstra as possibilidades de comércio e de conversão na África, a justificativa para o projeto colonizador que

pretendia empreender. É interessante notar que o período de estadia do cabo-verdiano na região da Guiné data dos anos 1570 e o relato foi enviado à coroa Ibérica em 1594. Além do que ele viu com os próprios olhos, muito do que o autor “ouviu dizer” nos anos posteriores foi adicionado ao seu trabalho. Isto evidencia que as documentações analisadas para a confecção desta dissertação são polifônicas, pois as vozes de outros agentes, que não as dos autores das palavras escritas, estão presentes nas fontes, como fica explicitado no próprio relato de Almada:

Quis escrever algumas cousas dos Rios de Guiné Cabo Verde, começando do Rio de Sanagá até á Serra Leoa, que é o limite da Ilha de Santiago, porque destas partes sei honestamente, e das cousas em que tive dúvida me informei de algumas pessoas práticas e nas ditas partes versadas; quis, como digo, escrever deste Guiné, não porque muitos não tivessem dele dito, mas já pode ser que dele não tiveram tão verdadeira notícia como eu, porque vi a maior parte dele, e tratei em muitos Rios, metendo-me por eles muitas léguas, e sobretudo me informei bem de todas as dúvidas, assim de homens nossos, prácticos nas ditas partes, como dos próprios negros, informando-me deles das cousas acontecidas nas ditas partes, dos seus juízos e costumes (ALMADA, 1841: 231)

O autor dedicou o quinto e o sexto capítulos especificamente ao rio Gâmbia. Nos referidos capítulos, o autor escreveu detalhadamente sobre instituições políticas, acontecimentos sociais e culturais e possibilidades de trato comercial com os povos que ali existiam. Seu relato é ímpar para situarmos quais produtos eram trocados entre as duas partes que compunham o comércio euro-africano no rio Gâmbia:

Das mercadorias que neste Rio valem, o principal é o vinho, porque morrem por ele; cavalos, roupa branca da índia, contaria da índia, de Veneza, margarideta grossa e delgada, fio vermelho, pano vermelho, Vinta-quatreño, grão, búzio, papel, cravo, manilhas de cobre, bacias de barbear, caldeirões de cobre de um arrátel até dois, cobre velho, e entre todas a mais estimada é a cola, fruto que se dá na Serra Leoa e seus limites; e vale tanto neste Rio, que dão tudo a troco dela, assim mantimentos como roupa, escravos, e ouro (ALMADA, 1841: 276).

A primeira *nação* apontada por Almada são os mandingas: “Este Rio de Gâmbia é todo povoado de negros mandingas, de uma banda e outra, e cada espaço de vinte léguas há um Rei deles, sujeito a outros, que se chamam Farões, que é título entre eles de maior dignidade que Rei” (ALMADA, 1841: 271). As palavras que ele utiliza para designá-los são pejorativas. “Atraídoados”, “maus”, “ladrões” são alguns exemplos de qualificativos que o cabo-verdiano utiliza para descrevê-los. O motivo é o combate ao infiel, comum na perspectiva Ibérica à época. Essa inferência encontra eco quando ele afirma que os bixirins, “sacerdotes” islâmicos, “escrevem em livros encadernados, nos

quais dizem muitas mentiras; e dá o demônio ouvido aos outros, para os ouvirem e crerem” (ALMADA, 1841: 275).

O autor descreve também a presença de fulas no rio Gâmbia: “Há ao longo deste Rio, assim de uma banda como da outra, muitas aldeias de fulas, os quais habitam por estas partes, deixando suas terras por causa do pasto e água de que tem necessidade para suas criações” (ALMADA, 1841: 274). Os jalofos são apontados como um dos povos subservientes ao reino de Borçalo, que “senhoria a banda [norte] do Rio de Gâmbia como quarenta léguas ou mais” (ALMADA, 1841: 260).

Outro viajante, André Donelha, passou a infância em Cabo Verde, na ilha de Santiago e nasceu entre 1550 e 1560. Em seus escritos aparecem informações que foram escritas por outros comerciantes cabo-verdianos e também informações pessoais, certamente datadas de um período entre 1570 e 1600. Em 1585, o navegante fez uma viagem em que subiu o Rio Gâmbia até Cantor.

Esta viagem está retratada entre os capítulos dez e treze de seu relato. A intencionalidade da escrita do relato por Donelha se assemelha à de André Almada. Segundo Avelino Teixeira da Mota,

André Donelha terá escrito a versão que nos chegou em virtude de aquele governador [Francisco Vasconcelos da Cunha] haver projetado deslocar-se à Guiné, com o intento de combater os holandeses, estabelecer povoações e fortes e contribuir para a cristianização dos Africanos (DONELHA, 1977: 40).

Conforme discutido no corpo desta dissertação, nenhum destes objetivos foi atingido. Os guineenses não se cristianizaram e Portugal não conseguiu manter o pretense monopólio sobre a região da Guiné do Cabo Verde.

O relato contém informações acerca do trato comercial possível de realizar no rio Gâmbia e a descrição dos portos onde parou para comerciar. O povo que é apontado por Donelha como habitante das duas margens do rio são os mandingas: “é todo, de uma banda e da outra, povoado de mandingas de diversos reinos, todos de mandingas” (DONELHA, 1977: 138). Além disso, o autor escreveu informações sobre a estrutura política do local e também acerca de possíveis perigos de navegação no curso do rio. Anotou sobre encontros com locais e lançados no decorrer de sua viagem, sobre a presença estrangeira – não portuguesa – nos portos do Gâmbia e faz uma explicação, a partir de informações que colheu com Bixirins, sobre onde nasce o rio Gâmbia.

O ponto máximo que Donelha alcançou navegando o rio, em direção a nascente, foi o Passo dos Fula. Porém, diferentemente de Almada, escreve que já era possível contornar este obstáculo:

Mas agora, desde os últimos anos do governador Francisco Correa da Silva, se navega mais de cem léguas acima, e dizem que o rio em cima é mui largo, espaçoso, fundo. Dizem ser muito fresco e aprazível, e há grande resgate de tudo, pelo que agora em Guiné chamam a esse rio o novo Peru, como tenho ouvido a algumas pessoas, pela riqueza de que lá tiram (DONELHA, 1977: 156).

Comparativamente ao relato de André Almada, Donelha tem grande riqueza de detalhes relativos ao rio Gâmbia, bem como a nomes próprios africanos (DONELHA, 1977, p.18). Contudo, Almada é marcadamente mais rico em todos os aspectos referentes ao comércio, sobretudo na enumeração dos produtos e mercadorias e também nas informações etnográficas, que é sensivelmente mais pormenorizada e vasta. Almada fez abordagem mais sistemática sobre os títulos de chefes ou designações de classes, e nomenclaturas africanas de objetos.

O fim do século XVI evidenciou o fracasso da ineficiente tentativa de monopólio comercial português – auxiliada pelas ilhas de Cabo Verde sob seu domínio político – com a região da Guiné. A partir de então, navegantes nativos de outras *nações* europeias que não as Ibéricas, intensificam sua presença mercantil na região. De acordo com o historiador português Rui Ramos:

A integração imperial das duas monarquias ibéricas veio revelar-se um poderoso fator de tensão no contexto do Império Português. Com efeito, a monarquia católica confrontou-se com maior ou menor continuidade com todas as potências marítimas, a saber, a Inglaterra, a Holanda e até certo ponto a França, as quais havia muito cobijavam o tráfico colonial português (RAMOS, 2012: 284).

É neste contexto em que se insere a viagem de Richard Jobson ao rio Gâmbia. Entre 1620 e 1621, o viajante inglês foi ao rio Gâmbia, onde permaneceu por sete meses. Segundo os historiadores Paul Hair e David Gamble (1999: 38) “não há certeza sobre a vida de Jobson além do que está em seus próprios escritos”¹⁰⁹. Contudo, as investigações que os autores fizeram sobre a vida deste viajante levam a inferir que ele era natural de Londres ou Yorkshire e que tenha vivido e trabalhado na Irlanda. O texto de Jobson é dedicado aos “nobres Cavalheiros Aventureiros” membros da Companhia da Guiné. São os primeiros textos publicados sobre incursões inglesas no rio. Ao que

¹⁰⁹ Tradução nossa: “Nothing certain is known about the life of Richard Jobson other than what is contained in his own writings”.

parece, Jobson é o navegante que mais subiu o curso do rio em termos de distância. Segundo Hair e Gamble (1999: 55):

Até os ingleses chegarem ao ponto final, perto do 'rio Tinda', o relato de Jobson é escasso, no entanto é o primeiro relato do trecho acima Baarakunda, os relatos portugueses não chegam até aqui. [...] Os relatos de Jobson são, na verdade, a descrição mais completa do rio entre Baarakunda e Tinda antes de meados do século dezanove ¹¹⁰.

O relato de Jobson contém descrições sobre a geomorfologia do rio, os povos que moravam em sua margem, com informações acerca de sua cultura e política, sobre a fauna do local e, principalmente, sobre as oportunidades comerciais que o rio oferecia. Os produtos que ele obteve foram peles de animais selvagens, marfim, algodão, roupas e o cobiçado ouro, os quais eram trocados por aço, sal, papel, anéis de estanho e contas. Um fator notável relativo às trocas comerciais feitas por Richard Jobson foi a recusa que o inglês deu a um bixirin que o ofereceu escravizadas:

Ele me disse que ele não poderia fazer negócios naquele dia, somente me mostrando certas jovens mulheres negras, que tinham cordas brancas cruzando seus corpos, que ele me falou que eram escravas que tinha trazido para eu comprar, ao que eu respondi que nós somos um povo que não fazem acordo com este tipo de mercadoria, e que nem comprávamos ou vendíamos qualquer que tivessem nosso próprio corpo; ele [...] nos disse que era a única mercadoria que levavam para baixo no país, que trocavam todas por sal, e que elas eram vendidas a homens brancos que anteriormente a desejavam [...] nós respondemos que eram um tipo de povo diferente do nosso, mas de nossa parte se não tivessem outras mercadorias ali, nós poderíamos voltar depois¹¹¹ (GAMBLE, HAIR. 1999: 140).

O comportamento de Jobson em relação ao tráfico de pessoas não era uma exceção. Gamble e Hair afirmam que, embora em viagens anteriores de ingleses à região da Guiné, houvesse indícios de comércio de escravizados, “Jobson não comprou escravizados, as viagens inglesas para rio Gâmbia também não, e as muitas viagens para

¹¹⁰ Tradução nossa: “Until the English reach the final halt, near ‘Tinda River’, Jobson’s account is sparse, nevertheless it is the earliest account of the stretch above Baarakunda, the portuguese accounts not reaching to here [...] Overall, Jobson’s accounts is, in fact, the fullest description of the river between Baarakunda and Tinda before the mid-nineteenth century “.

¹¹¹ Tradução nossa: Hee told me hee could tend no businesse, onely hee shewed unto mee, certaine young blacke women, who were standing themselves, and had white strings crosse their bodies, which hee told me were slaves, brought for me to buy, I made answer, we were a people who did not deale in any such commodities, neither did wee buy or sell one another, or any that had our owne shapes; he [...] told us, it was the only merchandize, they fetch all their salt, and that they were solde there to white men, who earnestly desired them [...] we answered, they were another kinde of people different from us, but for our part, if they had no other commodities, we would returne againe.

a Guiné entre 1580 e 1630, quase sem exceção, também não ¹¹², (GAMBLE, HAIR. 1991: 31).

A intenção de Jobson com este relato era garantir financiamento para uma nova viagem comercial ao rio Gâmbia, o que não aconteceu. Os povos que ele descreveu como habitantes das margens do rio eram os fulas e os mandingas. Os primeiros são descritos como nômades criadores de gado, que andavam pela região a procura de pastagens para seus rebanhos, com o aval dos segundos, que Jobson chama de “verdadeiros comandantes do local” (GAMBLE; HAIR. 1999: 104). O seu relato foi o que deu informações mais detalhadas sobre os Bixirins. Ao contrário das fontes afroportuguesas, Jobson não descreve esses agentes como um inimigo da cristandade a ser combatido, e sim como dignos de admiração e como potenciais parceiros comerciais. A admiração que ele demonstra é pelo fato de que, seguindo os dogmas islâmicos, os Bixirins não fazem consumo de álcool:

São maravilhosamente diferentes das pessoas temporais, ainda mais quando se pensa que eles vivem na mesma terra e a temperatura do dia é a mesma, enquanto o desejo das pessoas comuns é de aguardente e bebidas quentes, pelas quais eles trocariam suas armas e roupas do corpo para saciar este desejo, que parece nunca ser satisfeito: os Marabouts ao contrário, nunca tomam uma gota disso, de certa maneira eles estritamente só bebem água, não só eles mesmos, mas também suas esposas e mulheres, nunca em tempo algum sentiram o gosto ou receberam qualquer quantidade destes licores¹¹³ (GAMBLE; HAIR. 1999: 104).

O principal parceiro comercial que ele aponta em seu relato é o bixirin Buckor Sano, quem ele encontra em Tinda. Este agente o deu esperanças de que, se voltasse em uma viagem posterior, ele poderia obter ouro em abundância (GAMBLE, HAIR. 1999: 140-141).

Pieter Van Den Broecke foi um agente comercial holandês, nascido em Antuérpia no dia 25 de fevereiro de 1585 e morreu em primeiro de dezembro de 1640. Os seus escritos constituem uma importante fonte por detalhar as sofisticadas estratégias

¹¹² Tradução nossa: Jobson did not buy slaves, the English voyages to River Gambia did not, and the many English voyages to Guinea between the 1580's and the 1630's almost without exception did not.

¹¹³ Tradução nossa: Betwixt whom and the the temporal people, is a wonderfull difference, the rather in regard they live upon one and the same ground, the temperature of the day being the same, wherein the desires of those commom people, is for Aqua-vitae, and hotdrinckes that they Will many times pawne their armes, both their bowes and arrowes, and swords from their neckes, to satiat and glut their earnest desires, which seemes to us never to be satisfied: Now to the contrary the Marybucke, will by no meanes take or touch one droppe thereof, of what kind somever it be, tying himselfe strictly to no manner of drink but waterm and not onely himselfe, that is the men, or malekind, but likewise their wives and women, neither will or can at any time be drawne to tast or receive any jot of theis our comfortable liquor.

comerciais dos mercadores holandeses na costa atlântica da África ¹¹⁴ (LA FLEUR, J. D. 2000, p. XI).

O viajante realizou quatro viagens ao continente africano. A primeira foi realizada até a costa da Guiné do Cabo Verde (1605 e 1606). Na segunda, ele foi até a África Central e o Oeste Africano (1607 e 1609). Na terceira e na quarta, seus trajetos foram para a localidade conhecida como Elmina (1609 e 1612). Após estas viagens ao continente africano, Van Den Broecke foi também para o Oriente (1616 e 1629). Por este motivo, ele usou repetidamente palavras de origem árabe e malaias para descrever o que viu em África ¹¹⁵ (LAFLEUR, J. D. 2000, p. 12).

Este relato se diferencia dos outros que estão neste trabalho por estar escrito em forma de diário, onde o autor descreve os acontecimentos de cada dia em particular. Van Den Broecke escreve detalhes pormenorizados sobre o curso de sua viagem, e os problemas que sua embarcação enfrentou no caminho a seu destino. Fez também uma compilação sobre quais produtos comprou e quais teve que trocar. Nota-se por sua descrição, que no ano em que realizou esta viagem, para além da presença de portugueses na região, já havia muitos franceses, ingleses e holandeses a fazerem comércio na região entre os rios Senegal e Gâmbia.

Ao fim desta primeira parte em forma de diário, o comerciante escreveu um tópico com o título *Manners and Life of the Blacks of Cape Verde*, onde descreveu pormenores sobre as populações com quem teve contato, como o fato de que muitos falavam a língua francesa e inglesa, a presença e a importância dos cavalos na região, a poligamia e os costumes alimentares.

Por fim, o tópico *The following trade goods are found on the mainland of Cape Verde*, trata diretamente das principais mercadorias que encontrou – âmbar cinzento, marfim, cera, arroz, peles de animais. Estas eram trocadas por barras de ferro em Porto D’Ale e Joal. Ele diz que mesmo não entrando diretamente no rio Gâmbia, as mercadorias que encontrou nestes portos provinham das margens do dito rio.

Como se percebe, os quatro relatos de viagem dos comerciantes descritos neste trabalho tinham diferentes intencionalidades e enfoques. Além do entendimento da agência comercial dos próprios autores dos relatos a análise destes documentos, partindo da proposta metodológica que se expôs na introdução deste trabalho, auxilia no

¹¹⁴ Tradução nossa: Van den Broecke’s published accounts constituted an important source [...] and to detail the sophisticated commercial strategies of Dutch merchants then trading on the Atlantic coast of Africa.

¹¹⁵ Tradução nossa: “He repeatedly used Arabic and Malay words to describe things he saw in Africa”.

entendimento das estruturas políticas, sociais, econômicas e culturais inerentes ao continente africano, e a relação que os naturais deste continente estabeleceram com o Mundo Atlântico.

2.3 Conclusão – a agência africana no Gâmbia

Para responder as duas últimas perguntas que estão na introdução deste capítulo, um excerto do relato de Richard Jobson, detalhando uma de suas negociações com o bixirin Buckor Sano, é elucidativo:

Quando chegamos ao comércio, pedimos qual deveria ser o produto básico, para lançar o preço em cima, a valorizar outras coisas por ele. Ele nos mostrou uma de suas roupas, e por isso eles só desejavam nosso sal, que caiu para a negociação e licitação sobre a proporção, no qual tivemos tal diferença e mantivemos a negociação por tanto tempo, que muitos deles parecem não gostar, mostrando que iriam embora, mas depois que concluiu-se, não havia mais diferença (GAMBLE; HAIR, 1999: 140)¹¹⁶

A citação de Jobson evidencia o ponto central desta pesquisa – o protagonismo dos africanos no trato comercial com os europeus. O comércio era realizado de acordo com as conveniências e necessidades dos africanos. Conforme escreve Nicholas Canny, “os mandantes na costa da África Ocidental tiveram sucesso em preservar sua economia tanto quanto sua independência política – mesmo ditando o andamento das trocas – pelo menos até o século dezoito¹¹⁷” (CANNY, 2011: 3).

O excerto do relato de Jobson mostra que, ao bixirin interessava especificamente o sal, e nenhum outro produto lhe serviria. Constatação esta muito diferente da noção de “comércio triangular”, presente em algumas análises historiográficas e nos livros didáticos ainda hoje, que simplifica demasiadamente as relações comerciais entre África, Europa e América.

Um dos primeiros autores a mobilizar este conceito foi Eric Williams. Ele afirma que os escravizados eram permutados na África por produtos manufaturados ingleses, o

¹¹⁶ Tradução nossa: When we came to trade, we asked which should be the Staple commoditie, to pitch the price upon, to value other things by, they shewed us one of their clothes, and for that they onely desired our salt, we fell to loveing [bargaining] and bidding upon the proportion, wherein we had such difference, and held so long, that many of them seemed to dislike, and made shew, that they would goe away, but after we concluded, there was no more difference.

¹¹⁷ Tradução nossa: Rulers on the coast of West Africa succeeded in presenving their economic as well as their political independence – even dictating the pace of change – until well into the eighteenth century.

que contribuía para fomentar a produção doméstica britânica. Posteriormente, tendo cruzado o Atlântico, os negros eram deslocados para as *plantations*, onde produziam açúcar, algodão, anil e outros produtos tropicais que serviam de matéria-prima ou estimulavam a criação de novas atividades industriais na Inglaterra. Nesse cenário, a manutenção do sistema estimulava um mercado ultramarino para produtos industrializados ingleses (MATHIAS, 2013: 193).

Percebe-se que Williams afirma que o que era trocado em África pelos mercadores ingleses eram escravizados por produtos industrializados. O estudo das fontes utilizadas neste trabalho – os relatos de viagem europeus, as documentações administrativas de Cabo Verde e cartas de missionários – já indicavam um cenário comercial multifacetado. O relato de Almada pode explicitar as trocas realizadas entre ele e os mandingas:

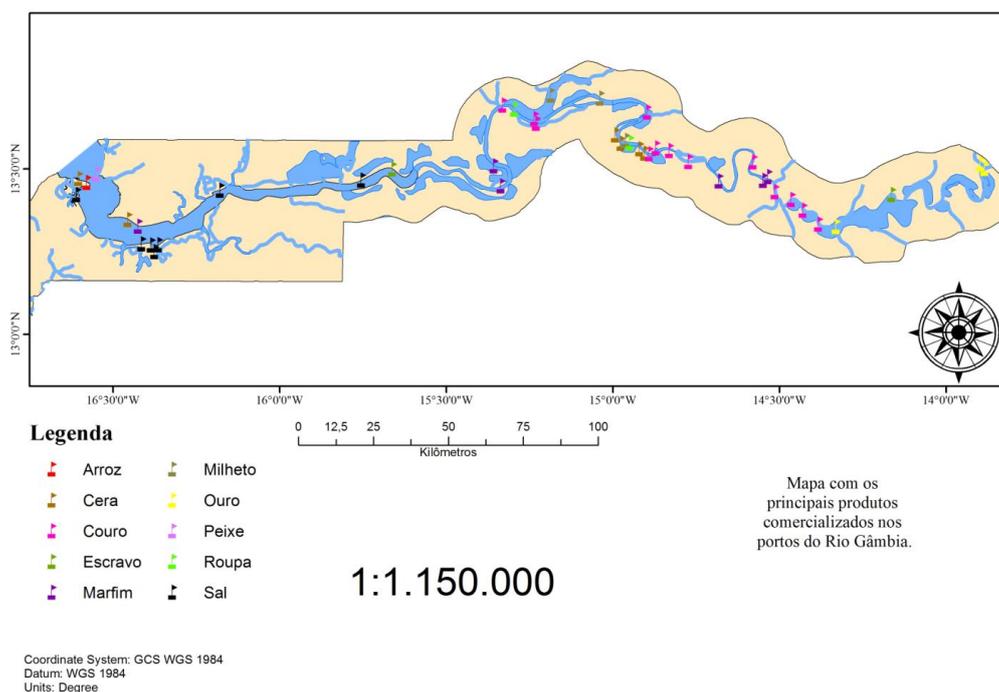
Das mercadorias que neste Rio [Gâmbia] valem, o principal é o vinho, porque morrem por ele; cavalos, roupa branca da índia, contaria da índia, de Veneza, margarideta grossa e delgada, fio vermelho, pano vermelho, vinta-quatreno, grão, búzio, papel, cravo, manilhas de cobre, bacias de barbear, caldeirões de cobre de um arrátel até dois, cobre velho, e entre todas a mais estimada é a cola (ALMADA, 1841: 276).

Ora, neste pequeno excerto percebe-se que, de forma alguma, as negociações movidas por fulas, mandingas e jalofos às margens do Gâmbia se baseavam em uma simples troca de um pequeno número de mercadorias por escravizados. Ao contrário, o próprio Almada cita que por todas essas mercadorias, além dos escravizados, é possível obter ouro, marfim, couros, dentre outros produtos¹¹⁸ (ALMADA, 1841: 277). O mapa abaixo¹¹⁹ demonstra os principais produtos comprados pelos estrangeiros em todos os portos que são indicados pelas fontes no rio Gâmbia:

¹¹⁸ O anexo 1 deste trabalho é elucidativo quanto a grande variedade de produtos trocados entre europeus e fulas, mandingas e jalofos no rio Gâmbia.

¹¹⁹ Para melhor visualização, ver anexo II.

Mapa 10 – Os principais produtos dos portos do rio Gâmbia



IN: MALACCO, F. O Gâmbia no mundo atlântico - fulas, jalofos e mandingas no comércio global moderno (1580-1630). Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

Conforme se percebe, a gama de produtos que eram os principais de cada porto era vasta, incluindo arroz, cera, couro, escravizados, marfim, milheto, ouro, peixe, roupa e sal. Em conjunto com a descrição de Almada sobre os principais produtos importados pelas *nações* do rio Gâmbia, esta grande quantidade de produtos exportados por fulas, mandingas e jalofos demonstram que é temerário reduzir as trocas euro-gambianas a um número limitado de produtos.

Além da vastidão das mercadorias, há indícios que os europeus tiveram que entender a lógica interna das redes comerciais africanas, para depois se inserir nelas. A título de exemplo, a noz de cola, que Almada cita como mercadoria mais valiosa para o comércio na região do Gâmbia, era um produto encontrado dentro do próprio oeste africano, especificamente na região de Serra Leoa. Os europeus precisaram ir até o local de produção da fruta, para trocarem algum produto por ela, e depois a levarem ao rio Gâmbia para trocar por outros produtos. Isso mostra o quão múltiplo e complexo era este comércio. Não se trata de uma simples questão de trocar mercadorias específicas. Os europeus precisaram entender a lógica interna das redes comerciais africanas para somente depois se inserirem nelas.

A busca por análises de lugares específicos em África e sua relação comercial com o mundo externo, tornará os estudos africanistas menos suscetíveis a caírem na armadilha da generalização. A generalização, aliás, é outro problema da análise do Mundo Atlântico através do conceito de comércio triangular. Considerar uma única forma de comércio a ser realizado em toda a costa de África é incoerente e incompleto em relação ao que está descrito nas fontes. Diferentes lugares do continente tinham diferentes necessidades. Logo, o que se comerciava diferia de lugar para lugar.

Não houve um domínio político nem econômico dos europeus na África, pelo menos até o século XVIII. De acordo com o que escreve Joan-Pau Rubies, “os povos da África e da América não foram, de nenhum modo, espectadores passivos. Desempenharam papéis cruciais na formação do sistema Atlântico¹²⁰” (RUBIES, 2011: 22). De nenhuma forma, o estabelecimento de um comércio de longa distância com o Atlântico foi um fato inteiramente desconhecido e imposto aos mandatários africanos. Conforme escreve o mesmo autor,

Em África, os mandatários jalofos do Senegal, os chefes mande do rio Gâmbia, os vários Estados Akan, e os reinos de Benin e do Congo eram todos conscientes de um mundo maior no comércio de longa distância, envolvendo outros centros civilizacionais. Eles também tinham uma mentalidade comercial, mesmo no caso daqueles em que seus principais centros políticos se localizavam no interior. Sem surpresas, as elites políticas africanas estavam frequentemente interessadas em comerciar com aqueles europeus que encontraram a partir do Atlântico. Fazendo isso eles estavam tanto divergindo as anteriores trocas realizadas no interior a partir dos rios ou das rotas caravaneiras, quando explorando novas oportunidades¹²¹ (RUBIES, 2011: 34).

Um fator que une a soberania política e comercial dos mandatários africanos é a evidência de que para a realização das trocas comerciais, os europeus tinham que pagar uma espécie de taxa aos mandatários de cada localidade que iam. A título de exemplo, Donelha afirma que, “detendo-se aqui dois dias [para comerciar], deixando alguma pessoa do navio com fazenda para resgatar, pagando ao rei a dádiva que é os direitos ordinários, que é uma peruleira de vinho ou sua valia” (DONELHA, 1977: 142).

¹²⁰ Tradução nossa: The peoples of Africa and America were by no means passive spectators and played crucial roles in shaping Atlantic system.

¹²¹ Tradução nossa: In Africa, the Jolof rulers of Senegal, the Mande chiefs of Gambia River, the various Akan states, and the kings of Benin or Kongo were all aware of larger world of long-distance trade involving other centers of civilization. They were also commercially minded even in those cases when their main political concerns lay inland, Unsurprisingly, African political elites were often interested in trading with those Europeans who reached them from the Atlantic. When doing so they were either diverting the old trades of the interior river or caravan routes, or exploiting opportunities for new ones.

A partir das fontes, concorda-se com John Thornton quando ele afirma que “os europeus não possuíam o poderio militar para forçar os africanos a participarem de nenhum tipo de comércio no qual seus líderes não desejassem se engajar. Portanto, todo comércio da África com o Atlântico tinha de ser voluntário” (THORNTON, 2004: 48). A intenção de se mostrar a agência comercial africana nesse trabalho caminha paralelamente ao que o mesmo historiador afirma, de que “devemos ampliar nossa estimativa do papel exercido por essas sociedades na formação do Mundo Atlântico” (THORNTON, 2004: 80), demonstrando o quão crucial era a agência dos habitantes do continente africano para a realização de trocas comerciais com europeus a partir do Atlântico.

Capítulo III

As Mudanças no Gâmbia a Partir do Contato com o Atlântico

No primeiro capítulo foi analisado o contexto histórico em que se inseria o rio Gâmbia entre 1580 e 1630. O segundo capítulo mostrou a ação comercial de diferentes grupos em um contexto de comércio Atlântico e o protagonismo dos gambianos em relação aos outros agentes. O terceiro e último capítulo analisará as relações euro-gambianas, bem como as mudanças estruturais ocorridas entre os povos fulas, mandingas e jalofos, no rio Gâmbia, decorrentes do processo de trocas comerciais entre europeus e gambianos. Tentar-se-á demonstrar que, para além de um fato simplesmente econômico, os povos autóctones da região reagiram a diferentes mudanças nos aspectos políticos, culturais e sociais.

Estas mudanças ocorreram, como dito, nas mais diversas estruturas das *nações*. No campo político, a região do rio Gâmbia foi diretamente afetada por mudanças nas estruturas de poder, com o império do Mali e a Confederação Jalofa perdendo espaço para os novos centros, fortalecidos comercialmente e militarmente por sua inserção nas redes comerciais atlânticas.

Os lançados, agentes que inicialmente deveriam favorecer as trocas comerciais para a coroa portuguesa, passaram a ser membros importantes do corpo administrativo e comercial dos soberanos mandingas e jalofos, bem como foram fundamentais na criação de uma língua franca para os relacionamentos comerciais no rio Gâmbia e em toda a costa da Guiné, o crioulo. Trabalhar-se-á também com a hipótese de que o comércio de seres humanos escravizados na região foi diretamente afetado pelo comércio atlântico.

Além disso, analisará mudanças nas estruturas comerciais ocorreram no Gâmbia como, por exemplo, a inserção de produtos, até então inexistentes, que passaram a fazer parte da cultura material dos fulas, mandingas e jalofos. Por fim, se argumentará que o fim do “monopólio” comercial português, foi diretamente benéfico às estruturas de mando da região.

3.1 Velhos e novos impérios

Do Mali ao Kaabu¹²²

Conforme dito no capítulo um, o epicentro da expansão Mandinga era o Império de Mali. Com o aval do mandatário Sundjata Keita, houve o que a historiografia chama

¹²² A grafia Kaabu não é consensual. Além dessa, podem ser encontradas outras como Gabo, Gabu, Gabou, Cabo.

de “expansão para o Oeste”, coordenada pelo general Tiramakan Traoré. Conforme escreveu Carlos Lopes,

Segundo a lenda malinké, Tiramakan Traoré teria sido um dos generais de Sundjata Keita, por ele encarregado de uma parte das conquistas do Império de Mali. Tiramakan tinha entrado na Senegâmbia após a derrota dos Susu, em 1235, em Sumangura. O objetivo principal da sua expedição à Senegâmbia era conseguir a submissão do rei Wolof. Não há provas da passagem de Tiramakan pelo Kaabu, mas todas as fontes orais associam-no à criação desta Mansaya, e o primeiro Mansa do Kaabu – Kelemankoto Bá Sané ou Sama Koli – é apresentado como seu descendente direto por via matrilinear. A data de fundação do Kaabu – de acordo com as mesmas fontes – é o ano de 1250 (LOPES, 1999: 82).

A partir desta citação, percebe-se a importância do mito fundador na sociedade mandinga. Assim como o próprio Mali tinha seu herói fundador – Sundjata Keita –, o Kaabu também se valia de um antigo personagem – Tiramakan Traoré – cuja descendência seria destinada a governar. A narrativa mítica ainda relata que a razão de Traoré ter empreendido sua expedição militar ao Oeste era a subjugação do rei dos Jalofos. Lopes lança a hipótese que Tiramakan, de fato, não subjuguou todo o Gran-Jalofo, mas conquistou parte do Alto Gâmbia, localidades como Wuli e Niani, e seus descendentes alargaram o território que pertencia ao Kaabu.

O fato é que esta expansão não alcançou o território Jalofo, localizado entre o rio Senegal e rio Gâmbia. O território do Kaabu se estendeu, aproximadamente, do sul do Gâmbia, até o rio Geba. Segundo Djibril Niani, a escolha para a expansão ao sul se deu por três motivos:

Por que Tiramagan não se dirige para as terras do Jalofo, por que ele prefere regiões localizadas ao sul de Gâmbia? Há várias razões: o país Jalofo era forte o suficiente para se opor a uma ocupação militar por tempo indeterminado; A Senegâmbia Meridional, mais úmida ainda lembrava o país Mandinga, e especialmente, as pessoas desta região estavam oferecendo menos resistência ao exército Malinké. Estes dois últimos foram determinantes razões para a escolha do país de estabelecimento para o Malinké¹²³ (NIANI, 1989: 36).

De acordo com André Álvares Almada, em torno de 1580, a região ainda era ligada politicamente ao Império de Mali. O autor afirma que o Gâmbia e “todos os negros desta Guiné” conheciam e deviam obediência ao Mandimansa:

¹²³ Tradução nossa: Pourquoi Tiramagan ne s’est-il pas dirigé sur le Djolof, pourquoi a-t-il préféré les régions situées au sud de la Gambie ? A cela il y a plusieurs raisons : le pays Djolof était cependant assez fort pour s’opposer à une occupation militaire de durée indéterminée ; la Sénégambie méridionale, plus humide, davantage rappelait le Manding, et surtout les populations de cette région offraient moins de résistance face à l’armée malinké. Ces deux dernières raisons ont été déterminantes quant au choix du pays d’établissement pour les Malinkés

Todos os negros deste Guiné de que tratamos dão obediência, que se chama o Mandimansa, não visto até hoje de nenhum dos nossos. E tanto que nomeiam este nome logo se descobrem todos os negros que o ouvem nomear, tão obedecido é; e chamam os da Mina a este Rei o Elefante Grande, tão conhecido é de todos os negros que o obedecem, o seu nome, mais de trezentas léguas (ALMADA, 1841: 278).

Este primeiro momento de expansão, obviamente, não está conectado com o surgimento do comércio atlântico, uma vez que é anterior ao momento em que caravelas aportaram na costa e adentraram os rios africanos. De fato, “muitos historiadores consideram que esta região era um beco sem saída do mundo Mandinga, pois não passava do ponto extremo ocidental do império do Mali, longe dos eixos comerciais transaarianos” (LOPES, 1999: 76).

A mudança da importância da região está relacionada ao advento do comércio atlântico. O Império de Mali que já começara sua decadência por problemas internos¹²⁴, teve uma sobrevida enquanto estrutura de mando graças ao novo destino comercial. Com a chegada de caravelas portuguesas, o comércio foi estabelecido entre Portugal e Mali. Grandes caravanas saíam de regiões interioranas ligadas ao Mandimansa, como a região aurífera de Bambuk, e iam até o rio Gâmbia, para comerciar diretamente com os portugueses, cujas feiras experimentavam uma “atividade febril” (NIANI, 1989: 31).

Ainda ligado ao Mali, o Kaabu já possuía algum poder político no decorrer do século XVI, o que fica evidenciado pelo fato de alguns autores do período denominarem o rio Gâmbia como rio Gabo (NIANI, 1989: 76). Este poder advinha do fato da região ter uma posição estratégica, que se tornou forte econômica e politicamente. Segundo André Almada, o Gâmbia obedecia a um centro político localizado a trezentas léguas no interior; e “sobre os Beafares¹²⁵ um farim, que é como imperador entre eles, a quem todos os Reis dos Beafares dão a obediência, chamado Farim-Cabo¹²⁶, a quem também [a] dão os Mandingas do Rio de Gâmbia, da banda do Sul dele” (ALMADA, 1841: 327). Almada evidencia o começo do momento em que o Kaabu se torna referência política para a região.

André Donelha, que escreveu 30 anos após Almada, também afirma que havia “um grande rei, que lhe dão obediência os Fulos, Jalofos, Barbacins, Mandingas e todos mais reis [...] todos pagam tributo ao grande Mandimansa” (DONELHA, 1977: 120). O historiador guineense Djibril Niani, porém, afirma que o cabo-verdiano, por

¹²⁴ Como a perda de territórios para o Songhai, guerras de sucessão, perda do controle do comércio transaariano e invasões tuaregues. Para mais informações, ver Madina Ly-Tall (2010).

¹²⁵ Nação africana que, à época de Almada, vivia às margens do rio Geba.

¹²⁶ Ninguém menos que o imperador do Kaabu.

desconhecimento ou remetendo a um período anterior, não levou em consideração que o detentor do poder político era outro:

Mas naquela data [à viagem de Donelha] na realidade, já havia um novo poder sobre a costa, o reino do Kaabu. O governador Farin Cabo ou governador do Kaabu, tornou-se o Mansa-ba Gabou, ele é o senhor de todos os reis mandingas, que são numerosos, bem como Jalofos, de Barbacins e vários reis estabelecidos ao norte (NIANI, 1989: 75)¹²⁷.

Niani é corroborado por Richard Jobson. Conforme lembra Madina Ly-Tall, o inglês não mais ouviu falar do Mandimansa na região do rio Gâmbia, afirmando que as principais estruturas políticas eram Saalum, ligada aos jalofos e Wuli e Cantor, províncias do Kaabu (LY-TALL, 2010: 206).

De fato, com o fim do poder político do Mali no século XVII, o Kaabu pôde se afirmar como principal reino Mandinga, não apenas independente, mas também com vários reinos que lhe deviam dependência. Incluíram-se aí as províncias do rio Gâmbia, nomeadamente Wuli, Niani, Niomi e Badibu. Localidades importantes destes reinos, plenamente conectadas ao comércio atlântico, como Cação, Cantor, Tunkular e Barakunda, eram tributárias de Kansala¹²⁸, capital do Kaabu.

Apesar de tributárias, as províncias do Kaabu¹²⁹ gozavam de ampla liberdade. Conforme escreve Niani, “as províncias gozavam de uma autonomia considerável, sendo Nianthio ou Koring. Cada Mansa ou Farin tinha uma capital, exército próprio e recolhiam impostos¹³⁰” (NIANI, 1989: 78-79). De fato, Jobson escreve que encontrou nada menos que seis mansas no rio Gâmbia, além de ter o conhecimento de mais três reis maiores que viviam no interior: “estes pequenos reis que eu disse, que eu tanto vi, conversei, comi e bebi em seis diferentes lugares, que tem o título de Mansa, que em sua linguagem é o nome próprio para o rei, todos tendo como referência reis maiores [...] [além desses] eu ouvi sobre três reis, mas não os vi¹³¹” (GAMBLE; HAIR. 1999: 111-112). Pode-se inferir que este grande número de mandatários, proclamados mansa, era uma demonstração do quão fragmentado era o poder no território do Kaabu.

¹²⁷ Tradução nossa: Mais à cette date en réalité, une nouvelle puissance s'affirmait déjà sur la côte, le royaume du Gabou. Le farin Cabo, ou gouverneur du Gabou, est devenu le Gabou mansa-ba, il est le seigneur de tous les rois mandingues, qui sont nombreux, ainsi que des Jalofoso, des Berbecins et divers reias établis du nord d'après.

¹²⁸ Segundo Niani, Kansala ficava a quatro dias de marcha partindo de Cantor (NIANI, 1989: 64).

¹²⁹ Em malinké chamadas de Nianthio ou Koring.

¹³⁰ Tradução nossa: Les provinces jouissaient d'une large autonomie, qu'elles soient Nianthio ou Koring. Chaque Mansa ou Farin a une cour, live armée, perçoit l'impôt

¹³¹ Tradução nossa: Those petty King I say, whereof I both saw, had conference, and did eate and drinke within sixe severall places, who had the title of *Mansa*, which in their language, is the proper name for the king, have all reference to their greater Kings [...] These three kings we hard of, but saw none of them.

Esta fragmentação era beneficiada pela forma que se dava o comércio atlântico. Com a multiplicidade dos pontos de contato comercial nos rios e na costa atlântica que faziam parte do Kaabu, cada agente responsável por cada porto angariava para si um pouco de poder econômico e, conseqüentemente, político. Conseqüentemente, isso diminuía aos poucos o poder do Mansa-Ba do Kaabu. Segundo Niani, “o contato com europeus e, especialmente, a multiplicidade de pontos de comércio teve muitas desvantagens¹³²” (NIANI, 1989: 83), uma vez que “o Mansa-ba do Kaabu não parece ter feito contato direto e permanente com os diretores das companhias comerciais e com traficantes de escravizados. Isto lhe deu certa fraqueza, porque o trato era mais frequentemente feito por outros mansas das províncias, que ficavam com os impostos¹³³” (NIANI, 1989: 84).

Concluindo, o comércio atlântico favoreceu a fragmentação e a perda do poder por parte do Mali e do Kaabu, em suas províncias ocidentais. Neste sentido, “Em meados do século XVII, sob os efeitos do comércio atlântico, as províncias gambianas emanciparam-se da autoridade do Kaabu¹³⁴” (NIANI, 1989: 76).

Jalofos – Da confederação politicamente centralizada ao poder descentralizado

Tendo explicado como o comércio atlântico influenciou diretamente nas mudanças do mapa político da *nação* mandinga, passa-se agora a discutir os mesmos fatores na *nação* jalofa.

Durante os séculos XV e XVI, as fontes dão indícios de um forte soberano, que controlava toda a região entre o rio Senegal e o rio Gâmbia. Estas informações se referiam ao *Buur-ba-Jalofa*, aquele que era o líder máximo da Confederação Jalofa, para o qual os outros líderes deviam obediência e pagamento de impostos. O conjunto de Estados formado pelo Jalofa e seus tributários era chamado de Gran-Jalofa.

Além do título próprio do *Buur-ba-Jalofa*, os dignitários de cada um dos “estados confederados” ao Gran-Jalofa possuíam título próprio: *Brak* em Waalo, *Dammel* em Kajoor, *Teeny* em Baol, *Buur* em Saalum. Assim como ocorria no caso do

¹³² Tradução nossa: Le contact avec les européens et surtout la multiplicité des points de commerce presentaient beaucoup d'inconvénients

¹³³ Tradução nossa: Le Gabou mansa-ba ne semble pas avoir en contact direct et permanent avec les directeurs des compagnies commerciales et les négriers. De là une certaine faiblesse, car il traitait le plus souvent par mansa où percepteurs interposés.

¹³⁴ Tradução nossa: C'est seulement au milieu du XVII siècle sous le effets du commerce atlantique les provinces gambiennes s'emancipèrent de l'autorité du Gabou.

Mali e do Kaabu, os líderes dos outros *estados*¹³⁵, apesar de deverem obrigações ao centro político, também gozavam de certa autonomia.

A principal via de ligação do comércio de longa distância do Gran-Jalofa era feita a partir do deserto do Saara:

Em meados do século XV, um tráfico considerável ocorreu de acordo com este eixo. O Marrocos foi o principal parceiro de regiões senegambianas, e os oásis do sul do Marrocos comandavam os itinerários do Saara Ocidental. A exportação mais importante para o norte era a de escravos e sua principal contrapartida a importação de cavalos¹³⁶ (BOULÈGUE, 2013: 84).

Devido à força e importância do comércio transaariano, as principais localidades jalofas estavam localizadas no interior, próximas a borda do Sahel. Esta lógica se transformou com a abertura da região para o comércio atlântico. Áreas que eram periféricas anteriormente, se tornaram de suma importância. Conforme afirma Jean Boulègue, “A costa atlântica foi aberta para o exterior, e as atividades comerciais polarizadas perturbaram o equilíbrio econômico da região e também causaram o rompimento de seu equilíbrio político¹³⁷” (BOULÈGUE, 2013: 99). Boubacar Barry tem o mesmo entendimento de Boulègue: “a Confederação Jalofa se desintegrou sob o impacto português que, dando uma vantagem para as províncias costeiras, acelerou o desmembramento político da Senegâmbia¹³⁸” (BARRY, 2002: 44).

Este rompimento do equilíbrio político se deu por dois diferentes fatores: o enfraquecimento do território onde se localizava o Buur-ba-Jalofa e o fortalecimento progressivo das províncias costeiras. A transformação, no caso, foi tão profunda, que Jean Boulègue a descreve como a maior mudança do mapa político da Senegâmbia até a colonização:

Em menos de meio século (primeira parte do século XVI), o mapa político da Senegâmbia repentinamente sofreu a maior remodelação de sua história até o período colonial: o primeiro resultado foi o desaparecimento e hegemonia Jolof. Nessas revoltas se afirmou o

¹³⁵ Utiliza-se a palavra “*estado*” aqui para cada divisão da Confederação Jalofa que possuía chefatura própria e que, com o desmembramento da dita confederação, se tornou uma unidade política jalofa independente.

¹³⁶ Tradução nossa: Au milieu du XV^e siècle, un trafic assez important s’effectuait selon cet axe. Le Maroc était le principal partenaire des régions sénégalaises, les oasis du sud marocain commandant les itinéraires du Sahara Occidental. L’exportation la plus importante en direction du nord était celle de les esclaves et sa principale contrepartie était l’importation des chevaux.

¹³⁷ Tradução nossa: La façade atlantique, s’ouvrant sur l’extérieur, polarise une activité commerciale que bouleversa l’équilibre économique de la région et fut aussi l’origine du bouleversement de son équilibre politique

¹³⁸ Tradução nossa: The Jolof Confederation disintegrated under the impact of Portuguese trade which, by giving the coastal provinces an advantage, speeded up the dismemberment of Senegambia.

duplo caráter do país: sudanês e Atlântico¹³⁹ (BOULÈGUE, 2013: 144).

Esta remodelação do mapa político é atribuída, fundamentalmente, ao fato das unidades políticas do Kajoor, Saalum e Siin terem sido beneficiados pelo fato de seus domínios territoriais se interligarem ao novo destino atlântico da Senegâmbia. Os soberanos destes estados enriqueceram e, desta forma, conseguiram desenvolver um aparato militar que possibilitou sua emancipação do Gran-Jalofo. Além da contratação de exércitos com a riqueza gerada pelo comércio atlântico, a comercialização de ferro e armas e, principalmente, de cavalos, advindos das caravelas portuguesas que aportavam na costa e nos rios que cortavam seus territórios – incluindo aí o rio Gâmbia, do qual o Siin e o Saalum possuíam uma pequena parte em sua margem norte –, possibilitou aos soberanos acesso ao material indispensável para desenvolverem armas e uma cavalaria forte.

Conforme citado anteriormente, a necessidade do ferro por parte das províncias da costa dos Jalofo pode ser sentida no relato de Pieter Van den Broecke. No caso, ele elabora ao fim de seu relato uma tabela que fazia a conversão de produtos que poderiam ser comprados em Porto D’Ale por um número determinado de barras de ferro. Segundo o holandês, uma boa peça de âmbar cinzento poderia ser comprada por até dezesseis barras de ferro, mesma quantidade trocada por um quintal¹⁴⁰ de marfim. Um quintal de cera era trocado por até onze barras de ferro e a mesma quantidade de arroz por até três barras do metal. As peles de animais, em maior número e, portanto, menos valorizadas, eram trocadas a unidade por uma barra de ferro. Estes preços indicam que o âmbar cinzento e o marfim eram os produtos de maior valor agregado vendido pelos jalofo, o que denota que os valores dependiam da oferta de produtos que a natureza propiciava.

Aproveitando-se do enfraquecimento Jalofo por problemas internos, como a invasão fula liderada por Koli Tengela, e do seu próprio enriquecimento, o *buur* do Siin anexou grande parte do Saalum aos seus territórios durante o século XVI, bem como o *Brak* do Waalo, Amari Ngoone, em meados do século XVII, se emancipou da confederação (BARRY, 2010: 318). Finalmente, sob os golpes da Kajoor, a unidade do Buur-ba-Jalofo se enfraqueceu e quebrou, a ponto de ficar por um curto período de

¹³⁹ Tradução nossa: En moins d’un demi-siècle (première partie du XVI^e siècle), le carte politique de la Sénégambie subit le remaniement le plus important de son histoire jusqu’a le periode coloniale : le premier résultat en fut la disparition e l’hégémonie du Jolof. Dans ces bouleversements s’affirma le double caractère du pays : soudanais et atlantique.

¹⁴⁰ Medida de quantidade portuguesa, relativa a algo em torno de 36 kg.

tempo sob domínio do Gran-Fulo¹⁴¹. Anteriormente líder da confederação, o mandatário do Gran-Jalofo viu seu poder reduzido a um único estado.

Este momento de decadência do Gran-Jalofo é descrito por André Almada. Segundo o cabo-verdiano,

Este rei dos Jalofos era muito grande e estava debaixo da obediência de um rei muito poderoso e grande, qual era entre essa nação como imperador. E quando se falava nele se dizia o Gran-Jalofo; tinha outros reis que lhe davam obediência e pagavam tributos. Mas como o tempo costuma desfazer uns e levantar outros, muitas vezes de nada, assim foi este do Império dos Jalofos, que sendo muito grande, temido e obedecido, veio o tempo a fazê-lo pequeno, e sujeito ao Rei do Galhalo, que é o Gran-Fulo, a quem ele não temia mas antes pelejava com ele muitas vezes e o vencia (ALMADA, 1841: 234).

Ao mesmo passo que descreve a decadência do Gran-Jalofo, Almada descreve outros reinos jalofos como fortes e poderosos, como por exemplo, o Kaajor que era “o maior rei dos jalofos daquela costa, mais poderoso de gentes, e maior senhor de terras” (ALMADA, 1841: 247), e o Saalum que dava “assaltos na terra de outro rei seu vizinho Jalofo” (ALMADA, 1841: 243).

Ao fim destes movimentos de emancipação o Gran-Jalofo, que já estava consideravelmente mais fraco por sua localização geográfica, sem acesso à margem norte do rio Gâmbia (que era possessão Saalum e Sinn), sem acesso à margem sul do rio Senegal, que era posse de Waalo, e sem acesso direto ao oceano Atlântico, uma vez que a costa pertencia ao Kajoor e Baol, não gozava dos lucros inerentes ao comércio por vias atlânticas.

Esse primeiro momento de desequilíbrio comercial e político foi seguido de um novo momento de equilíbrio de poder. A diferença, porém, é que agora o poder estava localizado nas mãos de cada governante dos estados que anteriormente pertenceram ao Gran-Jalofo:

O desequilíbrio comercial do Atlântico gerou o equilíbrio de poder em favor dos Estados costeiros. A nova dimensão tomada por estas trocas favoreceram a centralização do poder. Os reis do Waalo, do Kajoor, do Baol [Siin e Saalum] foram capazes de organizar seus portos em uma rede de agentes tributados em seu benefício, sobre qualquer produto comercializado. Nesta base, eles puderam desenvolver um aparelho de Estado que lhes permitiram aumentar seu controle sobre o seu povo, em particular, enfatizando os direitos fiscais¹⁴² (BOULÈGUE, 2013: 180).

¹⁴¹ Mandatário Fula cujo território se estendia pelo Futa Toro.

¹⁴² Tradução nossa: Dans le période précédante, les échanges atlantique avaient desequilibre les rapports de force en faveur des États côtiers. L’amplieur nouvelle prise par ces échanges favorisa la centralisation du pouvoir. Les rois du Waalo, du Kajoor, du Bawol, surent organiser dans leurs ports un réseau d’agents

Conclusão

O comércio atlântico foi elemento catalisador para as mudanças estruturais no mapa político Mandinga e Jalofo. O que, em curto prazo, gerou uma mudança nas rotas do comércio de longa distância, no decorrer do tempo transformaram todo o mapa político senegambiano.

O contexto econômico e militar era favorável aos estados costeiros, tanto no esfacelamento da Confederação Jalofa quanto no fim da hegemonia do Mali e surgimento e fortalecimento do Kaabu. Como dito, no caso do Kaabu, com o tempo, o próprio estado fortalecido perdeu um pouco do poder adquirido, em virtude de algumas localidades, mais visitadas do que outras pelas caravelas que vinham pelo Atlântico, passarem a angariar poder econômico, e conseqüentemente em poder político e militar para si próprias.

O comércio atlântico trouxe consigo a adaptação de funções administrativas à nova realidade comercial, com o surgimento de pessoal destinado a cuidar, administrar e garantir o bom andamento dos negócios e em nome dos dignitários da região, a quem pertencia cada porto. A fiscalização real era inexistente ou simbólica nos primeiros contatos, como foi percebida em Alvise Cadamosto em meados do século XV. Cadamosto escreveu que o “rei do Senegal” não tinha receitas fiscais (BOULÈGUE, 2013: 251). Porém isto se tornou regra. Em todas as fontes analisadas nesta dissertação, no período entre 1580 e 1630, a presença de agentes que cobravam impostos e ditavam as regras das trocas comerciais é notada. Importante salientar, conforme exaustivamente discutido no capítulo dois, que a “mão forte” do comércio atlântico pertencia aos agentes africanos.

Um destes agentes era inédito e, definitivamente, só surgiu por causa do encontro dos mundos externos e internos ao continente africano, os lançados. O próximo tópico se debruçará na análise destes agentes, que eram importantes parceiros comerciais dos fulas, mandingas e jalofos do rio Gâmbia.

chargés de taxer à leur profit tout produit commercialisé. Sur cette base, ils peuvent développer un appareil d'État que leur permit en retour d'accroître leur emprise sur leurs peuples, particulièrement en accentuant les prélèvements fiscaux.

3.2 Um novo “africano”

Este tópico discutirá dois importantes fatores relacionados à ação dos lançados, que causaram mudanças nas sociedades fulas, mandingas e jalofas: primeiro, a afirmação do lançado enquanto agente atuante em favor destes povos; e a participação dos lançados na formação da língua crioula.

Uma parte importante dos estudos trata o lançado enquanto agente “africano”. Eles eram importantes intermediários entre europeus e gambianos; e eles se integraram de diferentes maneiras com os povos locais. Entre os jalofos não existia uma categoria social especializada apenas no comércio e, no momento em que as atividades comerciais atlânticas começaram a acontecer, os lançados se mostraram úteis aos mandatários locais e foram integrados ao corpo social. Os mandingas partilharam as atividades comerciais junto com os comerciantes locais, que vinham das regiões do alto Senegal e do vale do Níger (BOULÈGUE, 1970: 37). Uma vez que os lançados residiam no continente africano, foram cooptados pelos mandatários mandingas e atuavam a seu favor. Segundo o historiador francês,

O papel dos intermediários [exercido pelos lançados] não deve ser entendido como um papel neutro. Eles operavam em contato com parceiros de negócios europeus e africanos, mas é nas sociedades africanas que foram implantados. As cidades onde viviam, as rotas que eles frequentavam, estavam sob o controle dos reis senegambianos. Então, eles foram os agentes econômicos dos mesmos¹⁴³ (BOULÈGUE, 1970: 89).

Sendo agentes diretos dos mandatários jalofos ou mandingas, os lançados conviviam diariamente com os povos da região onde se instalavam. Passavam a compreender suas tradições, religião, língua e costumes em geral, e com o tempo, passaram a adotar traços marcantes destas culturas em detrimento de elementos de sua cultura de origem.

Apesar de serem originários de sociedades cristãs, tradicionalmente monogâmicas, a prática da poligamia, comum às sociedades africanas, foi correntemente incorporada pelos lançados. Richard Jobson testemunhou a prática: “estávamos a chegar a uma cidade chamada Pompeton [no rio Gâmbia], onde habitava um português, chamado Jasper Gonçalves, que tinha um jovem parente com ele,

¹⁴³ Tradução nossa: Le rôle de ces intermédiaires ne doit pas être compris comme un rôle neutre. Ils opéraient au contact des partenaires commerciaux européens et africains, mais c'est dans les sociétés africaines qu'ils étaient implantés. Les localités où ils vivaient, les itinéraires qu'ils fréquentaient étaient sous le contrôle des rois sénégaubiens. Aussi furent-ils des agents économiques de ceux-ci.

chamado Marko, mas nenhuma mulher além de negras¹⁴⁴” (GAMBLE; HAIR, 1999: 159).

As mulheres que casavam com os lançados eram parceiras sumamente importantes destes. Além de serem valorosas na inserção destes agentes nas redes sociais e comerciais do continente, eram elas que auxiliavam os lançados no entendimento dos costumes da terra. Conforme argumenta Alberto da Costa e Silva:

Graças às novas esposas, os portugueses familiarizavam-se com os costumes da terra e passaram a viver sem ofendê-los. Tornaram-se fluentes na língua local e capazes também de entender os povos vizinhos, ou porque pronto se fizeram polígamos, ou porque sua companheira, nos raros casos que era a única, dominava mais de um idioma (como sucede em geral com os africanos)¹⁴⁵ (SILVA, 2011: 239).

Além da poligamia, outros costumes tipicamente africanos foram, com o tempo, sendo adotados pelos lançados, com o auxílio de suas esposas. A alimentação, por razões naturais, se transformou. Os produtos oriundos dos campos e florestas africanas eram diferentes do que se produziam na Europa. O milheto, a banana, o vinho de palma, a noz de cola e a carne de animais nativos tornaram-se os alimentos consumidos na estadia dos lançados no continente africano.

Os lançados também aderiram às práticas religiosas locais. De acordo com um requerimento da câmara de Santiago, datado de 1614, os lançados, além de comercializarem com holandeses e ingleses, “não tinham nenhum temor a Deus”:

E porque nos ditos portos e Rios há muita gente da nação que tratam e comerciam com holandeses, ingleses, e franceses, de que se segue muito maior prejuízo assim á cristandade da gente dos ditos portos, por haver entre ela tangomaos que de ordinário são da gente da nação, que tratam com o gentio e andam entre eles seis e mais anos, sem se confessarem, nem fazerem outro algum ato de cristão, fazendo com o dito gentio que tratem e comerciem com os ditos holandeses [...] alem de viverem com muito escândalo, não querendo obedecer aos mandamentos da Igreja, nem aos de Vossa Majestade, de que se seguem muitos inconvenientes¹⁴⁶.

¹⁴⁴ Tradução nossa: Wee were to come to a towne called Pompetane, at which place dwelt a Portingall, called Jasper Consalvos [Gonçalves], who had a young kinsman with him, called Marko, but no women but blacks.

¹⁴⁵ Concomitantemente ao auxílio aos lançados em se “africanizarem”, as mulheres que se desposavam destes agentes se aportuguesavam. Aprendiam a língua portuguesa, a se vestirem a moda europeia e a negociar com mercadores europeus. Segundo Silva, estas mulheres “quase nunca regressavam aos modos de vida que tinham saído. Continuavam a ser donas (SILVA, 2011: 239).”

¹⁴⁶ Requerimento da Câmara de Santiago, 1615, MMA, IV, 563.

Conforme se percebe através da citação acima, além de comerciarem com estrangeiros que não os portugueses, a presença dos lançados era prejudicial a preservação “da cristandade daqueles povos”, pois os lançados não seguiam preceitos básicos da fé cristã, como os dez mandamentos, por exemplo. André Almada relaciona a falta de “temor a Deus” à falta de religiosos na região: “E à minguia de não haver quem pregue a palavra de Deus se não salvam muitos gentios destes, e estão muitos dos nossos, lançados, vivendo em pecado mortal, sem se apartarem dele, morrendo nele por falta de médicos da alma” (ALMADA, 1841: 329). A constatação da falta de vida religiosa cristã por parte dos afro-portugueses é reiterada por Richard Jobson, quando afirma que os lançados não tinham entre eles “nem igreja, padre, ou qualquer ordem religiosa” (GAMBLE; HAIR, 1999: 97).

Alberto da Costa e Silva foi além da constatação da ausência de preceitos básicos da religião cristã entre os lançados. Na análise do historiador, ele afirma que “em muitos casos, ao se associarem intimamente aos africanos, os lançados não só mudaram a maneira de comer, de vestir-se e de morar, mas adotaram as divindades da terra, e se deixaram escarificar, e se submeteram aos rituais sagrados” (SILVA, 2011: 240).

Na análise documental feita para esta dissertação, não se encontrou nenhum escrito que relatasse a prática de religiões tradicionais africanas por parte dos lançados. Porém, pode-se perceber ao longo da pesquisa uma série de documentos em que os autores chamam os lançados de tangomaus. Segundo Jean Boulègue, “uma etimologia possível deste termo [tangomau] pode ser encontrada no nome de uma categoria de religiosos de Serra Leoa, que serviam uma divindade adorada em todo o país¹⁴⁷” (BOULÈGUE, 1970: 12). Sendo associados pejorativamente a um nome que remetia a um grupo de religiosos nativos do continente africano, pode-se imaginar que, de fato, Alberto da Costa e Silva está correto em suas afirmações sobre a religiosidade dos lançados.

Os casos de adoção aos costumes africanos eram ainda mais profundos naqueles lançados que iam ao continente sem autorização ou obrigação expressa pelo governo português. É o caso dos judeus e cristãos novos que fugiam da inquisição e de pessoas que por algum motivo não podiam ou não queriam viver sobre a autoridade portuguesa. Ao se misturarem aos locais e adotarem seus costumes, os lançados recriavam suas

¹⁴⁷ Tradução nossa: Une étymologie possible de ce terme est à rechercher dans le nom d’une catégorie de prêtres de Sierra Leone, desservants d’une divinité vénérée dans tout le pays.

identidades, escapavam dos mecanismos repressores portugueses e começavam uma nova vida na costa africana.

Os lançados estavam submetidos mesmo a costumes que não estavam totalmente dispostos a aceitar. Um deles é o costume de herança na sociedade mandinga. De acordo com os costumes desta *nação*, ao menos na região do rio Gâmbia, quem herdava os bens do lançado falecido não era os filhos, e sim o soberano local. Este costume foi notado por Richard Jobson, que associa a submissão dos lançados a esta regra justamente a “terem pouco conforto em qualquer país cristão”:

As condições a que eles vivem sujeitos sob o poder dos reis negros faz com que pareça que eles têm pouco conforto em qualquer país cristão, ou então que são muito descuidados com o que acontecera na sua posteridade: quando o marido, pai ou chefe da família morre, o rei se apodera de qualquer valor que ele tenha, até da esposa, crianças ou servos, exceto quando eles já se preveniram anteriormente ou foram capazes de olhar para o futuro; encontramos, nos poucos locais que comerciamos com eles, pobres crianças que, uma vez que foram expostas à caridade do país, tornam-se, de forma naturalizada e à medida que crescem aplicam-se a compra e venda de uma coisa para outra, como todos no país¹⁴⁸ (GAMBLE; HAIR, 1999: 98).

Este costume ocorria com ou sem a aceitação do lançado, afinal, apesar de conseguir angariar para si algum poder econômico, foram poucos os que conseguiram alcançar poder político.

Jobson também testemunhou que os filhos dos lançados que ficavam sob a tutela do rei após a morte do pai. Estes filhos “guardavam cuidadosamente o uso da língua portuguesa, e com um tipo de zelo afetivo, o nome de cristãos¹⁴⁹” (GAMBLE; HAIR, 1999: 98). Talvez por isso, o viajante inglês escreveu no início de sua descrição sobre seu contato com os “portugueses” que “estes são, como eles mesmo se chamam, portugueses, e apenas alguns destes parecem ser mesmo; outros deles são mulatos, entre o preto e o branco, mas a maior parte deles são negros, como os habitantes naturais¹⁵⁰”

¹⁴⁸ Tradução nossa: The condition they live unto, under the blacke kings, makes it appeare, they have little comfort in any Christian country, or else themselves are very carelesse what becommeth of their posteritie; for whensoever the husband, father, or maister of the familie dies, the king seizeth upon what hee hath, either to wife, children or servant, except they have warning to provide before, or are capable of themselves to looke out for the future time; whereby we find in some those few places we trade with them, poore distressed children left, who as it were exposed to the charitie of the country, become in a manner naturalized, and as they grow up, apply themselves to buy and sell one thing for another as the whole country doth.

¹⁴⁹ Tradução nossa: Still reserving carefully, the use of the Portingall tongue, and with a kinde of an affectionate zeale, the name of Christians.

¹⁵⁰ Tradução nossa: These are, as they call themselves, Portingales, and some few of them seeme the same; others of them are Molatoes, betweene blacke and white, but the most part are blacke, as the naturall inhabitants.

(GAMBLE; HAIR. 1999: 97). Inferindo que o inglês tem razão ao afirmar que os filhos dos lançados permaneciam com o nome de cristãos e preservavam a língua do pai, esta variação cromática que Jobson afirma existir entre os que se diziam portugueses é justificável.

Misturados profundamente em aspectos culturais com as *nações* africanas onde se inseriam, é difícil situar o lançado enquanto europeu ou enquanto africano. Ao mesmo tempo em que se adaptava e fazia uso de costumes locais, mantinha aspectos de sua cultura de origem. Mesmo o nome “afro-português” parece insuficiente para designar estes agentes, uma vez que o “afro” não identifica à qual *nação* africana que estes agentes se misturaram.

Jean Boulègue identifica em sua pesquisa que os lançados não aparecem tão frequentemente descritos nas fontes do século XVIII, que tratam sobre o rio Gâmbia, quanto nas dos séculos anteriores. Um dos motivos que ele associa a isto é justamente à profundidade que estes agentes estavam misturados às mais diversas *nações* africanas:

A fusão progressiva dos luso-africanos com os elementos das populações das margens do Gâmbia resultou de diversos fatores. De uma parte, houve a rarefação da imigração de portugueses e cabo-verdianos. De outra parte, a multiplicação de conexões familiares com as populações locais tendeu a africanização mais e mais completa da comunidade que ficava menos numerosa¹⁵¹ (BOULÈGUE, 1970: 78).

Os lançados foram agentes que passaram a ser cada vez mais relacionados às chefaturas africanas, econômica, política e culturalmente. A segunda mudança relativa à interação euro-africana através do comércio atlântico, que contou com ajuda decisiva dos lançados em seu desenvolvimento e que permanece viva até os dias de hoje, envolveu também a participação de elementos tanto africanos quanto europeus: a língua crioula.

O crioulo é ainda hoje uma língua largamente utilizada. Existe o crioulo de Guiné Bissau, crioulo de Cabo Verde e o crioulo de Casamansa, falado principalmente na região de Casamansa, Senegal e Gâmbia. Foi no curso do século XVII que o português falado na costa Guiné se modificou até se tornar o crioulo.

A língua era importante, pois se tornou o meio que agentes de diferentes *nações* utilizavam para se entender e se relacionar comercialmente. Os lançados, que habitavam o continente africano foram importantes agentes na confecção e desenvolvimento desta

¹⁵¹ Tradução nossa: La fusion progressive des Luso-africains dans les éléments de la population des rives de la Gambie résulte de divers facteurs. D’une part, il y eut le raréfaction de l’immigration de Portugais ou de Caoverdiens. D’autre part, la multiplication des liens familiaux avec les populations locales tendait à l’africanisation de plus en plus complète de la communauté la moins nombreuse.

língua, uma vez que dominavam tanto o idioma português como tinham que aprender a língua da *nação* onde se inseriam, bem como as línguas de outros países europeus com que comerciavam. Obviamente, essa língua não nasceu imediatamente no momento em que europeus e africanos passaram a conviver na costa e nos rios africanos. Segundo Peter Mark

Inicialmente, eles (os lançados) conversavam português, mas com o tempo a linguagem que eles usavam gradualmente se desenvolveu ao crioulo. O crioulo junta vocabulários derivados do português com uma estrutura gramatical derivada de línguas da África Ocidental, como resultado de um processo de assimilação cultural. A língua portuguesa que enfatiza o aspecto híbrido da comunidade e caracteriza a natureza assimilativa da cultura a qual é associado¹⁵² (MARK, 1999: 15).

Avelino Teixeira da Mota concorda com Peter Mark ao afirmar que o crioulo conserva certas formas da sintaxe africana com um vocabulário misto das mais variadas proveniências (MOTA, 1954: 231). Ou seja, o crioulo mantém as suas relações de concordância, de subordinação e de ordem das línguas nativas ao continente africano, com palavras de proveniência das mais diversas *nações* que conviviam em determinada região, em conjunto com vocábulos estrangeiros, tanto portugueses quanto de outras línguas de *nações* que interagem com os africanos.

O desenvolvimento da língua não foi rápido e as fontes não permitem precisão em datar seu nascimento, além de que diferentes variações se desenvolveram em diferentes locais em tempos distintos.

A princípio, as fontes indiciam a existência de agentes africanos que, por convivência, falavam línguas europeias. O sargento-mor Francisco de Andrade escreveu em 1582, sobre o Porto D’Ale e Joola, que era frequentado por franceses à época que “os negros gentios da terra já tem [comércio] com eles [franceses], deixam de falar sua linguagem própria e a espanhola, com cuja conversação nasceram, e falam a francesa¹⁵³”. Na região de Cacheu, André Almada afirma que os banhuns eram “muito entendidos e práticos na nossa língua” (ALMADA, 1841: 303). Da mesma forma, em 1606, o jesuíta Baltasar Barreira escreveu sobre um rei de Serra Leoa que “tendo estado entre os portugueses, entendia e falava nossa linguagem aceitavelmente” (MARK, 1999: 15). Jobson também deixa indícios sobre uma pessoa que traduzia as línguas locais para

¹⁵² Tradução nossa: Initially they spoke Portuguese, but over time the language they used gradually developed into Creole, or Crioulo. Crioulo, which conjoins vocabulary derived from Portuguese with a grammatical structure derived from West Atlantic languages, is the result of a process of cultural assimilation. “Portuguese” language thus emphasized the hybrid aspect of the community and characterized the assimilative nature of the culture with which it was associated

¹⁵³ Relação de Francisco de Andrade sobre as ilhas de Cabo Verde. 26/01/1582, MMA, III, p. 103.

sua língua materna, o inglês: “um jovem, a quem eu chamava por Samgully, que por sua convivência com George Thompson, e depois dele com o resto da nossa companhia, aprendeu a falar um bom inglês ¹⁵⁴” (GAMBLE; HAIR. 1999: 153). Estas conversações em língua local e em línguas europeias sugerem que ainda não estava completamente desenvolvida uma língua franca, comum a todos os agentes, para a realização do comércio.

É justamente a grande diversidade de línguas faladas que gerou a necessidade de uma língua comum para o contato comercial. E nesse processo, os lançados eram cruciais. Segundo Peter Mark,

De qualquer forma, é provável que uma forma de Crioulo tenha se desenvolvido na região da Petite Cote e do Gâmbia na primeira metade do século XVII. Em 1602, em Porto D’Ale na Petite Cote, o comerciante holandês Pieter de Marees notou que o povo local “tem sua própria linguagem, uma mistura de diferentes linguagens”. Esta referência sugere fortemente a existência, em uma data próxima, de uma linguagem híbrida ou de comércio ao longo da Petite Côte. Dada a preponderância dos luso-africanos e lançados ao longo desta parte da costa, esta linguagem poderia com certeza incorporar o português ¹⁵⁵ (MARK, 1999: 15).

Especificamente sobre o rio Gâmbia, segundo o mesmo autor, missionários capuchinos da Andaluzia que estavam na margem norte do rio Gâmbia em 1646, no reino de Niimi, afirmam que “muitos cristãos... que nunca confessaram e que falavam pouco português, de modo que eles se expressavam o melhor que podiam” (MARK: 1999: 16). O que se infere destas informações, em conjunto com excertos de relato transcritos acima, é que a formação do crioulo não foi linear, e que seu uso regular nos contatos comerciais não foi imediato. Isso explica a variedade de línguas crioulas, descritas no início deste subtópico. Muito pelo contrário, variou de região para região e ao longo do tempo.

Porém, é certo que na primeira metade do século XVII, esta linguagem começava a se desenvolver e seu uso se tornava corrente. É certo também que os lançados luso-africanos, que conheciam diversas línguas pelo seu papel de intermediário

¹⁵⁴ Tradução nossa: A young youth, whom I call by the name of Samgully; who in regard of his continuance with George Thompson, and after him with the rest of our company, had learn'd to speake pretty English.

¹⁵⁵ Tradução nossa: However, it is likely that a form of Crioulo had evolved in the Petite Côte–Gambia region by the first half of the seventeenth century. In 1602, at Portudale on the Petite Côte, Dutch trader Pieter de Marees noted that local people “have their own language, a mixture of many different languages.” This reference strongly suggests the existence, at an early date, of a hybrid or trading language along the Petite Côte. Given the preponderance of Luso-Africans and lançados along this part of the coast, such a language would surely have incorporated Portuguese.

comercial entre as várias *nações* participantes do comércio atlântico, tiveram importante participação no nascimento, desenvolvimento e uso desse linguajar. Em lugar de apenas incorporar as línguas europeias às estruturas morfológicas africanas, os lançados auxiliaram na assimilação destas línguas estrangeiras através do comércio de forma a surgir a língua crioula, uma transformação cultural tão duradoura que resistiu até os dias de hoje.

Conforme discutido, o lançado não foi apenas um agente comercial. Ele executou um importante papel social nas sociedades onde se inseriu, da mesma forma que foi um elemento de junção das diversas culturas. Inicialmente, este agente vivia entre três alteridades – o lançado com os africanos; a dos africanos para com o lançado; e a dos europeus para com o lançado. O europeu não reconhecia o lançado como um igual. Neste sentido, o lançado tornou-se o agente que congrega os elementos de um sujeito atlântico, possuidor de características únicas e também dos diferentes mundos que compunham este espaço.

Foi escrito até então sobre mudanças políticas e sociais inerentes a interação dos povos africanos, especificamente fulas, mandingas e jalofos, com o comércio atlântico. O próximo tópico se debruçará sobre a análise da inserção da escravidão Atlântica na região do rio Gâmbia entre 1580 e 1630, mudanças estas que passam por mudanças relacionadas diretamente ao fortalecimento econômico e político dos mandingas da região.

3.3 O Gâmbia e o tráfico transatlântico de escravizados

A região da Senegâmbia¹⁵⁶ mantinha um relevante tráfico de escravizados com o Atlântico entre 1580 e 1630. Conforme demonstrado pela tabela abaixo, 58192 pessoas foram transportadas a força da região. A tabela informa o período, o número de escravizados e as *nações* que compravam os escravizados na Senegâmbia.

¹⁵⁶ Estes dados foram acessíveis graças ao monumental banco de dados do tráfico atlântico de escravos, cujos pesquisadores principais são David Eltis e Martin Halbert, que reúne informações de mais de trinta e cinco mil viagens de navios negreiros, acessível pelo site <http://www.slavevoyages.org/>. Infelizmente a base de dados não permite uma pesquisa apenas, a partir da região do rio Gâmbia, mas sim da macrorregião Senegâmbia, o que levou a uma ampliação para o recorte geográfico analisado no presente tópico.

Tabela 1 – Número de escravizados exportados dos portos da Senegâmbia entre 1580 e 1630

	Espanha / Uruguay	Portugal / Brasil	Totais
1571-1580	1.096	1.096	2.192
1581-1590	12.724	12.724	25.448
1591-1600	2.685	2.685	5.370
1601-1610	4.995	4.995	9.990
1611-1620	4.210	4.330	8.540
1621-1630	3.326	3.326	6.652
Totais	29.036	29.156	58.192

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/estimates/B1hWkc11>

Interessante notar que Richard Jobson tinha razão quando informa que as caravelas inglesas não compraram escravizados na região da Senegâmbia à sua época (GAMBLE; HAIR. 1999: 140) Porém, ainda que sejam apenas territórios sob domínio da União Ibérica que embarcaram escravizados na região, o número de pessoas não é irrelevante. De fato, a Senegâmbia é a segunda região do continente africano de onde provêm o maior número de escravizados entre 1580 e 1630 em números absolutos:

Tabela 2 – Número de escravizados exportados dos portos africanos entre 1580 e 1630.

	Espanha / Uruguay	Portugal / Brasil	Grã-Bretanha	Países Baixos	Totais
Senegambia and off-shore Atlantic	29.037	29.157	0	0	58.194
Serra Leoa	0	0	237	0	237
Costa do Barlavento	1.241	1.241	0	0	2.482
Costa do Ouro	34	34	0	0	68
Golfo do Benim	1.764	1.764	0	0	3.528
Golfo de Biafra	2.891	2.891	0	83	5.865
África Centro-Occidental e Santa Helena	112.233	378.470	141	3.437	494.281
Sudeste da África e Ilhas do Oceano Índico	172	172	0	0	344
Totais	147.372	413.729	378	3.520	564.999

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/estimates/VdPSe4r0>

Conforme explicado ao longo desta dissertação, as três principais *nações* que habitavam as margens do rio Gâmbia eram os mandingas, jalofos e fulas. É importante

lembrar que, enquanto as duas primeiras se organizavam politicamente em estados com fortes chefes locais, como o Kaabu, Siin e Saalum, os fulas tinham modo de vida nômade.

Talvez por não se organizarem politicamente enquanto grupo sedentário no rio Gâmbia entre 1580 e 1630, as fontes indiciam certa “sujeição” dos fulas em relação aos mandingas. A respeito de sujeição fula, escreveu Richard Jobson:

Essas pessoas vivem em grande sujeição aos Mandingas, sobre o que eles parecem se lamentar, e não podem matar um boi sem eles saberem, nem mesmo vender ou trocar com a gente qualquer mercadoria que eles tenham, uma vez que se o comércio for conhecido o outro [mandinga] será seu sócio na venda. Quando os homens [Fula] vieram a nós, foi na ausência dos negros [mandingas], ou escondiam suas mercadorias para nos atrair secretamente para vê-las para que tenham seu lucro privado [...] É deste povo o país é muito cheio, sendo dispersos e espalhados em muitas famílias como disse anteriormente, sobre todo o país; e mais acima no país, como nos ouvimos e eu vou mostrar a seguir, eles são uma parte principal, e excluíram os outros negros [jalofos e mandingas] assegurando dominação entre si, estando a maior parte continuamente em guerra¹⁵⁷ (GAMBLE; HAIR, 1999: 101-102).

Um primeiro aspecto relevante do excerto acima é a identificação, por parte de Jobson, de dois distintos agrupamentos fulas. Ao mesmo tempo em que identifica os fulas do rio Gâmbia sujeitos à mandatários mandingas, fala que ouviu dizer sobre outra localidade onde esta *nação* possui maior poder político, chegando a derrotar militarmente outras *nações* africanas. Almada corrobora a afirmação de Jobson, ao escrever sobre os mandingas nômades e criadores de gado no rio Gâmbia (ALMADA, 1841: 274) e sobre os fulas do reino do Gran-Fulo, que frequentemente se envolvia em embates com os reinos jalofos (ALMADA, 1841: 233).

As fontes indiciam que os fulas presentes no Gâmbia entre 1580 e 1630, não são os mesmos que os que fizeram expedições militares no sentido norte-sul sob a liderança de Dulo Demba e Koli Tengela, uma vez que não houve assentamento desses exércitos nessa região. Os que estavam no rio Gâmbia nesse período haviam chegado em um momento posterior a essas expedições, devido ao exercício nômade de criação de gado,

¹⁵⁷ Tradução nossa: These people live in great subjection to the Maundingo, under which they seeme to groane, for he cannot at any time kill a beefe but if they know it, the blackmen will have the greatest share, neither can hee sell or barther with us for any commodity hee hath; but if be knowne the other will be his partner, in so much as when the men come into us, they will watch the blackemans absence, or hiding their commodities, draw us covertly to see it, that they may have their returne private [...] And of these people the Country is very full, being disperst and spread in such a manner of families, as I sayd before, over the hole Country, and higher up in the Country, as we hear, and I shall shew hereafter, they are in one part principal, and have excluded the blackes, holding domination amongst themselves, and for the most part continually in warre.

o que também explicaria o fato de sempre serem associados a essas características

Passa-se agora a discutir um segundo aspecto, a sujeição dos fulas aos mandingas apontada por Richard Jobson. No período que delimita esta pesquisa, 1580-1630, as fontes são unânimes ao apontar os mandingas como *nação* majoritária no rio Gâmbia. André Almada e André Donelha relacionam o rio Gâmbia a presença mandinga

Isso se deve a expansão do Mali para o oeste. Um dos braços deste alargamento do Mali foi o rio Gâmbia, região onde vários mandingas se instalaram em um primeiro momento de conquista militar e que atraiu ainda mais habitantes a partir da abertura da região para o comércio atlântico. Consoante com o escrito anteriormente, o reino mandinga do Kaabu se fortaleceu econômica e politicamente, a ponto de conseguir se emancipar do Mali. O mesmo ocorreu com as províncias gambianas do Kaabu, nomeadamente Wuli, Niani, Niomi e Badibu, que se fortaleceram e, em meados do século XVII, emanciparam-se da autoridade do centro kaabunké.

À primeira vista, pelo fato dos fulas viverem sob sujeição aos mandingas, eles podem ser pensados como o grande alvo da escravidão atlântica. Porém a análise historiográfica sobre os africanos desembarcados na América Latina demonstra uma situação completamente diferente.

De acordo com levantamento feito por Stephan Buhnen (BUHNEN, 1993), os mandingas eram 9% dos escravizados desembarcados no Peru entre 1560 e 1650, enquanto os jalofos eram 4% e os fulas eram 0,2%. Esta relevância numérica dos mandingas em relação aos jalofos e os fulas enquanto escravizados desembarcados se repete no México em 1549, em Santo Domingo em 1547 e 1600 e na Colômbia em 1607. Segundo o mesmo autor (BUHNEN, 1993), entre 1596 e 1640, os mandingas eram 9,5% dos escravizados embarcados na Alta Guiné, enquanto os fulas constituíam 0,1% e os jalofos 2%.

Existem alguns fatores internos à região da Senegâmbia que justificam estes números. Quanto a “não escravidão” fula, podemos levantar três hipóteses. A primeira hipótese é pelo simples fato que os fulas eram minoria étnica. Haveria menos fulas, conseqüentemente eles seriam menos escravizados, em números absolutos.

A segunda hipótese é que os fulas eram importantes provedores de impostos, principalmente em produto animal, como a carne, couro, leite e seus derivados para os mandatários mandingas. Esta hipótese é corroborada por Richard Jobson, ao afirmar que os fulas “não podem matar um boi sem eles saberem, nem mesmo vender ou trocar com

a gente qualquer mercadoria que eles tenham, uma vez que se o comércio for conhecido o outro [mandinga] será seu sócio na venda” (GAMBLE; HAIR, 1999: 101). Ora, se os fulas são tributários dos mandingas, não faria sentido escravizar um povo que lhes proviria renda. Stephen Buhnen concorda com esta hipótese, ao afirmar que “um das razões para os poucos fulas deve ter sido a *joking relationship*¹⁵⁸ que serviu para inibir hostilidades entre os pastores fula e os agricultores dos grupos étnicos em cujos territórios os fulas pastoreavam seu gado¹⁵⁹” (BUHNEN, 1993: 99).

A terceira e última hipótese advém da então recente invasão de Koli Tengela (1490-1510) e dos subseqüentes estragos causados a Confederação Jalofa e aos então Estados tributários do Mali, que de certa forma teriam impedido que os mandingas e os jalofos escravizassem os fulas, temendo sanções posteriores.

Interessante notar que o principal povo escravizado entre as três *nações* analisadas nesta dissertação eram os mandingas, habitantes mais numerosos do rio Gâmbia. Dentro do levantamento feito por Stephen Buhnen, apenas os bran, os biafada, os bañol e os felupos eram *nações* mais escravizadas do que os mandinga (BUHNEN, 1993: 85). Esta preponderância numérica dos mandingas enquanto escravizados passa por três principais motivos. O primeiro motivo seria justamente o fato de serem maioria étnica, em hipótese exatamente oposta aos fulas.

O segundo motivo caminha em conjunto com o fato dos mandingas serem maioria étnica, quanto por uma prática cultural desta *nação*. Conforme apontado por André Almada, “os escravos que [os mandingas] hão e vendem cativam em terras e em juízos e furtos” (ALMADA, 1841: 274). Como se percebe, era prática dos mandingas a escravidão por julgamento. Sendo maioria étnica e exercendo esta prática, é natural pensar que o número de escravizados por julgamento, vendidos ao comércio transatlântico de escravizados, tenham sido relevante.

O terceiro motivo para a escravização dos mandingas, que caminha em paralelo com a escravização dos jalofos, é o fato destas duas *nações* estarem envolvidas constantemente em conflitos territoriais. Dessa forma, tanto jalofos escravizavam mandingas quanto mandingas escravizavam jalofos.

¹⁵⁸ Termo aplicado pelos antropologistas, sem tradução exata para o português, que diz respeito a uma forma institucionalizada de interação entre certos pares de povos em algumas sociedades.

¹⁵⁹ Tradução nossa: One reason for the low Fula figures may have been the “joking relationship” which served to inhibit hostilities between Fula herdsman and the husbandman of the ethnic groups whose territories Fula herded their livestock.

Os jalofos, de acordo com Stephen Buhnen, eram predominantes no momento de desintegração da Confederação Jalofa até seu completo esfacelamento (BUHNEN, 1993: 97). A partir daí, *nações* pertencentes ao mesmo grupo étnico entraram em embates entre si. Dessa forma, jalofos também escravizavam jalofos.

O desenvolvimento do comércio atlântico teve grande impacto nas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas das *nações* que viviam às margens do rio Gâmbia. Quanto à escravidão, houve certo aumento de julgamentos que levavam a escravização dos réus se considerado culpados. Além disso, foi a própria lógica de fortalecimento de alguns Estados e enfraquecimento de outros, a partir do crescimento econômico – e conseqüentemente político e militar – advindo da inserção de determinadas regiões no mundo atlântico que gerou desequilíbrios, guerras e, conseqüentemente, a escravização de seres humanos, como foi o caso dos jalofos e mandingas.

Porém, o que os números acerca da escravização fura demonstram é que embora o espaço atlântico tenha sua importância na lógica interna à região do rio Gâmbia, este não se sobrepõe de todo a outras lógicas internas ao continente africano. Isso ressalta, mais uma vez, o protagonismo dos povos do continente africano em sua relação com o amplo mundo atlântico.

Tendo feito uma análise relativa às mudanças políticas, sociais e culturais na região, resta ainda analisar as mudanças comerciais. O próximo tópico tratará do impacto do comércio Atlântico, a partir da presença de produtos novos ou de difícil acesso, que passaram a circular no rio Gâmbia.

3.4 Mudanças comerciais e na cultura material

Conforme discutido no decorrer desta dissertação, em termos comerciais, a região do rio Gâmbia passou por uma significativa mudança em relação às redes que conectavam o rio ao comércio de longa distância no período entre 1580 e 1630. As mudanças ocorreram em razão da transformação da costa atlântica que, de “beco sem saída”, se tornou uma forte via de ligação comercial. O surgimento desta nova via foi uma grande transformação no sentido mercantil vivida pelos fulas, mandingas e jalofos.

Também foi escrito no capítulo um que a partir de 1580, houve o esfacelamento de um pretense monopólio comercial português com a região que estes chamavam de Guiné do Cabo Verde. Por questões políticas e econômicas internas ao continente

europeu, outras *nações* como França, Holanda e Inglaterra passaram a frequentar as águas costeiras e fluviais do continente africano.

Este acontecimento externo à África foi benéfico para os comerciantes locais. Como em qualquer circunstância comercial, o aumento da oferta de produtos, vindos não mais de apenas um fornecedor, barateou o valor agregado às mercadorias europeias, da mesma maneira que o aumento da demanda de produtos africanos os encareceu. Além disso, se o comerciante português, francês, holandês ou inglês não comerciasse nos termos que os africanos escolhessem, estes simplesmente poderiam buscar outro parceiro para realizar as transações. Segundo Boulègue:

O esfacelamento do monopólio Português relativo ao estabelecimento gradual de um novo regime que reivindicava um monopólio em favor da França, no rio Senegal e a costa entre o Senegal e o Gâmbia, o comércio atlântico no país Jalofo experimentou um período de liberdade comercial [...] e também testemunhou um desenvolvimento da atividade comercial, algo muito sensível através dos textos da época. Esta atividade comercial foi menos desfavorável aos africanos do que era, em geral, as relações Europa-África¹⁶⁰ (BOULÈGUE, 2013: 180).

De fato, o primeiro mandatário a sinalizar contra o monopólio português foi o *Dammel* do Kaajor, Amary Ngoone. Alberto da Costa e Silva argumenta que tanto Ngoone quanto os *Dammel* que o seguiram, controlando o mercado e dirigindo o comércio contra as aspirações exclusivistas portuguesas, se beneficiaram da presença de ingleses e franceses em seus portos. De fato, “de que disso tiraram [os jalofo do Kaajor] bons resultados dão testemunho os escritos da época: falam todos do deterioro dos preços dos produtos europeus nas relações de trocas com os africanos” (SILVA, 2011: 453).

Especificamente no Kajoor, André Almada explica como se deu a “perda” da região para os franceses e ingleses:

Da Ilha do Cabo Verde iam [navios] todos os anos carregados de cavalos e de outras mercadorias a este resgate. Sucedeu neste Reino o Rei chamado Budumel [Buur + Dammel], Bixirim, o qual não bebia vinho nem comia carne de porco; este residia [...] longe do mar, e fazia maus pagamentos aos nossos, e recolhia nos seus portos os Franceses, e folgava com eles. E por essa causa deixaram os

¹⁶⁰ Tradução nossa: De l’effacement du monopole portugais à l’établissement progressif d’un nouveau régime à préention monopolistique, au profit de la France, sur le fleuve Sénégal et la côte entre Sénégal et Gambie, les échanges atlantiques des pays, wolof ont connu une période de liberté commerciale [...] Aussi assiste-t-on à un developpement de l’activité commerciale, très sensible à travers les textes de l’époque. Elle était moins défavorable aux Africains qu’elle ne fut globalement dans le rapports Europe-Afrique

moradores da Ilha este resgate; o qual está ocupado hoje de Ingleses que de Franceses (ALMADA, 1841: 251).

Percebe-se, pela descrição de Almada, que o mandatário jalofo hospedava e fazia comércio com os franceses que chegavam à região. Isso se deve, segundo Alberto da Costa e Silva, ao fato de que ao menos no início, os chefes locais ajudaram à formação da concorrência mercantil entre *nações* europeias. Segundo o autor, os reis e seus funcionários indicavam esconderijos nas baías, foz dos rios, mangues, ilhas aos novos parceiros comerciais, de forma a se protegerem de possíveis ataques¹⁶¹ de galés portuguesas, que visavam proteger o exclusivismo comercial desta *nação* (SILVA, 2011: 453).

Para os soberanos africanos, a aceitação e procura de mais parceiros comerciais tinham dupla vantagem. Além do aumento do volume comercial, a presença de mais comerciantes em seus portos, independentemente de qual *nação* pertenciam, significava também um aumento do número de pessoas que lhes deveriam impostos. Qualquer navio que ancorasse nas águas de algum chefe local deveria pagar a estes os mais diversos tributos, como por exemplo, uso de água, madeira, víveres e a própria autorização para comerciar e transitar nos rios. Alberto da Costa Silva ressalta que no caso dos jalofo, estes impostos equivaliam ao considerável valor de um quarto do preço de cada mercadoria (SILVA, 2011: 249).

Assim, percebe-se que quem possibilitou de fato a concorrência mercantil, em consonância com os próprios interesses, foram os mandatários africanos. Os chefes protegiam os agentes de outras *nações* que não a portuguesa e favoreceram os agentes com quem faziam comércio. Desse modo, jalofo e mandingas exerciam o papel de protagonistas no estabelecimento das relações comerciais na costa Atlântica.

Não foram apenas os agentes nascidos em continente africano que se aproveitaram da possibilidade de ter múltiplos parceiros comerciais. Os lançados aproveitaram a situação para aumentar suas conexões mercantis. Almada os descreve como os responsáveis por comerciar com agentes não portugueses em terras jalofo e mandingas:

¹⁶¹ Estas ações militares portuguesas de fato ocorriam. Em 1618, uma expedição inglesa anterior a Richard Jobson, comandada por George Thompson, foi atacada por afro-portugueses, e os poucos sobreviventes conseguiram escapar graças à proteção de mandatários mandingas que viviam próximos ao rio. Outro documento que retrata esta prática é a Carta Régia ao Capitão de Cabo Verde 18/10/1592, MMA, III, p. 207-210, onde o capitão de Cabo Verde foi parabenizado a mando real pela ação de interceptação de onze corsários no rio Gâmbia.

Dão despacho muitos Portugueses nossos, a alguns estrangeiros, que estão de assento no porto de Joala, terra dos Barbacins, do Reino do Ale-Embiçane. E estes Portugueses são os que dão despachos aos Ingleses e Franceses, adquirindo-lhes os despachos de rio em rio, e muitas léguas pelo sertão [...]. E andam estes nossos Portugueses lançados muito mimosos destes inimigos. E o dia de eles receberem as pagas e entregarem as suas mercadorias, lhes dão os Ingleses em terra banquetes, com muita música de violas de arco e outros instrumentos músicos. E por esta causa estão estes resgates de toda esta costa do Cabo Verde até o Rio de Gâmbia perdidos (ALMADA, 1841: 251).

De fato, aos lançados pouco ou nada interessava com qual bandeira europeia eles comerciavam. Sendo agentes do corpo social africano e que também agiam em benefício próprio, suas intenções não coincidiam com a tentativa de prática monopolística portuguesa.

Destarte, infere-se dois motivos para o afastamento dos lançados em relação às pretensões da coroa portuguesa. Em primeiro lugar, a própria vivência sob proteção dos soberanos africanos fazia com que estes sujeitos procurassem agir segundo as ordens de uma nova estrutura de mando. Eram os *mansa* mandingas e os mandatários jalofos quem davam aos lançados proteção, abrigo, terras.

O segundo motivo foram as sucessivas tentativas portuguesas de coibir e taxar as ações comerciais destes lançados. Segundo Alberto da Costa e Silva, “tinham [os lançados], no decorrer do tempo e até como reação defensiva à hostilidade que lhes votou, durante um século, a Coroa portuguesa, desenvolvido interesses próprios, semelhante aos dos reis africanos [...] Perseguidos pelos portugueses, eles se fizeram, a partir sobretudo da metade do século XVI, agentes e intermediários dos ingleses e dos franceses” (SILVA, 2011: 268). Além do supracitado *Regimento do Capitão da Guiné*¹⁶², datado de 1615, onde o rei da União Ibérica descreveu como uma das funções do capitão “avisar-me eu [rei da União Ibérica] das pessoas que andam feito *tangomaos* e dos que tem incorrido neste culpa”, documentos anteriores como o “*Regimento de Afonso Lopes de Ávila feitor do trato de Santiago*¹⁶³” (1520), o “*Confisco da Fazenda dos Lançados nos rios da Guiné e Serra Leoa*¹⁶⁴” (1539), e a “*Confiscação das Fazendas dos Lançados nos rios da Guiné e Serra Leoa*¹⁶⁵” (1542), expediram ordens para que os agentes da coroa portuguesa sediados em Cabo Verde tomassem parte de tentativas de combate aos tangomaos. Porém, estas tentativas foram um fracasso. Ora,

¹⁶² Regimento do Capitão da Guiné, 04/04/1615, MMA, IV, 573-576.

¹⁶³ Regimento de Afonso Lopes de Ávila feitor do trato de Santiago, 13/01/1520, MMA, II, 159-166.

¹⁶⁴ Confisco da Fazenda dos Lançados nos rios da Guiné e Serra Leoa, 12/11/1539, MMA, II, 324-326.

¹⁶⁵ Confiscação das Fazendas dos Lançados nos rios da Guiné e Serra Leoa, 25/07/1942, MMA, II, 352-354.

nenhum agente português ou cabo-verdiano tinha poder político sobre terras continentais para exercer essa coerção. Protegidos pelos soberanos africanos, os lançados continuavam com suas rendas e executando atividades comerciais diferentes daquelas preconizadas pelos portugueses.

Houve tentativas posteriores de abrandamento das punições e reinserção dos lançados no corpo de agentes que atuavam em favor da coroa portuguesa, como fica explicitado no “*Regimento do Capitão de Cacheu, Rio Grande e de S. Domingos*¹⁶⁶”, (1625), no qual o rei abrandou o discurso, informando que se não houvesse inconvenientes em perdoar “as culpas” dos lançados, que lhes fosse dito dos benefícios que eles receberiam em povoar locais que fossem de presença portuguesa. Já acostumados com a liberdade comercial que possuíam, os tangomaos dificilmente aderiram à iniciativa. Continuavam atuando, na costa e no interior, em favor dos interesses próprios e dos soberanos africanos.

A concorrência comercial e a diversificação da cultura material¹⁶⁷

O contato mercantil via atlântico trouxe consigo uma diversificação da cultura material das *nações* africanas que realizavam este comércio. Produtos já conhecidos, porém de difícil acesso, e produtos realmente inéditos passaram a fazer parte do cotidiano das populações costeiras.

Dentre as mercadorias conhecidas, mas de difícil acesso às *nações* que se envolveram no comércio atlântico, destaca-se o cavalo. Principal base de troca nas relações transaarianas, os animais eram comerciados por mercadores jalofos e mandingas na borda do Sahel por escravizados, ouro e peles. Produto estratégico para a manutenção de uma cavalaria forte, estes cavalos não chegavam às regiões costeiras. Além disso, fatores naturais¹⁶⁸ impediam que os animais se adaptassem à vida na região costeira. Com o advento do comércio atlântico, principalmente devido aos cabo-verdianos destinarem parte de suas terras à criação de cavalos para troca no continente

¹⁶⁶ Regimento do Capitão de Cacheu, Rio Grande e de S. Domingos, 11/10/1625, MMA, IV, 85-89.

¹⁶⁷ Cultura material é um termo relacionado aos usos e sentidos que cada sociedade faz de determinados objetos, que exercem influência direta na identidade cultural de uma sociedade. Para mais, ver MILLER, (2010).

¹⁶⁸ Como por exemplo, a doença do sono ou tripanossomíase africana (THA) é uma doença frequentemente fatal causada pelo parasita unicelular *Trypanosoma brucei*, que atacava os cavalos na região da Senegâmbia.

africano, fulas, mandingas e jalofos do rio Gâmbia passaram a ter acesso direto a esta mercadoria¹⁶⁹.

Algo semelhante aconteceu com o ferro. Importante para a confecção de armas, o volume comercial deste produto aumentou sensivelmente a partir da chegada das caravelas ao Gâmbia. O sal marinho, anteriormente transportado em pequenas embarcações no sentido litoral-interior, também se tornou mais acessível às populações do interior.

Além destas mercadorias, essenciais para a manutenção de exércitos e da conservação de alimentos, havia também demanda de outros produtos. John Thornton afirma que o comércio euro-africano, em lugar de ser um mecanismo para preencher necessidades básicas da população do continente, foi uma medida de extensão de seu mercado de luxo (THORNTON, 2004: 90).

O levantamento exaustivo das mercadorias compradas pelos fulas, mandingas e jalofos, demonstra uma série de produtos que, antes de serem essenciais à vida humana, faziam parte de um mercado de luxo: miçangas, manilhas de latão, algodão, contaria da Índia, vinho, noz de cola, roupa¹⁷⁰, margarideta, fio vermelho, pano vermelho, vinta-quatreño, búzio, cravo, manilhas de cobre, bacias de barbear, caldeirões de cobre, cobre velho e papel.

A diversificação dos produtos trazidos à África se deve à entrada em cena de outras *nações* europeias no comércio atlântico aumentou a concorrência. “Os europeus estavam interessados na diversificação de itens que lhes permitiam obter alguns benefícios a mais do que mercadorias habituais como o ferro¹⁷¹” (BOULÈGUE, 2013: 211). Desta forma, uma gama cada vez maior de produtos exóticos foi oferecida aos africanos, de forma que a cultura material destas populações foi sensivelmente expandida por produtos estrangeiros que tinham aceitação entre os africanos.

Esta aceitação variava entre lugares e no tempo. Cada *nação* tinha suas próprias necessidades e gostos. Não necessariamente, o que se trocava no Gâmbia, se trocava no rio Casamansa ou no rio Senegal. No fim, esta decisão cabia aos mandatários e

¹⁶⁹ Para mais informações relativa ao comércio de cavalos, ver Webb, 1993.

¹⁷⁰ Interessante notar que dentre a grande quantidade de tecidos descrita pelas fontes, Alberto da Costa e Silva explica que os lançados tiveram importante papel na criação de um mercado para estes produtos: “na foz do Gâmbia, os lançados convenceram seus sócios ou fregueses uângaras, que desciam o rio com os panos manufaturados pelos fulas e pelos mandingas, a levar tecidos de Cabo Verde para o interior, juntamente com o sal que tinham vindo buscar” (SILVA, 2011: 268).

¹⁷¹ Tradução nossa: Les européens avaient intérêt à la diversification des articles que leur permettait d’obtenir certains bénéfices plus élevés que sur les marchandises habituelles, comme le fer

comerciantes africanos e aos europeus, de entender o funcionamento daqueles mercados, de forma a obter o maior lucro possível.

Concluindo, muitas foram as mudanças que ocorreram na região do rio Gâmbia em relação ao advento do comércio atlântico. Em momento algum, porém, os fulas, mandingas e jalofos deixaram de ter seu protagonismo na história. São agentes importantes na formação do mundo atlântico e assim como o mundo externo os afetaram, eles afetaram o resto do mundo, ao mudar lógicas comerciais, culturais e sociais.

Considerações finais

A história da África, felizmente, tem sido objeto de estudos por décadas. Se no decorrer do século XIX e início do século XX, as correntes historiográficas e filosóficas ocidentais afirmavam que o continente não fazia parte da história mundial e que não apresentava nenhum movimento ou desenvolvimento relevante, o decorrer do século XX assistiu o desenvolvimento de uma historiografia africanista especializada, principalmente a partir dos volumes da “História Geral da África”, organizado pela UNESCO.

Esta dissertação procurou acrescentar informações em paralelo ao desenvolvimento desta historiografia especializada, reduzindo a escala espacial e temporal da pesquisa, analisando os acontecimentos históricos inerentes ao surgimento e desenvolvimento do comércio atlântico no rio Gâmbia.

Neste sentido, o primeiro capítulo procurou especificar o contexto histórico em que se inseria o rio Gâmbia entre 1580-1630. Para isso, procurou-se demonstrar quais eram as redes comerciais de longa distância que se conectavam ao rio, especialmente as rotas transaarianas. Em seguida, apresentou-se os povos que viviam e controlavam o comércio na região neste período, os fulas, os mandingas e os jalofos. No fim deste capítulo, discutiu-se a inserção do Gâmbia no mundo atlântico, fez-se um histórico do contato atlântico-gambiano, além de demonstrar as localidades do rio onde ocorriam este contato. Além disso, atendendo a proposta metodológica desta pesquisa, escreveu-se sobre *stocks culturais* (HORTA, 1995) de Portugal, Inglaterra e Holanda, buscando entender quais eram os horizontes mentais daqueles que olhavam e escreviam sobre o rio Gâmbia, de forma a facilitar a operação de codificação e recodificação que permitiu chegar ao outro africano, bem como entender como se deu o contato com o Gâmbia para cada uma dessas *nações*. Fez-se também uma análise dos principais produtos de circulação comercial atlântica no rio Gâmbia, que eram ouro, marfim, peles, sal, noz de cola e ferro.

O segundo capítulo trabalhou com os agentes que operavam ações comerciais no rio Gâmbia. Procurou-se discutir qual o papel de cada um destes agentes e quais eram os produtos que circulavam nessas redes comerciais. Primeiramente foram apresentados os povos que viviam no Gâmbia entre 1580 e 1630, os mandingas, os jalofos e os fulas. Posteriormente escreveu-se sobre os estrangeiros. Discutiu-se ação comercial dos caboverdianos, lançados, missionários e comerciantes afro-europeus. Após esta discussão,

argumentou-se que o protagonismo comercial nestes relacionamentos mercantis estava sob domínio dos mandingas, fulas e jalofos.

Por fim, o terceiro capítulo argumentou sobre as transformações em estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas dos fulas, mandingas e jalofos a partir de sua inserção nas redes comerciais atlânticas. Argumentou-se primeiramente sobre a quebra da Confederação Jalofa e decadência do Império de Mali e aumento do poder das províncias costeiras dos jalofos e do Kaabu. Em segundo lugar sobre a africanização dos lançados, que passaram de agentes comerciais portugueses para agentes comerciais que atuavam em favor das chefaturas africanas, bem como a participação destes agentes na formação da língua crioula. Em terceiro sobre os impactos da escravidão atlântica na região, bem como se demonstrou que apesar de relevantes, os fatores atlânticos não suplantavam as lógicas internas. Em quarto e último lugar, discutiu-se o fortalecimento da agência comercial dos povos gambianos, assim como a diversificação da cultura material destes povos a partir do comércio atlântico.

Importante salientar, contudo, que as mudanças nas *nações* que viviam à margem do rio Gâmbia entre 1580 e 1630 não ocorreram apenas em virtude do surgimento e desenvolvimento do comércio atlântico. As invasões fulas feitas por Dulo Demba e Koli Tengela causaram modificações nas estruturas políticas da região. A própria expansão do Império do Mali causou mudanças estruturais na costa, de modo que os mandingas tornaram-se a *nação* mais populosa do rio Gâmbia.

Esta expansão, aliás, causou aquilo que a historiografia chama de malinkização da costa. Segundo Carlos Lopes, “inúmeros traços da civilização kaabunké são perceptíveis em todas as outras etnias da região; formas de organização política, estruturas sociais, econômicas, signos, culturas, intercepções linguísticas, etc.” (LOPES, 1999: 23). Em suma, supõe-se que os povos que viviam às margens do rio Gâmbia e em toda a região do Kaabu, tendo sido vencidos pelos mandingas, passaram a adotar traços culturais malinkés.

Necessário também acrescentar que permanências em relação a fatores internos ao continente africano também ocorreram, como é o caso do comércio transaariano e das estruturas religiosas destas populações. Em relação ao primeiro fator, Boulègue afirma que:

Com o desenvolvimento do comércio Atlântico, não se deve esquecer que o comércio transaariano, embora sofra flutuações, nunca parou. No início do século XVII, a criação de uma vasta hegemonia Fula, no vale do Senegal e nas regiões vizinhas ao Sahel, parece estar

relacionada com essas trocas, especialmente em intercâmbios com Marrocos. O comércio transaariano é menos conhecido que o comércio atlântico e dificilmente podem ser avaliados (BOULÈGUE, 2013: 227).

Em concordância com Boulègue, James Webb Jr, em seu bem embasado artigo “The Horse and Slave Trade Between The Western Sahara and Senegambia”, afirma que mesmo com o advento do comércio atlântico, as trocas de cavalos por escravizados entre os povos da Senegâmbia e do Saara Ocidental não deixaram de ocorrer entre os séculos XV e XIX. As informações de Boulègue e Webb são semelhantes ao relato de Valentim Fernandes (1508), em que ele afirma que os reis mandingas capturavam escravizados que vendiam tanto aos barcos portugueses quanto aos “árabes” (GAMBLE; HAIR, 1999: 270), bem como em André Almada que afirma que os jalofos entendem a língua dos mouros “pela continuação de virem com cavalos a venderem a estes jalofos” (ALMADA, 1871: 239) e que também relatou que no porto de Sutuko, no Gâmbia, “vão ter alguns mouros e levam ouro, e o resgatam a troco de pano vermelho e de outras coisas” (ALMADA, 1871: 239). Jobson, que escreveu trinta anos depois de Almada, também afirma que os mouros comerciavam ouro nas paragens do rio Gâmbia (GAMBLE; HAIR, 1999: 142). De fato, ao que parece pelo que está indiciado nas fontes, o comércio transaariano continuava concomitantemente ao comércio atlântico.

Outra permanência que ocorreu, mesmo com o contato atlântico, foi em relação aos aspectos religiosos. As missões cristãs não atingiram os objetivos de conversão dos africanos a que se propunham, principalmente pela falta de intenção da maioria dos africanos em abdicar de suas próprias crenças. Não há indícios através das fontes de casos entre 1580 e 1630 de fulas, mandingas ou jalofos que abandonaram as próprias crenças em favor da fé cristã. Muito pelo contrário, as fontes indicam que o fato dos mandingas e jalofos serem islamizados atrapalhava a ação jesuítica na Guiné do Cabo Verde. De fato, como escreve Carlos Lopes “a verdade é que, mesmo hoje, a cristianização nunca pôde penetrar na região” (LOPES, 1999: 166).

Também importante o fato de que as *nações* africanas também competiam entre si nestes mercados. Assim como foi dito no decorrer desta dissertação que as *nações* europeias competiam entre si, no sentido de contato comercial com a África, aos fulas, mandingas e jalofos também interessava que fossem parceiros preferenciais das trocas comerciais com os europeus. Quanto mais cavalos e ferro entrassem em seus portos, maiores seriam as condições materiais para formar um poderoso aparato militar. De forma correlata, quanto maior o volume de produtos com grande valor agregado dentro

das redes comerciais gambianas, como a noz de cola, o sal e os tecidos, maior seria o poder econômico das *nações*. Esta competição entre os mercadores fulas, mandingas e jalofos que faziam trocas ao longo do rio Gâmbia, auxilia a explicar a grande quantidade de portos onde existiam trocas comerciais.

O que se pretendeu argumentar, durante toda esta dissertação, além das mudanças que ocorreram em virtude do comércio atlântico com a região do Gâmbia, foi o protagonismo comercial dos fulas, mandingas e jalofos. O fato que também ocorreram mudanças por acontecimentos internos ao continente, de não serem exclusivamente dependentes do Atlântico para fazer comércio de longa distância, possuindo também a opção de comerciar através do Saara, de terem mantido a própria religião em lugar de se cristianizarem e de competirem entre si pelo mercado externo, são outros fatores que se ligam ao protagonismo destas *nações*, além dos que foram discutidos nesta pesquisa. Porém, assim como todos os estudos históricos, esta dissertação se propôs a um recorte temporal e espacial específico, bem como a busca de discutir uma hipótese de forma a atingir um objetivo particular.

Penso que os estudos africanistas possuem uma relevância social singular. Dotar de sentido a história de um continente que até um século atrás era marginalizado pela historiografia ocidental, continente este que possui milhões de descendentes espalhados pelo mundo em virtude das atrocidades do sistema escravista moderno, é importante no sentido de diminuir sentidos comuns depreciativos.

É necessário escrever a história da África para além do que Carlos Lopes chamou de segunda corrente dos estudos africanistas, em que se sobrevalorizava o argumento do *também temos* em vez de apenas *temos* história. Uma busca incessante de fatos produtores de uma projeção da historicidade reconhecida, comparando-se os feitos históricos africanos ao que de melhor se considerava ter sido produzido em outras regiões do mundo (LOPES, 1995: 25). Um bom meio de buscar diminuir esta visão um pouco mais rasa, é mostrar uma África forte, pujante, protagonista, evidenciando a agência que, de fato, os habitantes deste continente tiveram no decorrer da história, agência esta com as particularidades para cada local da África.

Desta forma, penso ser necessário diversificar a história da África. Existe uma história da África? Ou existem diferentes histórias dos diferentes lugares ao longo do continente africano? Tendo mais para a segunda questão. Creio na existência de diferenças internas ao continente. A África, em lugar de algo uno é plural. O estudo da história do local em partes ajudaria a formar uma noção do todo, atendendo a suas

singularidades, evitando a generalização. E isto, caminhando em conjunto com os recentes africanistas, estudos africanistas, que busquei na escrita desta dissertação.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

ALMADA, A. *Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde dês do Rio Sanagá até os Baixos de Santa Ana*. Porto: Tipografia comercial portuguesa. Largo de São João Novo nº 12. 1841.

BRÁSIO, A. *Monumenta Missionária Africana: edição digital* CD-ROM Rodrigues, Miguel Jasmins (coordenação) Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, série 2, vols. 3, 4 e 5, 2011.

DONELHA, A. *Descrição da Serra Leoa e dos Rios de Guiné do Cabo Verde (1625)*. Edição, introdução, notas e apêndices: Avelino. T. da Mota. Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977.

GAMBLE, D; HAIR, P. H. *The Discovery of River Gambia (1623) by Richard Jobson*. Edited, with Additional Material. London: The Hakluyt Society, 1999.

LA FLEUR, J. D. *Pieter Van Den Broeckes: Journal of Voyages to Cape Verde, Guinea and Angola (1605 – 1625)* London: The Hakluyt Society, 2000.

Referências Bibliográficas

ALENCASTRO, L. F. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *A Rede Econômica do Mundo Atlântico Português*. IN: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*, Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 115 – 144.

ALMEIDA, F. *História de Portugal: Desde os Tempos Pré-Históricos a 1580*. Lisboa: Bertrand Editora, 2003.

ARMITAGE, D. *Three Concepts of Atlantic History* In: *The British Atlantic World: 1500 – 1800*. New York: Palgrave MacMillan, 2002, pp. 11 – 30.

BÂ, A. H. *A Tradição Viva* In: Ki-Zerbo, J. (coord.) *História Geral da África*. São Paulo: Unesco, 1980.

BARROS, J. D. *O Tratamento Historiográfico de Fontes Dialógicas*. Rio de Janeiro: Revista Expedições, ano 3, n. 4, 2012.

BARRY, B. *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*. Rio de Janeiro: SEPHIS – Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2000.

_____. *Senegambia and the Atlantic Slave Trade*. Cambridge: University Press, 2002

_____. *A Senegâmbia do século XVI ao XVII: a evolução dos Wolofes, dos Sereres e dos Tuculores*. In: OGOT, B. A. (Org.). *História Geral da África - A África do Século XVI ao Século XVIII – Vol. V*. São Paulo: Ática/UNESCO, 2011.

- BAYLIN, B. *Atlantic History: Concepts and Contours*. Londres: Harvard University Press, 2005.
- BETHENCOURT, F. *Configurações Políticas e Poderes Locais*. IN: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*. Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 207 – 264.
- BOULÈGUE, J. *Les Luso-Africains de Sénégambie XVIe – XIXe siècle*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical & U. de Paris, 1989.
- _____. *Les Royaumes Wolof dans L'espace Sénégambien (XIII^e-XVIII^e siècle*. Paris : Editions Karthala, 2013.
- BRITO, B. M. R. *Comércio de Algodões e Cavalos em Cabo Verde (1460-1535)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2013. Disponível em: <http://www.portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/3227/1/Bertelina%20Brito%20-%20Tese%20Mestrado-VF.pdf>
- BROOKS, George. *Landlords & Strangers: Ecology, Society, and Trade in Western Africa, 1000 – 1630*. Colorado: Westview Press, 1993.
- _____. *Eurafricans in Western Africa: commerce, social status, gender, and religious observance from the sixteenth to the eighteenth century*. Athens: Ohio University Press, 2003.
- BUHNEN, S. *Ethnic Origins of Peruvian Slaves (1548-1650): Figures for Upper Guinea*. Paideuma, bd. 39, 1993, pp. 57-110.
- CANNY, N; MORGAN, P. *Introduction: The Making and Unmaking of an Atlantic World*. IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press, 2011, pp. 1-17.
- CHATIER, R. *O Mundo Como Representação*. São Paulo: Revista das Revistas, 1991.
- CORREA, S. *A Imagem do Negro no Relato de Alvise Cadamosto (1455-1456)* Politeia: história e sociedade Vitória da Conquista: v. 2, n. 1, 2002, pp. 99 – 129.
- _____. *A antropofagia na África Equatorial: Etno História e a Realidade do(s) Discurso(s) sobre o Real*. Afro-Ásia, Salvador: n. 37. 2008, pp. 9 – 41.
- CRISTOVÃO, F. *Para uma teoria da Literatura de Viagens*. In: Cristovão, Fernando (coordenação) *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias*. Lisboa: Cosmos, 1999.
- CURTO, D. R. *A Cultura Imperial e Colonial Portuguesa*. IN: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*, Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 327 – 370.
- CURTIN, P. B. *Tendências Recentes das Pesquisas Históricas Africanas e a Contribuição à História em Geral*. In Ki-Zerbo, J. *História Geral da África*. São Paulo: Unesco, 1980.
- DELAFOSSÉ, M. *Chronique du Fouta Sénégalais*. Paris: Ernest Leroux Editeur, 1913.
- DISNEY, A. *A Expansão Portuguesa, 1400 – 1800: Contato, Negociações, Interações*. IN: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*, Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 295 – 326.
- FARIAS, P. F. *Silent Trade: Myth and Historical Evidence* London: History in Africa, vol 1, 1974, pp. 9-24.

- GAMBLE, D; SALMON, L; NJIE, A. *Peoples of the Gambia – I. The Wolof*. San Francisco: Gambian Studies N° 17. 1985.
- GAMES, A. *Atlantic History. Definitions, Challenges and Opportunities*. American Historical Review. June-2006 pp. 741-757.
- GREEN, TOBY. *The rise of trans-Atlantic slave trade in western Africa, 1300-1589*. Cambridge: The Cambridge University Press, 2011.
- HALL, G. *Africans in Colonial Louisiana: The Development of Afro-Creole Culture in the Eighteenth Century*. LA: Louisiana State University Press, 1992.
- _____. *Cruzando o Atlântico: Etnias Africanas nas Américas*. Topoi, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 29-70.
- HARTOG, F. *O Espelho de Heródoto: Ensaio Sobre a Representação do Outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.
- HAVIK, P. *Comerciantes e Concubinas: sócios estratégicos no comércio Atlântico na costa da Guiné*. II RIHA, 1996: 161-179.
- _____. *Missionários e Moradores na Costa da Guiné: os Padres da Companhia de Jesus e os Tangomaos no princípio do século XVII*. Revista Studia, nº 56-57, 2000, pp. 233-262.
- _____. *A Dinâmica das Relações de Gênero e Parentesco num Contexto Comercial: um Balanço Comparativo da Produção Histórica sobre a região da Guiné-Bissau – séculos XVII e XIX*. Afro-Ásia, 2002, pp. 79-120.
- _____. *Silences and Soundbytes: The gendered dynamics of trade and brokerage in the pre-colonial Guinea Bissau Region*. Leiden: Lit Verlag, 2004.
- HAWTORNE, W. *From Africa to Brazil: Culture, Identity and an Atlantic Slave Trade, 1600-1830*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- HORTA, J. *A Representação do Africano na Literatura de Viagens do Senegal à Serra Leoa (1453-1508)*. Lisboa: Mare Liberum, n. 2, 1991.
- _____. *Entre História Europeia e História Africana, Um Objecto de Charneira: as Representações*. In: Actas do Colóquio Construção e Ensino da história da África. Lisboa: Linopazes, 1995.
- _____. *O Africano: Produção Textual e Representações (Séculos XV – XVII)*. In: Cristovão, Fernando (coordenação) Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens: Estudos e Bibliografias. Lisboa: Cosmos, 1999.
- _____. *O Nosso Guiné: Representações Luso-Africanas do Espaço Guineense (sec. XVI- XVII)*. In: Actas do Congresso Internacional “Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades.” Lisboa, 2 a 5 de Novembro de 2005.
- _____. *Perspectivas para o Estudo da Evolução das Representações dos Africanos nas Escritas Portuguesas de Viagem: O Caso da Guiné do Cabo Verde (Sécs. XV – XVII)*. In: J. D. Rodrigues C. Rodrigues. Representações de África e dos Africanos na História e Cultura Séculos XV a XXI. Ponta Delgada: Centro de História de Além – Mar, 2011.

_____. . *Nações, Marcadores Identitários e Complexidades da Representação Étnica nas Escritas Portuguesas de Viagem. Guiné do Cabo Verde (séculos XVI e XVII)*. Vária História, Belo Horizonte, vol. 29, p. 649-675, set/dez 2013.

_____. *Transito de Africanos: Circulação de Pessoas, de Saberes e Experiências Religiosas entre os Rios de Guiné e o Arquipélago de Cabo Verde*. Anos 90, Porto Alegre, v. 21, n° 40, pp. 23-49, dez 2014.

HORTA, J. MARK, P. *Judeus e Muçulmanos na Petite Cotê Senegalesa do início do século XVII: Iconoclastia Anti-Católica, Aproximação Religiosa, Parceria Comercial*. Cadernos de Estudos Sefarditas n° 5, 2005, pp.29-51.

HILL, C. *O Século das Revoluções 1603-1714*. São Paulo: Editora Unesp, 2012.

KLOOSTER, W. *The Northern European Atlantic World*. IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press. 2011, pp. 165-180

LARA, S. H. *Os Documentos Textuais e as Fontes do Conhecimento Histórico*. Porto Alegre: Anos 90, v. 15, n. 28, 2008, pp. 17-39.

LECOCQ, B. *Distant Shores: A Historiographic View on Trans-Saharan Space*. The Journal of African History, 56, pp. 23-36.

LOPES, C. *A Pirâmide Invertida – Historiografia Africana Feita por Africanos* In: Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África. Lisboa: Linopazes, 1995 pp. 21-30.

_____. *Kaanbunké: Espaço, Território e Poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance Pré-coloniais* Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

LOVEJOY, P. E. *Kola in History of West Africa*. IN: Cahiers d'études africaines, vol.20, n° 77-78, 1980, pp. 97-134.

LY-TALL, M. *O Declínio do Império do Mali*. In: NIANE, D. T. (Org.). História Geral da África - A África do Século XII ao Século XVI – Vol. IV. São Paulo: Ática/UNESCO, 2010, pp. 193-209.

MARK, P. *The evolution of 'Portuguese' Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century*. In.: The Journal of African History. vol.40. n.2. 1999

_____. *“Portuguese” Style and Luso-African Identity: Precolonial Senegambia Sixteenth-Nineteenth Centuries*. Bloomington: Indiana University Press. 2002.

MATHIAS, C. L. K. *A Tese de Williams e o Antigo Sistema Colonial: notas sobre um debate clássico*. Ouro Preto: História e Historiografia. n. 11. 2013, pp. 190-209.

MATOSSO, J. *História de Portugal: No Alvorecer da Modernidade*. Lisboa: Editora Estampa, 1997.

MILLER, D. *Trecos, Troços e Coisa – Estudos Antropológicos sobre a Cultura Material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

M'BOKOLO, E. *Os grandes Estados Sudaneses. África Negra: História e Civilizações*. Lisboa: Editora Vulgatas, 2003, pp. 121-161.

MOTA, A. T. *As Populações Nativas (Línguas, Religiões)*. In: Guiné Portuguesa. Vol.1. Monografias dos territórios do Ultramar. Lisboa: Agencia Geral do Ultramar, 1954.

MOTA, T. H. *A Outra Cor de Mafamede: Aspectos do islamismo da Guiné em três narrativas Luso-Africanas (1594-1625)*. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2014.

NIANE, D. T. *A Propos de Koli Tengulla*. Paris: Recherches Africaines, n° 4, 1960, pp. 33-36.

_____. *Sundjata ou a Epopeia Mandinga*. São Paulo: Ática, 1982.

_____. *Histoire des Mandingues de l'Ouest*. Paris : Edition Karthala. 1989.

_____. *O Mali e a Segunda Expansão Manden*. In: NIANE, D. T. (Org.). *História Geral da África - A África do Século XII ao Século XVI – Vol. IV*. São Paulo: Ática/UNESCO, 2010, pp. 133-192.

_____. *Relações e Intercâmbios entre as Várias Regiões* In: NIANE, D. T. (Org.). *História Geral da África - A África do Século XII ao Século XVI – Vol. IV*. São Paulo: Ática/UNESCO, 2010, pp. 697-720;

NORTHRUP, D. *Africans, Early European Contacts, and the Emergent Diaspora*. IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press. 2011, pp. 38-54

PERSON, Y. *Os Povos da Costa: Primeiros Contatos com os Portugueses de Casamance*, In: NIANE, D. T. (Org.). *História Geral da África - A África do Século XII ao Século XVI – Vol. IV*. São Paulo: Ática/UNESCO, 2010 pp. 337-359.

RAMOS, R. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012.

RODGER, N. A. M. *Atlantic Seafaring* IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press. 2011, pp. 71-86.

RUBIES, J. *The Worlds of Europeans, Africans and Americans – 1490*. IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press. 2011, pp. 21-37.

RODNEY, W. *Portuguese Attempts at Monopoly on the Upper Guinea Coast, 1580-1650*. In.: *The Journal of African History*. Vol.6, n.3. Cambridge University Press. 1965.

SANTOS, M. E. M. *Lançados na Costa da Guiné: Aventureiros e Comerciantes*. In: Albuquerque, Luis (Org.) *Portugal no Mundo*, 6 Volumes, Lisboa: Alfa, 1989.

SANTOS, V. S. *As Bolsas de Mandinga no Espaço Atlântico: Século XVIII*. Tese (Doutorado em História Social) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

_____. *Bexerins e Jesuítas: religião e comércio na Costa da Guiné*. *Métis: história & cultura – v. 10, n. 19 p. 187-213, jan/jun 2011*.

SCHAUB, J. F. *Violence in the Atlantic – Sixteenth and Seventeenth Centuries* IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press. 2011, pp. 113-129.

SCHWARTZ, S. *A Economia do Império Português* IN: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*, Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 21 – 52.

_____. *The Iberian Atlantic to 1650*. IN: CANNY, N; MORGAN, P (Ed.) *The Oxford Handbook of the Atlantic World 1450-1850*. Oxford: Oxford University Press. 2011, pp. 147-169.

SILVA, A. *A Enxada e a Lança: A África Antes dos Portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

_____. *A manilha e o libambo: a África e a Escravidão, de 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

SILVA, A. C. *Cabo Verde e a Geopolítica do Atlântico*. In: SANTOS, Maria Emília Madeira (coord.) *História Geral de Cabo Verde. Volume II*. Lisboa (Portugal): Instituto de Investigação Científica Tropical; Praia (Cabo Verde): Instituto Nacional de Cultura. 1995.

SILVA, F. R. *Dutch and Portuguese in western Africa: empires, merchants and the Atlantic system, 1580–1674*. Leiden: Koninklijke Brill, 2011.

SOARES, M; CABRAL, I; SANTOS, M; TORRÃO, M. *Cabo Verde: uma Experiência Colonial Acelerada*. IV Jornadas Luso-Caboverdianas: Centro de Estudos Africanos e Orientais e Arquivo Histórico Nacional e Instituto Superior de Educação, Cabo Verde. 2000.

THORNTON, J. K. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico, 1400 – 1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. *Os Portugueses em África*. IN: BETHENCOURT, F; CURTO, D. R. (dir.) *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400 – 1800*, Lisboa: Edições 70, 2010, pp. 145 – 168.

VANSINA, J. *Living with África*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1994.

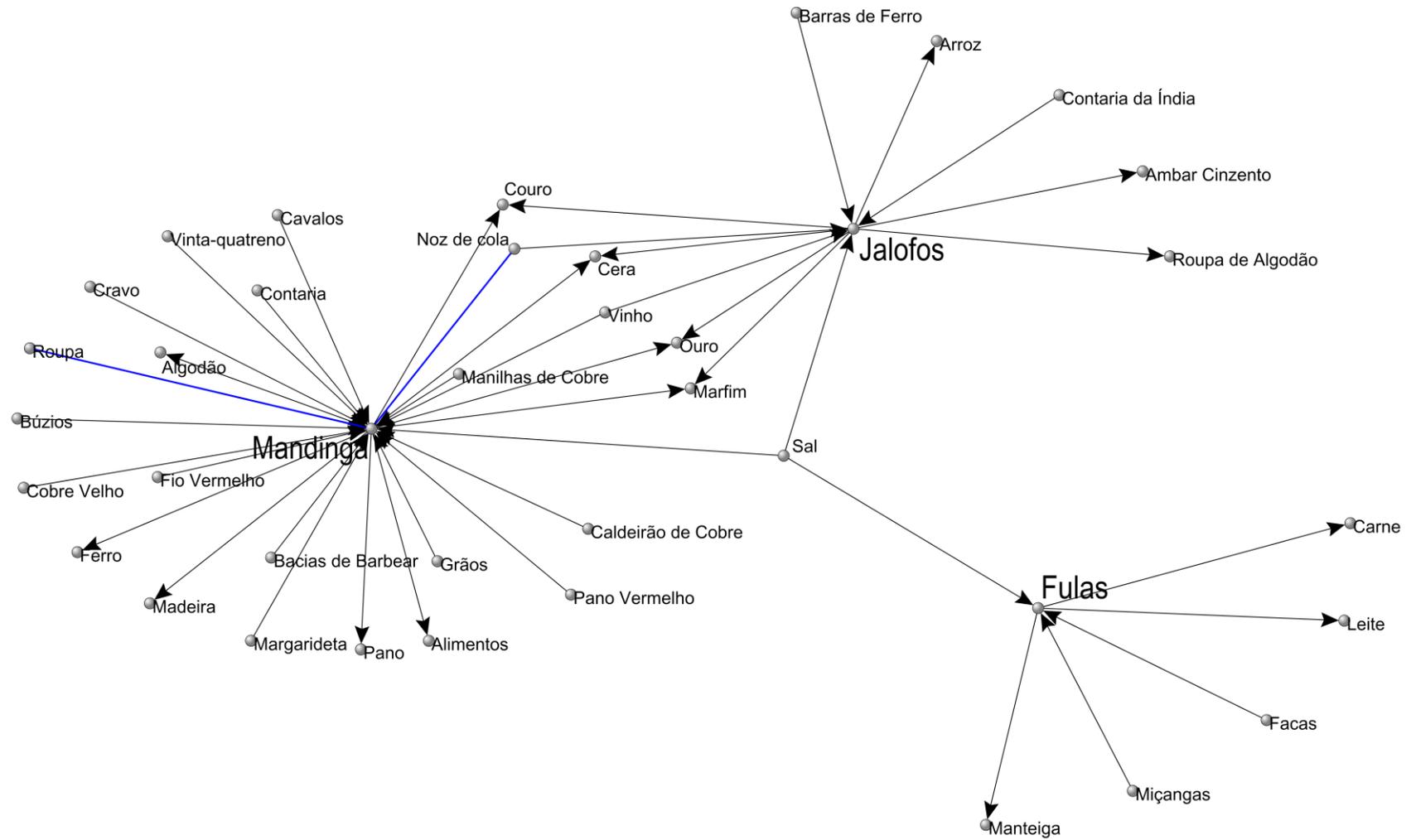
WEBB, J. *The Horse and Slave Trade between Western Sahara and Senegambia*. *The Journal of African History*. Vol. 34. n.2. 1993, pp. 221-246.

WILKS, Ivor. *Wangara, Akan and Portuguese in the Fifteenth and Sixteenth centuries*. II. *The Struggle for Trade*. *The Journal of African History*. Vol. 23. n.4. 1982.

WONDJI, C. *Os Estados e as Culturas da Costa da Alta Guiné* In: Ogot, B. A. (Ed.) *África do Século XVI ao XVIII*. Brasília: UNESCO, 2010.

WRIGHT, D. *Koli Tengela in Sonko Traditions of Origin: Na Example Of The Proces o d Change in Mandinka Oral Traditions*. *History in Africa*, vol. 5. Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp. 257-271.

Anexo 1 – Organograma de produtos comprados e vendidos pelos fulas, mandingas e jalofos.



O organograma da página interior foi feito a partir das informações presentes nos relatos dos cabo-verdianos André Álvares Almada, escrito em 1594, e André Donelha, escrito em 1625, do holandês Pieter Van Den Broecke, escrito em 1630, e do inglês Richard Jobson, escrito em 1623. As principais demandas destes agentes foram o couro, o ouro, o marfim e os seres humanos escravizados.

Demonstra os produtos que os habitantes das *nações* estudadas nesta dissertação compraram e venderam de acordo com o que é indicado pelas fontes. As setas que saem do ponto que simboliza cada *nação* são os produtos vendidos por ela e as que chegam até este ponto são as mercadorias que foram compradas. As duas setas marcadas em azul são produtos que os mandingas tanto venderam quanto compraram.

Notadamente, a maior diversidade de produtos, tanto comprados quanto vendidos, foi comercializada pelos mandingas. Isso se deve ao fato de que esta *nação* era a que continha o maior número de habitantes às margens do rio. Deve-se também ao fato de André Almada, André Donelha e os documentos da Monumenta Missionária Africana não fazerem distinção entre relações comerciais realizadas com fulas e mandingas. Contudo, uma vez que os portos apontados como locais de transação comercial por estas fontes eram de estrutura de mando mandinga, inferiu-se que as trocas comerciais foram feitas ao menos a mando de agentes desta *nação*.

Interessante também notar que os mandingas tanto compraram quanto venderam noz de cola e roupas. Uma vez que estes eram os habitantes mais numerosos da região do Gâmbia, pode-se pensar que era do interesse dos comerciantes estrangeiros comprar produtos que fossem interessantes aos mandingas, mesmo que para transacionar de um porto para outro do rio Gâmbia. Além disso, assim como os mandingas, os jalofos também compravam roupas. Desta forma, há a possibilidade de comprar esta mercadoria nos portos mandingas para serem trocados posteriormente em portos jalofos.

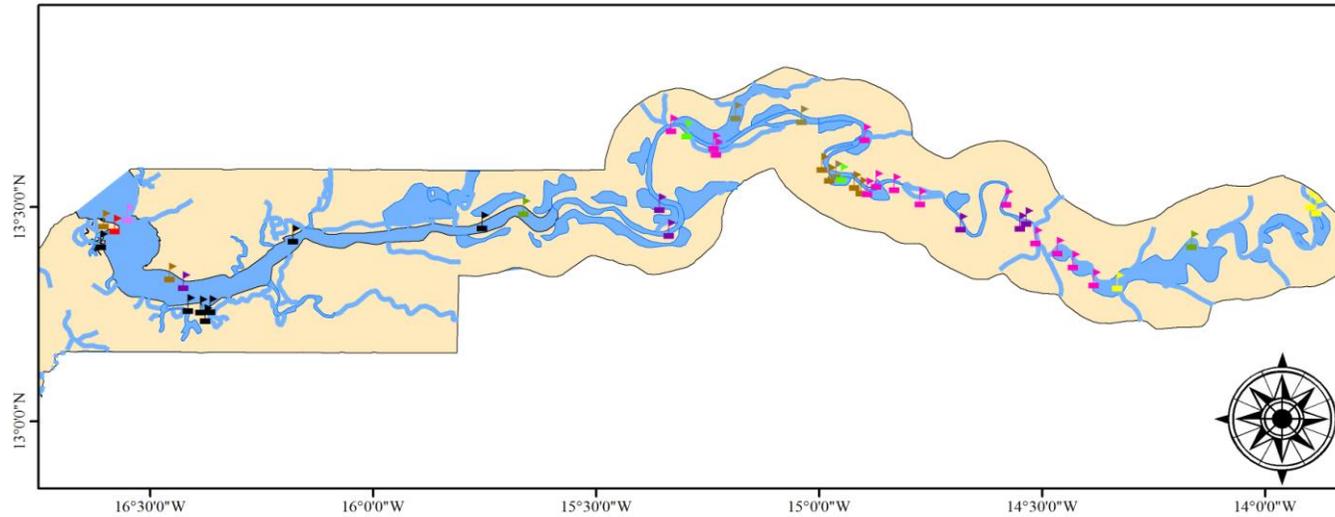
Outro fator que salta aos olhos é o fato dos produtos vendidos pelos fulas serem diretamente relacionados a seu meio de vida nômade pastoril. Notáveis criadores de gado, eles vendiam carne, leite e manteiga. Notável também o fato dos mandingas comprarem cavalos e os jalofos barras de ferro. Uma vez que entre 1580 e 1630 foi o momento final de emancipação dos estados costeiros jalofos e de soerguimento do Kaabu em relação ao Mali, era importante a estas *nações* ter condições materiais para montar um forte exército.

Quanto aos jalofos, é notável a busca desse povo por parte de barras de ferro. Como ainda existia um período de instabilidade política após a quebra de confederação

jalofa, presume-se que a necessidade deste metal advinha da necessidade de confecção de produtos direcionados à guerra.

Por fim, destaca-se que produto em comum comprado pelas três *nações* é o sal. Conforme argumentado no corpo desta dissertação, o sal era sumamente importante para a conservação de alimentos, e é apontado pelas fontes como o produto de maior procura ao longo do rio Gâmbia.

Anexo 2 – Mapas confeccionados pelo autor



Legenda

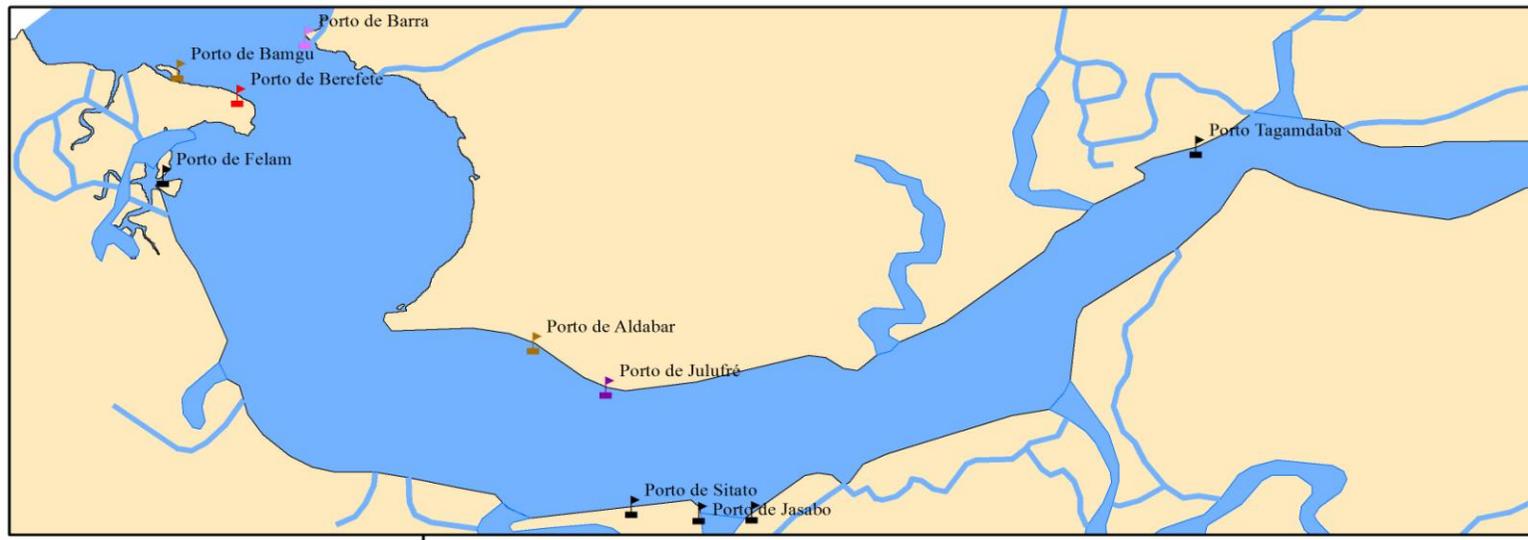
- | | | | |
|---|---------|---|---------|
|  | Arroz |  | Milheto |
|  | Cera |  | Ouro |
|  | Couro |  | Peixe |
|  | Escravo |  | Roupa |
|  | Marfim |  | Sal |

0 12,5 25 50 75 100
Kilômetros

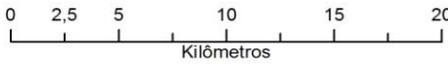
Mapa com os principais produtos comercializados nos portos do Rio Gâmbia.

1:1.150.000

Coordinate System: GCS WGS 1984
Datum: WGS 1984
Units: Degree



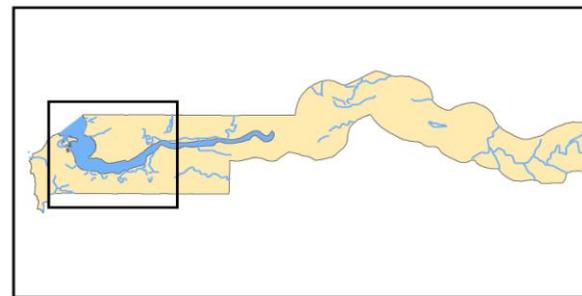
16°30'0"W



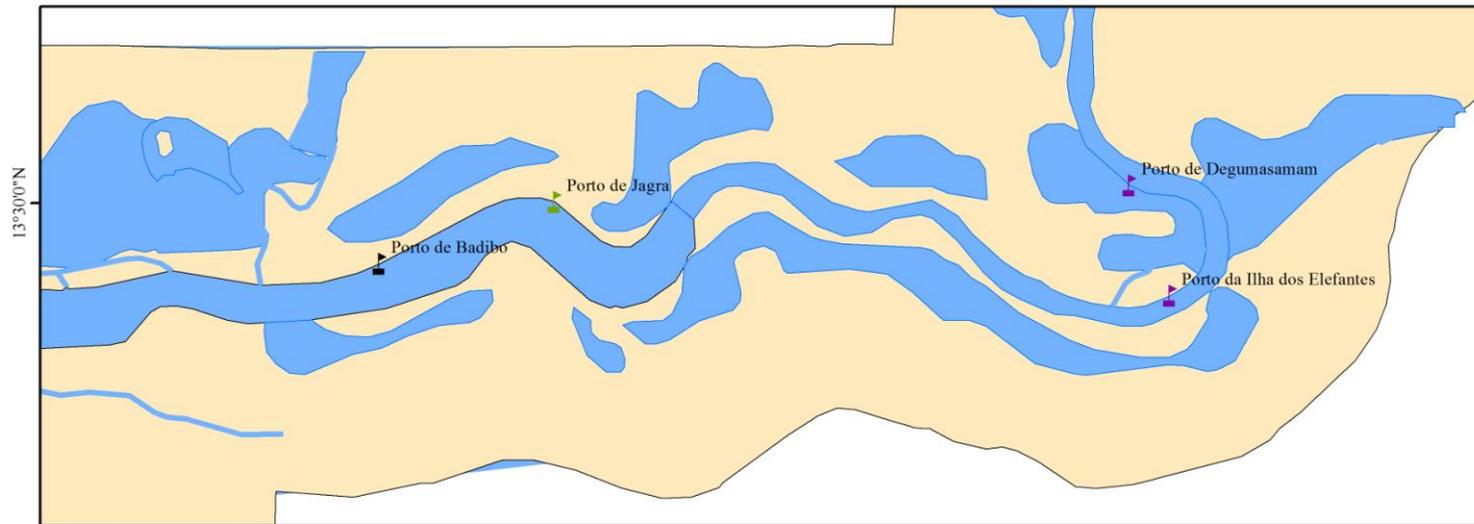
Legenda

- | | | | |
|--|---------|--|---------|
| | Arroz | | Milheto |
| | Cera | | Ouro |
| | Couro | | Peixe |
| | Escravo | | Roupa |
| | Marfim | | Sal |

1:250.000



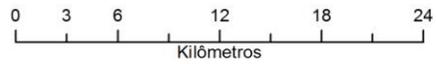
Coordinate System: GCS WGS 1984
 Datum: WGS 1984
 Units: Degree



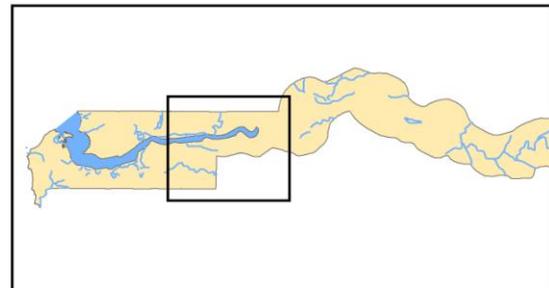
15°30'0"W

Legenda

- | | | | |
|--|---------|--|---------|
| | Arroz | | Milheto |
| | Cera | | Ouro |
| | Couro | | Peixe |
| | Escravo | | Roupa |
| | Marfim | | Sal |

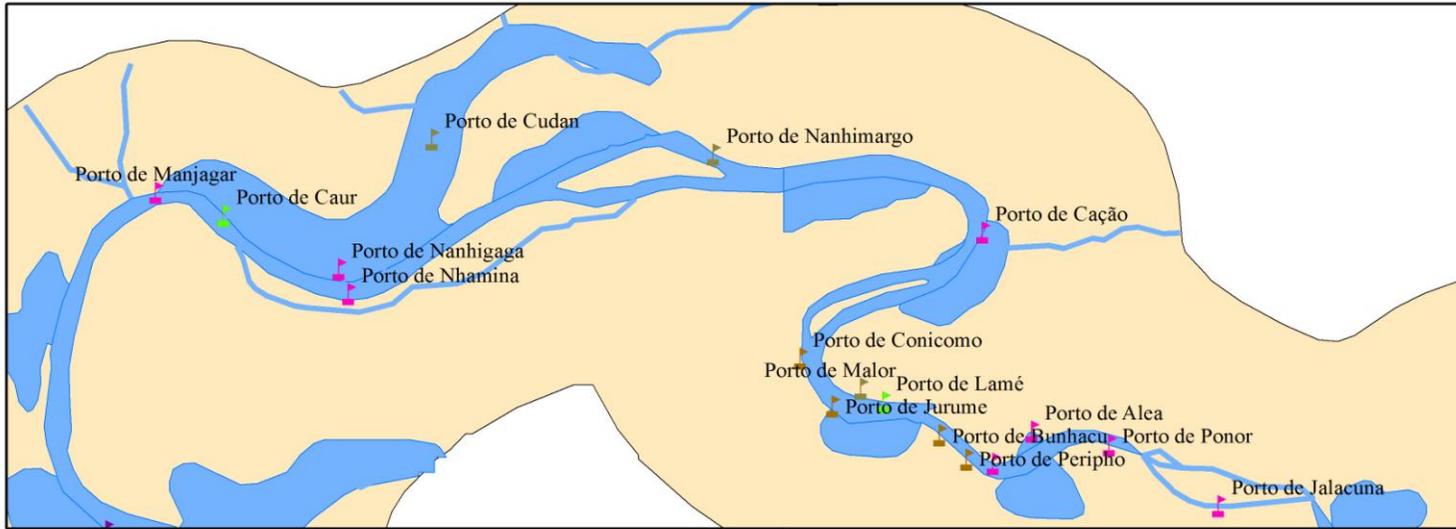


1:300.000



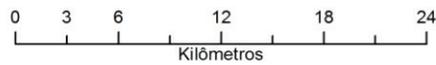
Coordinate System: GCS WGS 1984
 Datum: WGS 1984
 Units: Degree



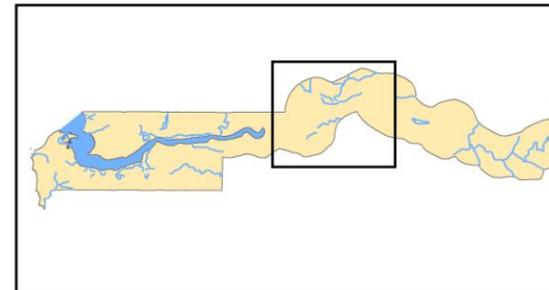


Legenda

- | | | | |
|--|---------|--|---------|
| | Arroz | | Milheto |
| | Cera | | Ouro |
| | Couro | | Peixe |
| | Escravo | | Roupa |
| | Marfim | | Sal |

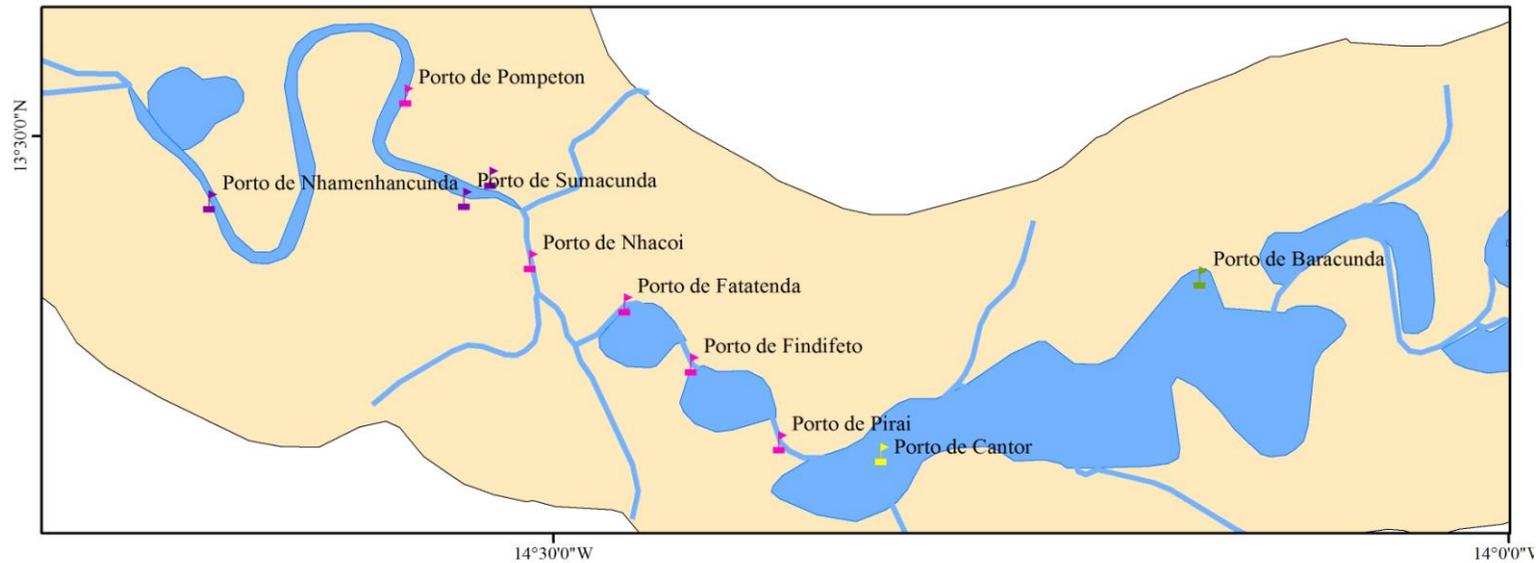


1:300.000



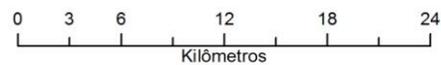
Coordinate System: GCS WGS 1984
 Datum: WGS 1984
 Units: Degree



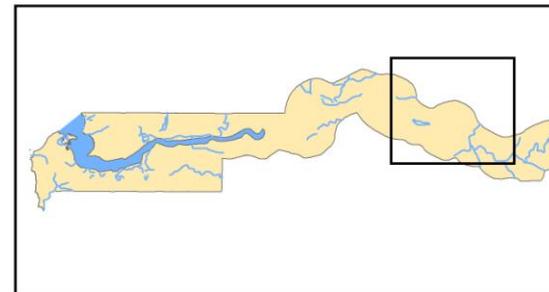


Legenda

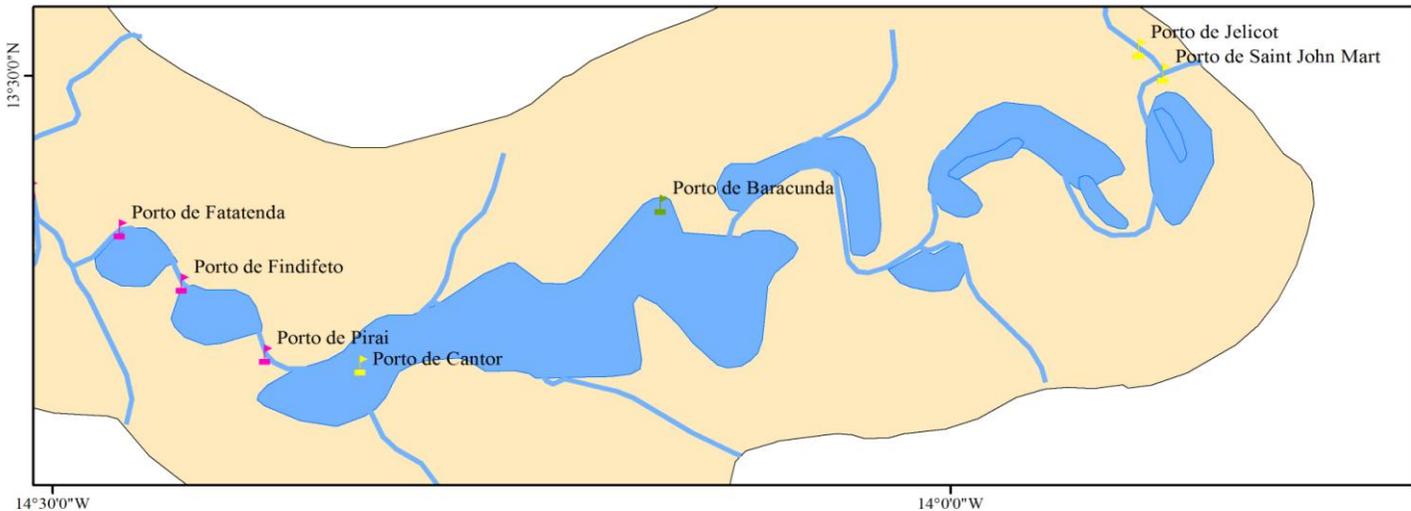
- | | | | |
|--|---------|--|---------|
| | Arroz | | Milheto |
| | Cera | | Ouro |
| | Couro | | Peixe |
| | Escravo | | Roupa |
| | Marfim | | Sal |



1:300.000

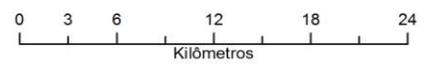


Coordinate System: GCS WGS 1984
 Datum: WGS 1984
 Units: Degree

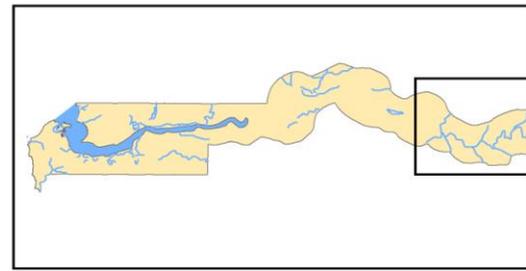


Legenda

	Arroz		Milheto
	Cera		Ouro
	Couro		Peixe
	Escravo		Roupa
	Marfim		Sal



1:300.000



Coordinate System: GCS WGS 1984
 Datum: WGS 1984
 Units: Degree

